

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
CURSO DE AGRICULTURA FAMILIAR  
E SUSTENTABILIDADE**



# **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**1º semestre**



**PROGRAD**



Ministério da Educação



**Presidente da República Federativa do Brasil**

**Luiz Inácio Lula da Silva**

**Ministério da Educação**

**Fernando Haddad**

Ministro do Estado da Educação

**Ronaldo Mota**

Secretário de Educação Superior

**Carlos Eduardo Bielschowsky**

Secretário da Educação a Distância

**Universidade Federal de Santa Maria**

**Clóvis Silva Lima**

Reitor

**Felipe Martins Muller**

Vice-Reitor

**João Manoel Espina Rossés**

Chefe de Gabinete do Reitor

**Alberi Vargas**

Pró-Reitor de Administração

**José Francisco Silva Dias**

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

**Aiilo Valmir Saccol**

Pró-Reitor de Extensão

**Jorge Luiz da Cunha**

Pró-Reitor de Graduação

**Nilza Luiza Venturini Zampieri**

Pró-Reitor de Planejamento

**Helio Leães Hey**

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

**João Pillar Pacheco de Campos**

Pró-Reitor de Recursos Humanos

**Fernando Bordin da Rocha**

Diretor do CPD

**Coordenação de Educação a Distância**

**Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso**

Coordenadora de EaD

**Roseclea Duarte Medina**

Vice-Coordenadora de EaD

**Roberto Cassol**

Coordenador de Pólos

**José Orion Martins Ribeiro**

Gestão Financeira

**Centro de Ciências Rurais**

**Dalvan José Reinert**

Diretor do Centro de Ciências Rurais

**Ricardo Dalmolin**

Coordenador do Curso de Graduação Tecnológica em  
Agricultura Familiar e Sustentabilidade a Distância

**Elaboração do Conteúdo**

**José Marcos Froehlich**

**Paulo Roberto Cardoso da Silveira**

**Pedro Selvino Neumann**

Professores pesquisadores/conteudistas

**Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC**

**Carlos Gustavo Matins Hoelzel**

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

**Ana Cláudia Siluk**

Vice-Coordenadora da Equipe Multidisciplinar

**Luciana Pellin Mielniczuk**

Coordenadora da Comissão de Revisão de Estilo

**Ana Cláudia Siluk**

Coordenadora da Comissão de Revisão Pedagógica

**Ceres Helena Ziegler Bevilaqua**

**Silvia Helena Lovato do Nascimento**

Coordenadoras da Comissão de Revisão de Português

**André Dalmazzo**

Coordenador da Comissão de Ilustração

**Carlos Gustavo Matins Hoelzel**

Coordenador da Comissão do Design de Interface

**Edgardo Fernandez**

**Marcos Vinícius Bittencourt de Souza**

Coordenadores da Comissão de Desenvolvimento da Plataforma

**Lígia Motta Reis**

Gestão Administrativa

**Flávia Cirolini Weber**

Gestão do Design

**Evandro Bertol**

Designer

**ETIC - Bolsistas**

**Revisão de Estilo**

**Renata Córdova da Silva**

**Revisão Pedagógica**

**Luciana Dalla Nora dos Santos**

**Revisão de Português**

**Marta Azzolin**

**Projeto de Ilustração**

**Camila Rizzatti Marqui**

Figuras B3, B4, C2, C3, C4, C5 e Dp1

**Daniela Montano Cadore**

Figuras D7, D8, D9, D10, D11 e D12

**Evandro Bertol**

Figura A1

**Franciani de Camargo Roos**

Figuras B1 e B2

**Letícia Zancan Rodrigues**

Figuras C1, D2, D3, D4, D5 e D6

**Sara Spolti Pazuch**

Figuras C6, C7, C8, C9, C10 e D1

**Design de Interface**

**Bruno da Veiga Thurner**

**Evandro Bertol**

**Isac Corrêa Rodrigues**

**Lucas Müller Schmidt**

**Diagramação**

**Adilson Heck**

**Cleber Righi**

**Evandro Bertol**

**Desenvolvimento da Plataforma**

**Adilson Heck**

**Cleber Righi**

**Diego Friedrich**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA.....</b>	<b>5</b>
<b>UNIDADE A - A Trajetória Histórica e Teórica da Noção de Agricultura Familiar no Brasil.....</b>	<b>6</b>
Objetivos .....	6
Introdução.....	6
1. O Debate Atual Sobre a Agricultura Familiar .....	7
2. As Principais Terminologias Utilizadas no Debate Sobre a Agricultura Brasileira .....	9
2.1 Agronegócio .....	9
2.2 Cadeias Agroalimentares.....	9
2.3 Complexo Agroindustrial.....	10
2.4 Redes de Desenvolvimento Rural .....	11
3. Definições de Agricultura Familiar.....	12
3.1 Do conceito de camponês ao de agricultor familiar no Brasil .....	12
3.2 A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira .....	16
<b>UNIDADE B - As Interfaces entre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>24</b>
Objetivos .....	24
Introdução.....	24
1. Um Novo Olhar Sobre o Rural e a Agricultura .....	25
1.1 O Desenvolvimento Contra o Rural .....	25
1.2 A Releitura do rural .....	28
1.3 As multifuncionalidades do rural.....	30
1.4 A nova concepção de agricultura .....	33
2. O Desenvolvimento Sustentável.....	34
2.1 Sobre o conceito de desenvolvimento .....	34
2.2 O surgimento do adjetivo sustentável ao desenvolvimento.....	36
2.3 A problemática ambiental: evolução histórica do debate .....	39
2.4 Eco-desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável.....	41
2.5 Desenvolvimento Sustentável: Um conceito em construção .....	43
3. A Sustentabilidade do Processo Agrícola.....	46
3.1 O esgotamento do modelo convencional de práticas agrícolas.....	46
3.2 O surgimento de um novo modelo .....	48
4. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável .....	50
4.1 A Agricultura Familiar e seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável.....	50
4.2 As perspectivas de inserção da agricultura familiar nos sistemas agroalimentares no século XXI.....	54
<b>UNIDADE C - Políticas Públicas e Agricultura Familiar.....</b>	<b>57</b>
Objetivos .....	57
Introdução.....	57
1. O Marco Legal da Agricultura Familiar .....	58
2. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....	59
2.1 Políticas Públicas no Âmbito do Governo Federal .....	61
2.2 Políticas públicas estaduais para a agricultura familiar .....	81
2.3 Políticas Públicas a nível Regional para a Agricultura Familiar.....	82
<b>UNIDADE D - A Agricultura Familiar no Brasil: Estudos Empíricos .....</b>	<b>84</b>
Objetivos .....	84
Introdução.....	84
1. Diversidade de Agricultura(s) no Brasil .....	85
1.1 A estrutura fundiária: um fator da desigualdade no campo .....	85
1.2 Agricultura Familiar: participação na economia e distribuição no território nacional.....	90
2. Agricultura no Rio Grande do Sul.....	95
2.1 A Agricultura familiar no RS e sua participação na economia .....	96
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>100</b>

## **APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA**

Caro Estudante,

Você está iniciando o curso a distância denominado 'Agricultura Familiar e Sustentabilidade'. A nossa disciplina, 'Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável' irá apresentar um panorama geral acerca da agricultura e, mais especificamente, a agricultura familiar no Brasil, para que você possa, nas disciplinas posteriores, aprofundar cada vez mais os assuntos aqui abordados.

A disciplina de agricultura familiar e desenvolvimento sustentável será dividida em quatro unidades. Na Unidade A, você conhecerá uma série de questões presentes nas discussões acerca da agricultura no Brasil, bem como as principais terminologias utilizadas quando se fala em agricultura familiar. Na Unidade B, serão discutidos os conceitos e a origem do desenvolvimento e suas transformações com a industrialização. Além disso, a defesa da agricultura familiar como uma estratégia para alcançar o desenvolvimento sustentável será discutida com você na Unidade B. Na Unidade C, você conhecerá um conjunto de ações que visam promover e estimular a agricultura familiar em nosso país e, por fim, Unidade D, você conhecerá melhor o perfil da agricultura familiar Brasileira.

Assim, vamos iniciar nossa disciplina que possui uma carga horária de 75 horas e que será ministrada pelos Professores Pedro Selvino Neumann e Paulo Roberto Cardoso Silveira, ambos professores do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

Um bom Curso para todos.

## UNIDADE A

### A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E TEÓRICA DA NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

#### Objetivos

- compreender a especificidade da agricultura familiar;
- entender o contexto histórico do surgimento do termo agricultura familiar;
- elucidar as transformações da agricultura brasileira no processo denominado de modernização conservadora da agricultura e seus impactos econômicos, sociais e ambientais;
- definir o significado do termo “agricultura familiar” no atual cenário do início do século XXI.

#### Introdução

Quando falamos em agricultura familiar, é provável que venha a sua mente a imagem de uma pequena propriedade rural, onde a é familiar e o produtor rural não possui muito acesso a tecnologias, produzindo basicamente para a subsistência de sua família, ou seja, uma propriedade e uma família com características humildes. Mas será que é esta a imagem que realmente caracteriza a agricultura familiar? Qual a origem dessa imagem que é tão comum entre as pessoas? Como podemos definir a agricultura familiar ou distingui-la da agricultura praticada pelos proprietários de grandes extensões de terra, os chamados latifundiários? Quando e por que começa a se empregar o termo “agricultura familiar”?

Essas são algumas das questões que pretendemos discutir com você na Unidade A. Sabemos que respondê-las não é uma tarefa fácil, pois não existe um consenso sobre elas. São questões polêmicas, envoltas em um debate sobre a agricultura e o desenvolvimento, mas que são necessárias enfrentar a fim de qualificar nossa ação junto aos agricultores e a elaboração de políticas públicas.

## 1. O Debate Atual Sobre a Agricultura Familiar

Hoje é comum ouvir falar da agricultura familiar em oposição ao agronegócio, quando se quer diferenciar dois tipos de agricultura, mas nem sempre o critério utilizado para esta diferenciação é o mesmo. Às vezes, utiliza-se o critério da **escala de produção**, ou seja, uma agricultura em pequenas áreas, frente a uma agricultura de grandes extensões que normalmente são chamadas de latifúndios ou empresas capitalistas. Outras vezes, utiliza-se o **critério tecnológico**, contrapondo uma agricultura com baixo nível de utilização de insumos industriais, frente a uma agricultura com grande aporte tecnológico e de capital. Outras vezes, ainda, aparecem argumentos que buscam **distinguir a agricultura familiar de uma outra agricultura, com mais lucratividade e maior capacidade de responder às expectativas do mercado**. Esse conjunto de critérios, muito comuns nas discussões sobre a agricultura, mais ocultam do que esclarecem acerca da diversidade presente na agricultura, num país de dimensões continentais como o Brasil.

Muitas vezes, estes discursos ocultam uma posição político-ideológica em relação a determinadas relações sociais no campo e também em relação ao futuro da agricultura. Assim, a confusão entre os conceitos de agricultura familiar e o da 'pequena produção', baseada na constatação de que agricultura familiar trabalha em pequenas áreas (normalmente menores de 100 ha), acaba ocultando a realidade daqueles agricultores com alta produtividade em pequenas áreas, como é o caso dos agricultores familiares de arroz, de fumo, da fruticultura e horticultura e da produção de animais.

Ao mesmo tempo, quando se pensa em agricultura familiar como sendo aquela praticada por agricultores com áreas de dimensão reduzida, oculta-se a diferença entre uma agricultura voltada à subsistência e pequeno volume de produção comercializada, comum no nordeste brasileiro, de uma agricultura totalmente inserida nas grandes cadeias agroalimentares nacionais e internacionais. Estas são voltadas as '**commodities**', como nos casos da Suinocultura e Avicultura, pois a produção em empresas capitalistas não se demonstrou viável dentro das estratégias de desenvolvimento do setor agroindustrial.

Os estudos têm comprovado que, para a maioria dos produtos agrícolas cultivados na agricultura familiar e nas outras agriculturas, não existem diferenças significativas entre a produtividade alcançada entre ambas. Isso significa que a agricultura familiar, normalmente em pequenas áreas, produz praticamente o mesmo montante em relação às grandes empresas rurais que produzem em larga escala. (GUANZIROLLI et al, 2002).

### **AE** GLOSSÁRIO

**Commodities:** O termo commodities refere-se a produtos primários de grande participação no comércio internacional, como soja, café, algodão, minério de ferro, etc. E preços definidos internacionalmente, segundo flutuações de estoques e variações nos níveis de produção.

### **?** VOCÊ SABIA

Apesar de a produção de suínos e aves, no Brasil, ser destinada quase que exclusivamente para o mercado externo, esse tipo de produto não é produzido em grandes latifúndios ou empresas agrícolas, que são os empreendimentos que tradicionalmente trabalham com a dinâmica da exportação. Quem produz aproximadamente 90% do rebanho suíno e de aves no Brasil é a agricultura familiar. E você sabe por quê? Porque a suinocultura e avicultura necessitam de um intenso cuidado e manejo, demandando, dessa forma, intensa mão de obra, o que não se torna viável economicamente nas grandes empresas agrícolas, recorrendo-se, assim, à agricultura familiar para o desenvolvimento dessas cadeias produtivas.

Em relação ao nível tecnológico empregado, é importante observar que a tecnologia adotada, principalmente pelos agricultores familiares da região sul do país, permite que os agricultores alcancem uma alta produtividade do trabalho e da terra, em muitos casos, superior à agricultura empresarial. Dessa forma, a utilização de tecnologias voltadas à maior produção não se constitui em critério consistente de diferenciação entre a agricultura familiar e uma 'outra agricultura', que, para muitos, deveria ser chamada de capitalista, patronal, de empresa agrícola e ainda de produção em latifúndios.

O critério de renda também é inadequado para distinguir os tipos de agriculturas, pois a renda guarda uma forte relação com a natureza da atividade agrícola e/ou de pecuária que está sendo desenvolvida, pois, dependendo do tipo desta, podem ser alcançadas grandes rentabilidades em pequenas áreas. Geralmente, a agricultura empresarial depende muito mais da escala de produção, ou seja, do tamanho da área cultivada, do que da rentabilidade alcançada por unidade de área (ha) explorada para obter suas rendas. É a posse de grandes áreas de terra que permite que se produza de forma extensiva, com menores rendimentos por área (ha). O exemplo clássico é o da pecuária extensiva da metade sul do Rio Grande do Sul, onde os fazendeiros, apesar dos baixos índices de produtividade por área, alcançam boas rendas anuais graças ao tamanho generoso de suas propriedades.

Como você já pôde perceber, definir a agricultura familiar depende do ponto de partida que tomamos para analisá-la. Mas o que realmente diferencia a agricultura familiar das 'outras formas de agricultura'? Como é possível caracterizar a agricultura familiar se ela abrange tipos de agricultura e agricultores bem diferentes sob a mesma denominação?

Antes de responder a essas questões é necessário compreender como se originou o termo 'agricultura familiar'. É necessário também localizar o surgimento desse termo na própria evolução da agricultura e de sua relação com o capital industrial e financeiro no desenvolvimento do país.

Assim, começaremos a examinar alguns conceitos que são utilizados neste debate e, através deles, examinar as transformações por que passou o rural brasileiro nos últimos 40 anos.



## **2. As Principais Terminologias Utilizadas no Debate Sobre a Agricultura Brasileira**

### **2.1 Agronegócio**

O termo agronegócio foi originalmente utilizado nos Estados Unidos da América como *Agribusiness*. O termo **não** surge para designar um tipo de agricultura que se caracteriza por uma determinada relação com a terra, com o capital ou com o trabalho. O termo surge para demonstrar a impossibilidade de analisar-se a agricultura de maneira isolada do setor industrial, produtor de insumos para a agricultura, das indústrias processadoras das matérias-primas agrícolas, do comércio atacadista e varejista do ramo alimentar e também dos consumidores. O conceito parte da constatação de que há uma grande relação entre estas atividades ou setores, o que implica uma complexa definição dos padrões de produção-distribuição-consumo (ou seja, o caminho da produção da propriedade até a mesa do consumidor).

O agricultor não está livre para produzir o que quiser e como quiser, mas subordinado ao setor agroindustrial, financeiro e às políticas públicas, que são a concretização da ação do estado. Assim, o conceito de *Agribusiness* busca enfatizar as relações existentes entre a produção agrícola, os sistemas de distribuição e consumo, bem como, com os setores de provimento de insumos. Assim, não se pode compreender as transformações na agricultura se olharmos somente para dentro da propriedade, sem entender os diferentes encadeamentos entre a matéria-prima produzida pelo agricultor e o produto final consumido. Portanto, a agricultura não pode mais ser analisada 'para dentro da porteira', mas compreendida como parte integrante de uma dinâmica de condicionantes relativas à inserção de cada unidade de produção no mercado e relativas às potencialidades e limites que as políticas públicas impõem.

Já no debate político sobre a evolução da agricultura e sua relação com o desenvolvimento rural, é comum se agregar um outro sentido ao termo Agronegócio, caracterizando-o em relação ao uso da terra como 'negócio', ou seja, como um espaço de lucro. Um sentido que se confronta com o do uso da terra como espaço de trabalho e de garantia da reprodução da família. A discussão sobre as diferenças em relação ao uso da terra será retomada na Unidade B, quando se aborda as relações entre agricultura, desenvolvimento sustentável e as noções de pluriatividade e multifuncionalidade no espaço rural.

### **2.2 Cadeias Agroalimentares**

No mesmo sentido de enfatizar o encadeamento entre a produção agrícola e o processo de transformação e comercialização até chegar

ao consumidor, surge a noção de cadeia agroalimentar ou de *Filiere*. A cadeia alimentar permite

A identificação e a caracterização, por produto, dos seus caminhos, dos agentes e das operações envolvidas. Também viabiliza a análise dos mecanismos de regulação existentes: sejam os provenientes da lógica de funcionamento do mercado, sejam aqueles decorrentes da intervenção do Estado (SILVEIRA, 2005, p. 219).

Os estudos de cadeias agroalimentares contribuem no entendimento da relação entre seus setores (insumos, matéria-prima, atacado e varejo) e as adaptações tecnológicas, econômicas e organizacionais que se tornam necessárias em todos os setores para garantir sua sinergia e competitividade. As críticas que se fazem as análises de Cadeias ou Filiéres são, no sentido de desconsiderar os graus de liberdade de ação dos diferentes atores envolvidos e de suas organizações, além de também desconsiderar a esfera do consumo e das mudanças nos padrões alimentares que têm ocorrido nos últimos quinze anos. Considerar essas questões implica aceitar que os rearranjos das cadeias possam ser condicionados por **fatores externos** a sua organização.

Assim, a análise de cadeias acabaria por acentuar a dinâmica interna destas, desconsiderando que esta dinâmica pode variar segundo condicionantes político-institucionais e as lutas empreendidas pelos movimentos sociais. Estes estudos também ignoram a importância de circuitos local-regionais de produção, distribuição e consumo, composto por agentes econômicos que atuam fora das cadeias agroalimentares dominantes e que, para a agricultura familiar, representam, freqüentemente, seu direcionamento principal para inserção no mercado (MALUF, 2004).

### 2.3 Complexo Agroindustrial

O conceito de Complexo Agroindustrial foi muito utilizado a partir dos anos 1980 para compreender as transformações da agricultura, passando de rural, em que a maior parte do número de operações de venda, compra e troca entre a produção agrícola e o consumo final dos produtos se realizava nas redondezas das unidades de produção agrícolas, para uma dinâmica em que o setor de processamento de matérias-primas agrícolas (agroindústrias) passam a definir os padrões de produção, distribuição e consumo dos produtos gerados nas propriedades, obedecendo aos interesses e tendências internacionais.

Deste modo, pode-se definir Complexo Agroindustrial (CAI) como a integração técnica entre indústria de insumos agrícolas, produção agropecuária e agroindústrias processadoras, formada para transformar uma matéria-prima em produto final (SILVEIRA, 2005). A impor-

#### **AE** GLOSSÁRIO

**Fatores Externos** são aqueles condicionantes relativos ao mercado internacional, às mudanças nos hábitos dos consumidores, às novas tendências no consumo de alimentos mais saudáveis (orgânicos, funcionais, diet, light, artesanais, etc.) e às políticas públicas em nível nacional, articuladas com as demandas dos movimentos sociais e das organizações dos diferentes extratos de agricultores. Ou seja, fatores externos são aqueles que agem sobre determinada agricultura e que não estão inseridos nas modificações da própria produção.

#### **?** VOCÊ SABIA

Pode-se explicar os elementos que representam a subordinação da agricultura em vários aspectos: tecnológico; de incremento de máquinas, fertilizantes, sementes e os 'defensivos agrícolas'; econômico, pela integração com o complexo industrial, ficando à mercê do mercado na decisão dos preços dos produtos e financeiro, pelos próprios sistemas de crédito rural que financiam a produção agrícola de forma a viabilizar e dinamizar a produção dos Complexos Agroindustriais.

tância deste conceito está no fato de que ele demonstra as relações de subordinação da agricultura diante da indústria, seja no aspecto tecnológico, seja econômico, seja financeiro.

Este conceito de CAI tem sido usado principalmente de duas formas: como um grande complexo, formado por um conjunto de segmentos agrícolas, industriais, comerciais e o sistema financeiro, assumindo, assim, um sentido semelhante ao dos conceitos de *Agribusines* ou Sistema agroindustrial; ou para tornar possível a compreensão do processo de integração técnico-produtiva entre indústria e agricultura.

Para deixar mais claro a você o conceito de Complexo Agroindustrial (CAI), vamos a um exemplo.

A avicultura, no Rio Grande do Sul, possui uma grande participação no Produto Interno Bruto gerado pela economia e é um exemplo típico de CAI. Os agricultores familiares que se dedicam à avicultura são altamente dependentes dos grandes complexos agroindustriais que industrializam a matéria prima.

Até as medidas técnicas dos galpões que são utilizados para a criação das aves são controlados por estas indústrias. Os insumos (rações, medicamentos) para alimentação das aves são fornecidos pelas empresas. As aves e as suas condições de sanidade possuem um alto controle através de periódicas inspeções por parte das empresas e, quando corre algum problema de sanidade, muitos agricultores sofrem grandes descontos na renda obtida pela venda do produto.

Pode-se observar que o agricultor meramente faz o manejo das aves, não possuindo nenhum controle sobre o produto que é controlado inteiramente pelas empresas integradoras.

## 2.4 Redes de Desenvolvimento Rural

Na década de 90, principalmente nos países anglo-saxônicos, surge o conceito de rede de desenvolvimento rural. Diferentemente das abordagens anteriores, que possuíam um enfoque demasiadamente econômico, esse conceito acentua a importância das relações entre o social e o natural, as ações dos diferentes agentes sociais e as relações de poder que se estabelecem com os agentes envolvidos no desenvolvimento rural, sejam empresas, entidades públicas, ONGs, profissionais da área técnico-científica, universidades e consumidores.

As redes mais recentes têm aparecido como uma importante estrutura de organização e articulação para desenvolvimento de áreas consideradas rurais. O desafio para o desenvolvimento da agricultura necessita da substituição de ações pontuais por aquelas articuladas em rede, ou seja, entre as diversas especificidades e organizações que existem num determinado território rural. Para Zapatta et all (2007), as redes são formações de pessoas vinculadas a diferentes organizações de diferentes ramos que têm em comum um objetivo. Por exemplo, podemos ter uma rede de diferentes órgãos num determinado espaço,

### SAIBA MAIS

Você pode ver o trabalho de algumas redes que trabalham com o meio rural. É o caso da Articulação do Semi-árido (ASA), que propõe ações de convivência com o meio ambiente no árido Brasileiro. Há ainda o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), que vincula várias organizações e instituições que trabalham pelo desenvolvimento sustentável da região. Acesse os sítios e confira quem são os participantes destas redes.

<http://www.gta.org.br/>

<http://www.asabrasil.org.br/>

que tem por objetivo o desenvolvimento rural através da diminuição da fome.

O Pesquisador Inglês Jonathan Murdoch ensina que o estudo do rural deve buscar compreender como as redes são forjadas, como se estendem e se estabilizam no tempo ou no espaço (MURDOCH, 1994). Ele observa como se tecem as relações entre os diferentes elos da rede agrícola e como cada agente condiciona a ação do outro, de forma a, em conjunto, serem condicionados pelos processos macro-sociais.

Agora você já teve um contato com alguns termos que são utilizados na discussão sobre agricultura no Brasil. Entretanto, o nosso objetivo neste capítulo é chegar na delimitação e definição de agricultura familiar. Assim, seguimos com a evolução histórica da agricultura até chegarmos aos conceitos para delimitar a agricultura familiar hoje.

### **3. Definições de Agricultura Familiar**

#### **3.1 Do conceito de camponês ao de agricultor familiar no Brasil**

Atualmente está ocorrendo um resgate do termo 'camponês' para caracterizar determinado tipo social que se encontra na agricultura considerada familiar. Em uma sociedade altamente urbanizada, faz sentido falar em camponês? Existe ainda, nas sociedades do século XXI, um tipo social característico do 'campo', mantido imune à urbanização da sociedade contemporânea?

Para muitos, o camponês representa aquele produtor ou grupo familiar rural que vive 'lá no campo', longe da cidade, em um lugar isolado de todos e de tudo. O termo camponês vem da Idade Média, da época do surgimento das cidades (os Burgos), em que os que viviam no campo produziam alimentos para sustentar os exércitos dos senhores feudais, os membros das cortes européias e a população que passa a viver nas cidades.

Para a Sociologia Rural, os camponeses se caracterizam por viver em aldeias, voltados para relações sociais intensas com a sociedade local e desenvolvendo, entretanto, uma frágil relação com a sociedade envolvente. Daí a noção de isolamento e de uma produção voltada à subsistência da família e da aldeia, que estabelece as trocas eminentemente na esfera local. O comércio para o exterior da aldeia estava atrelado à capacidade de produzir excedentes, ou seja, produção maior do que necessária para o consumo da família e da aldeia. Aqui está a origem da produção para subsistência que, para muitos, é indicativo de existência atual de um camponês no Brasil rural.

Para **Lênin, Chayanov e Kautsky** (os clássicos da sociologia rural), o camponês constituía-se enquanto um tipo de produção familiar específica, identificada na passagem do século XIX para o século XX na Alemanha, Rússia e EUA. Os camponeses russos (certamente também os de outras regiões europeias) viviam em comunidades e dependiam basicamente da produção agrícola e da força de trabalho familiar para garantir a subsistência da família. Produziam praticamente tudo que a família necessitasse para o consumo e, eventualmente, realizavam trocas comerciais a fim de adquirir produtos que não produziam.

Segundo o pensamento de Alexander Chayanov, que estudou os camponeses no início do século XX na Rússia, a unidade agrícola camponesa é condicionada pela relação entre a mão-de-obra disponível (filhos, adultos e idosos de uma propriedade) e os alimentos necessários para reprodução do grupo familiar (Abramovay, 1998). Para a comercialização, somente se destinava o excedente gerado, ou seja, o produto produzido com o tempo de trabalho da família que ultrapassasse a produção de alimentos necessários para a alimentação da família. Assim, a orientação não era o mercado, mas a subsistência do produtor e de sua família.

Desse modo, para Chayanov, o incremento tecnológico faria com que as famílias de agricultores produzissem mais com a mesma força de trabalho, gastando menos tempo para produzir o necessário para o consumo familiar e sobrando mais tempo para produzir excedentes. Assim, não seria necessária a contratação de mão-de-obra extra-familiar para aumentar a escala de produção. Além disso, Chayanov percebeu que as Cooperativas teriam papel fundamental no futuro, pois representariam a possibilidade de mediação entre a agricultura e a indústria. Ao mesmo tempo, poderiam significar uma forma de ampliação coletiva da escala de produção, mesmo que a partir de pequenas unidades, garantindo o poder de barganha diante dos grandes conglomerados industriais.

Ao contrário de Chayanov, muitos autores acreditavam (alguns continuam acreditando) no desaparecimento do camponês a partir da expansão do modo de produção capitalista no campo. Essa visão tem por origem as análises de Lênin, que defende a tese de que o sistema capitalista, ao reproduzir-se no campo, promoveria a homogeneização das relações de produção, sobrando apenas duas classes sociais: os Capitalistas (proprietários de terra ou arrendatários que exploram a atividade agrícola com investimento nos meios de produção, trabalho assalariado permanente ou temporário) e o proletariado (assalariados rurais permanentes ou os volantes, conhecidos como bóias-frias no Brasil). Para Lênin, ou o camponês acumularia capital e tornar-se-ia um capitalista (burguês), ou perderia os meios de produção, fruto de

### ? VOCÊ SABIA

**LÊNIN, CHAYANOV e KAUSTKY:** Você sabe quem foram Lênin, Chayanov e Kautsky? Essas três personalidades são consideradas os sociólogos que deram origem aos estudos acerca da introdução do capitalismo na agricultura e das transformações que o sistema acarretou aos pequenos e grandes camponeses no início do século XX. Acesse o arquivo '**Os sociólogos clássicos da agricultura**' no link abaixo e confira mais alguns dados a respeito deles.

**'Os sociólogos clássicos da agricultura':** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_1.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_1.pdf)  
(**ATENÇÃO:** é necessário estar logado no sistema moodle para ter acesso a este material)

um processo de expropriação do acesso a terra e tornar-se-ia um trabalhador que precisa vender sua força de trabalho (proletário rural).

Outros autores ressaltam a permanência do camponês mesmo com a expansão do modo de produção capitalista, uma vez que este se reproduz também a partir de relações não capitalistas de produção, como é o caso do trabalho familiar. Acentua-se aqui, como elemento importante, a apropriação da agricultura pelo capital, que ocorre com a modernização do espaço rural, ou seja, a agricultura passa a fazer parte da cadeia produtiva, consumidora de insumos mecânicos, químicos e biológicos da indústria e, paralelamente, vende sua produção para a agroindústria processadora.

Dos autores clássicos, quem mais se aproximou da compreensão da dinâmica da agricultura no capitalismo foi Kautsky. O autor alemão considerava que o progresso técnico, através da mecanização permitiria um aumento da produtividade do trabalho, elevando consideravelmente a quantidade de área de terra capaz de ser manejada por um trabalhador, prevendo que não seria necessário, no futuro, um exército de trabalhadores assalariados para enfrentar os desafios de aumento de escala de produção e de produtividade por hectare.

Isso foi o que acabou acontecendo com a significativa mudança na base técnica da agricultura brasileira nas décadas de 1960-1970 (com a introdução de insumos químicos como fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas, antibióticos na produção de carne e leite, medicamentos de uso veterinário, etc.), dos insumos mecânicos e biológicos (como as sementes híbridas de alta produtividade). A agricultura Brasileira destas décadas aumentou a produtividade do trabalho de um número significativo de propriedades familiares que, ao invés de desaparecerem, acabaram se integrando às indústrias produtoras de insumos e das agroindústrias de transformação.

Desse modo, temos um agricultor que, utilizando predominantemente mão-de-obra da família, insere-se nos complexos agroindustriais e faz parte do circuito de acumulação capitalista, subordinando-se, em grande medida, aos padrões técnicos da indústria. No entanto, é importante salientar que esta integração assume formas variadas para cada produto e em cada região.

A história do campesinato brasileiro tem um caráter regional, na qual 'grupos diferenciados' se caracterizam pelo isolamento, pobreza e subsistência (LAMARCHE, 1997). Esses 'grupos' sempre foram excluídos das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura e, somente a partir da década de 1990, começam a ter um apoio do Estado através de políticas públicas como o PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar) e, através do Projeto de Lei 3.952/2004, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendi-

### ? VOCÊ SABIA

O modo de produção capitalista se caracteriza pela valorização do capital através da produção e circulação de mercadorias. Na Agricultura o sistema capitalista se desenvolve de forma desigual e contraditória, produzindo relação de produção capitalista (patrão x empregado) e não-capitalista (parceria e trabalho familiar).

O trabalho familiar era concebido como uma relação não-capitalista de produção, porque não existia na agricultura familiar a exploração do trabalho alheio. Tudo era dividido ou destinado para o consumo ou subsistência da família, seja pela produção de alimentos, seja pela renda obtida com a comercialização destes, utilizada para aquisição de bens e serviços necessários para reprodução da família.

mentos Familiares Rurais, reconhecendo a agricultura familiar como uma categoria produtiva.

A fim de garantir a reprodução do capital no campo, era fundamental que o campesinato passasse a se integrar na cadeia produtiva, principalmente enquanto consumidora dos insumos industriais. Para tanto, havia a necessidade de criar um sistema legal para viabilizar este processo. Foi assim que, a partir de estudos do INCRA/FAO (1994), o então conhecido campesinato brasileiro passa a ser denominado de 'agricultor familiar'. Para Abramoway (1998, p. 127), "aquilo que era, antes de tudo, um modo de vida, converte-se numa profissão, numa forma de trabalho".

Para Olalde (2006), muitos termos foram utilizados para se referir ao mesmo sujeito do campo: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. Esta troca de termos acompanha a evolução do contexto social e as transformações sofridas pela categoria dos agricultores familiares.

Mas afinal o que é agricultura familiar e agricultor familiar? Atualmente, existem várias delimitações acerca do conceito de agricultura e agricultor familiar, mas todas elas convergem a uma mesma denotação. A mais conhecida e muito utilizada no Brasil de hoje é a definição que o Governo Federal dá a esta agricultura.

#### DEFINIÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR

Para os efeitos da Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São também considerados agricultores familiares:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.



LINK

**Módulo Fiscal:** Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (*Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo*):

**Evolução do Programa:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_2..pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_2..pdf)

Na Unidade C, você conhecerá com mais profundidade a lei que regulamenta a agricultura familiar, assim como as políticas públicas que a beneficiam. Entretanto, para entender o sujeito hoje denominado de “agricultor familiar”, é importante resgatar a forma como aconteceu a modernização da agricultura brasileira e como esta modernização afetou os camponeses e transformou-os em agricultores familiares.

**C ATIVIDADE**

**ATIVIDADE A.1:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

## **3.2 A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira**

### **3.2.1 A modernização como transformação da relação cidade-campo**

No Brasil, a década de 1960 é um marco do processo de modernização da agricultura. A modernização da agricultura passou a ser conhecida como “Revolução Verde” e tinha por objetivo

[...] contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988, p. 44).

De uma forma geral, a primeira e a segunda Guerra Mundial contribuíram de forma significativa para as grandes transformações na agricultura, pois foi através das tecnologias descobertas nestes períodos que os homens foram capazes de aperfeiçoar o modo de produzir/trabalhar e explorar os recursos naturais disponíveis. Nos últimos 50 anos, a agricultura brasileira passa por uma verdadeira revolução. Surgem novas sementes melhoradas geneticamente, fertilizantes, defensivos e, principalmente novas máquinas. O ciclo produtivo das plantas é reduzido, buscando ao máximo a superprodução. Estas mudanças também contribuem para a mudança nas relações de trabalho, pois, através do aumento acelerado da produtividade e utilização das máquinas, gera-se grande contingente de agricultores e assalariados agrícolas que não conseguem mais trabalho no meio rural. Isso gera um processo de desocupação no campo, liberando grandes contingentes de trabalhadores para atuar no meio urbano.



O termo Revolução Verde surge nos anos 1950 em contexto de otimismo, com inovações técnico-científicas que permitiram um grande aumento de produtividade do trabalho e da terra, gerados em grandes centros internacionais de investigação agrícola. Desenvolveu-se um “pacote tecnológico”, incluindo variedades de alto rendimento, fertilizantes, mecanização e os chamados “defensivos agrícolas”. Esse termo assume, posteriormente, um enfoque político, pois, no esforço norte-americano para obter hegemonia na América Latina, diante do avanço das idéias socialistas consolidadas pela revolução cubana em 1959, gera-se um programa de financiamento para desenvolver no continente uma “Revolução Verde”. Essa revolução tinha como objetivo impedir uma revolução vermelha através do aumento da produção de alimentos e da redução da pobreza rural.

A consciência acerca dos impactos da Revolução Verde sobre o meio ambiente e sobre a saúde foi geradora de crescentes movimentos de resistência de parcela importante da sociedade gaúcha, que reivindica, desde meados dos anos 1980, a necessidade de banir alguns pesticidas, diminuir o uso de agrotóxicos, eliminar práticas agrícolas danosas ao solo e às águas superficiais e subterrâneas, eliminar as queimadas e reduzir o desmatamento, entre outras questões”. Foi também nesse período que aparecem as primeiras experiências de agricultura orgânica e/ou ecológica no Estado (RS) (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p. 121).

Fortaleceram-se, assim, dois processos fundamentais no desenvolvimento do país:

**A) a industrialização:** favorecida pela existência de um grande exército de trabalhadores vindos do campo em busca de emprego, exercia uma pressão para a baixa nos níveis salariais, que somente é contrabalançada pela organização e capacidade de luta dos trabalhadores de alguns setores da economia.



Figura A.1 - Dicotomia do trabalhador migrante e sua posterior situação

Destacam-se setores como os metalúrgicos que, no final da década de 70, patrocinam os movimentos de greve no ABC paulista, mudando o cenário da relação entre empresários e trabalhadores e dando origem a CUT - Central Única dos Trabalhadores.

**B) a urbanização:** resultou em um aumento acelerado e desordenado das cidades e uma 'favelização' social (imensas periferias desassistidas de saneamento básico, saúde, educação, habitação empregos formais). O êxodo rural passa a ser considerado um 'mal necessário', pois resulta de um processo irreversível de permanente busca de aumento de produtividade e de barateamento de mão de obra.

Neste processo de transformação das relações entre cidade e campo e entre a indústria e a agricultura, os agricultores passam a ser estimulados a se especializarem na produção de *Commodities*, abandonando a diversificação de atividades e das culturas, que era a maior característica da agricultura familiar. Desse modo, abandona-se, em grande parte, a produção para consumo familiar, causando um processo de **erosão cultural alimentar**. Esse fenômeno empobrece a dieta dos agricultores e promove a sua total dependência dos agentes comerciais e industriais na garantia de uma renda mínima necessária à reprodução digna da família. Assim, qualquer flutuação de safra ou de preços põe os produtores em situação de grande fragilidade. Além disso, o processo de especialização, muitas vezes, impõe o abandono da produção animal, o que significa a perda da sinergia entre dejetos animais e reposição da fertilidade do solo.

Politicamente, legitima-se este processo no regime militar (1964-1984), no qual o discurso oficial defende que a expulsão da mão-de-obra agrícola e a diminuição da população no campo é um processo 'natural' de desenvolvimento, pois isto já ocorreu nos países considerados 'desenvolvidos'. Nessa ótica, a indústria é considerada o motor do desenvolvimento econômico e cabe à agricultura, além de liberar a mão-de-obra para este setor, produzir alimentos 'baratos' para sustentar uma população urbana em crescimento. Assim, quanto menos a população gastasse com alimentos, mais sobras teriam para serem gastas com os bens de consumo duráveis, o que por sua vez alavancaria o crescimento do setor industrial. Este raciocínio transforma a modernização da agricultura num instrumento de transferência de renda do rural-agrícola para o urbano-industrial.

Três questões são fundamentais para uma melhor compreensão do processo de modernização agrícola brasileiro, como parte integrante de um modelo mais geral de desenvolvimento para a sociedade. São elas:

**a) A conservação da estrutura fundiária**

É comum o emprego do termo 'modernização conservadora' para definir o modelo de modernização utilizado na agricultura brasileira. Tal denominação origina-se da opção por transformar a base técnica

**+ SAIBA MAIS**

**Erosão Cultural Alimentar:** um processo de abandono de hábitos alimentares e práticas de produção e conservação de alimentos, devido a crescente urbanização do meio rural com a adoção pelos agricultores de hábitos urbanos, incluindo, em sua dieta, alimentos adquiridos na cidade e de origem industrial. Tal situação leva ao empobrecimento da dieta, porque, sem a produção própria para consumo, necessita-se gerar uma renda monetária necessária para aquisição de alimentos, o que freqüentemente não ocorre.

da agricultura sem alterar a estrutura fundiária existente, ou seja, sem realizar-se uma política de redistribuição das terras. Antes do golpe militar de 1964, havia uma grande mobilização em torno da Reforma Agrária como uma das 'reformas de base' necessárias ao desenvolvimento do país. No entanto, com o regime militar, decide-se pela manutenção da concentração fundiária, optando-se por um modelo de produção em grandes unidades de produção, com mão-de-obra assalariada. Moderniza-se o latifúndio e nega-se o acesso a terra aos contingentes de agricultores e trabalhadores rurais, que são levados a abandonar o campo pelo próprio processo modernizador.

As elites regionais brasileiras, historicamente, têm mantido seu poder associado à propriedade da terra e, com a aliança política com o capital industrial e financeiro, conseguem obstaculizar a reforma agrária. Como o processo de modernização expulsa mão-de-obra e reestrutura as relações de trabalho no campo, a luta pela terra ressurgiu nos anos 1980 com grande força política e apoio social, consolidando-se com a criação do **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)**.

#### **b) A mudança nas relações de trabalho no campo**

Com a mecanização acelerada das atividades agrícolas, deixa de existir a necessidade, por parte dos grandes proprietários, de manter no interior de suas áreas um grande contingente de trabalhadores disponíveis para os períodos de pico de trabalho, desestruturando as antigas relações de parceria (meação, terça, agregados, foreiros, etc.). Tal processo foi fortalecido com uma legislação que passa a reconhecer o direito dos trabalhadores em relação à posse de áreas utilizadas para seu sustento, bem como de eventuais indenizações por benfeitorias realizadas na grande propriedade.

No entanto, a mecanização das atividades agrícolas não atinge todos os cultivos e isso significa a necessidade de utilização de trabalhadores volantes, contratados temporariamente em períodos de maior necessidade de mão de obra, os chamados bóias-frias. Na verdade, trata-se de trabalho em condições precárias e de baixa remuneração. Já em culturas como a soja e o arroz, importantes no contexto gaúcho, a mecanização plena das atividades levou a uma diminuição significativa na oferta de postos de trabalho.

Torna-se importante salientar que também na agricultura familiar, em períodos de maior necessidade de mão de obra, como na colheita, semeadura, é comum, em muitos sistemas de produção, a necessidade de utilização da mão de obra complementar (externa à propriedade), suprida, muitas vezes, através da importante estratégia de troca de serviço entre os agricultores de uma mesma região, do assalariamento temporário (diarista) ou até mesmo através da manutenção de antigas práticas, como os mutirões ('puxirões' no popular).

#### **+ SAIBA MAIS**

Você já deve ter ouvido falar em **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. O MST é uma organização que reivindica a melhor distribuição de terras no Brasil, principalmente através da expropriação dos grandes latifúndios improdutivos e assentando, nas mesmas áreas, famílias que possam tirar da terra a sua subsistência. Existem várias questões polêmicas que envolvem essa organização. Se você consultar o sítio que segue, vai descobrir quais os antecedentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, seus objetivos como organização e ainda o município onde ocorreu a primeira manifestação dos agricultores sem-terra aqui no Rio Grande do Sul e originou o MST.

### **c) A ação do Estado via crédito subsidiado e extensão rural**

Na Unidade C, abordaremos as políticas públicas para a agricultura familiar, mas aqui é relevante mencionar o papel estratégico do crédito subsidiado, acompanhado pelo serviço público de extensão rural na implementação da Modernização da Agricultura.

O que é realmente o crédito subsidiado? O crédito subsidiado são financiamentos aos agricultores, nos quais o Governo Federal assume a totalidade ou parte dos juros do financiamento. O crédito subsidiado criou situações em que os agricultores saldaram os financiamentos com valores inferiores aos valores financiados (juros negativos ou o valor sem correção monetária, sem a reposição da inflação). Em outras palavras, era um financiamento fácil de pagar e com um montante enorme de recursos que passaram a ser disponibilizados aos agricultores, permitindo que estes adquirissem máquinas, equipamentos, fertilizantes e os chamados agroquímicos.

Apesar de todas essas facilidades, a distribuição do crédito não foi equitativa entre os agricultores, beneficiando em grande medida os grandes proprietários de terras de maior poder político e em condições de fornecer maiores garantias para o banco. Assim, grandes contingentes de agricultores familiares foram excluídos ou não tiveram acesso ao crédito 'fácil', que cumpriu um papel seletivo de consolidação dos agricultores que possuíam mais condições financeiras em detrimento de muitos outros que não possuíam tais condições, que foi o caso da maioria dos agricultores familiares.

Nesse contexto, a extensão rural exerceu o papel de importante veículo para convencer o agricultor a adotar as novas tecnologias que estavam sendo postas a disposição no mercado. Além disso, a supervisão sobre uso dos recursos dos financiamentos ficava atrelada às recomendações de um determinado modelo de produção, o qual será detalhado.

### **3.2.2 A Mudança na Base técnica de produção**

Para discutirmos as mudanças na base técnica da produção agrícola, vamos diretamente a origem da palavra agricultura. Qual é a origem da palavra agricultura? Ela é composta pelos termos *agri* + *cultura*, ou seja, cultura do agro. Uma cultura do fazer agrícola, composta pelo saber do homem que cultiva a terra e que se constituiu na base do conhecimento que o agricultor lançava mão quando se deparava com um problema em sua lavoura. Trata-se de um saber herdado das gerações anteriores, desenvolvido pelos antepassados na convivência com um determinado agroecossistema. Com a modernização e tecnificação, esse termo passa a denominar o conhecimento técnico-científico empregado na agricultura, direcionando a um aumento de produtividade e constante artificialização do meio natural.

Se antes a produtividade agrícola dependia da capacidade de reprodução de determinadas condições dos agroecossistemas ao longo do tempo, com a modernização o meio natural passa a ter cada vez menos influência no processo de produção que passa a ser mais dependente do meio técnico. Na obra “Das Lavouras às Biotecnologias”, os autores defendem a tese de que, na verdade, a base técnica da modernização agrícola age em dois sentidos: o do apropriação e o substitucionismo.

**a) Apropriação:** a ciência e a tecnologia se apropriam de uma série de atividades antes desenvolvidas pelos humanos, pelos animais ou mesmo pela natureza. Assim, a motorização se apropria do processo de manejo do solo antes executado pela tração humana ou animal, os herbicidas no controle das ervas daninhas (no lugar da capina), os fertilizantes químicos na reposição da fertilidade dos solos (no lugar dos períodos de ‘descanso’ da terra), as sementes melhoradas no lugar da seleção natural. Esse processo é materializado através do apropriação mecânica (tratores, arados, grades, capinadeiras, plantadeiras, colhedeiras, subsoladores, pulverizadores, climatizadores, ordenhadeiras, etc.), do químico (fertilizantes, corretivos de solo, inseticidas, herbicidas, fungicidas, hormônios, antibióticos e medicamentos de uso em produção animal e vegetal) e do apropriação biológico (sementes híbridas, animais geneticamente melhorados). A todo este aparato tecnológico desenvolvido em centros internacionais de pesquisa, convencionou-se chamar de pacote tecnológico da **agricultura moderna ou agricultura convencional**.

**b) Substituição:** é caracterizado pelo processo de substituição de produtos eminentemente agrícolas por produtos industrializados. As Indústrias processadoras de alimentos passam a buscar produtos que independam da produção agrícola, devido a esta estar condicionada aos processos naturais, o que pode significar incertezas em sua oferta e desvalorização da matéria-prima agrícola. Isto ocorre com a margarina em substituição à manteiga, com adoçantes em substituição ao açúcar e as fibras sintéticas substituindo lã e fibras vegetais. Dessa forma, fragilizam-se imensos contingentes de agricultores, enfraquecendo seu poder de barganha diante do setor industrial.

Portanto, a modernização da agricultura implicou uma mudança no modo de produzir, de fazer agricultura. A introdução destes insumos industriais levou a uma erosão da cultura do agro, tornando os agricultores cada vez mais dependentes de profissionais e de instituições detentoras de conhecimento técnico-científico para produzir dentro dos novos padrões exigidos pelas agroindústrias processadoras e pelo comércio internacional de commodities. Estas unidades indus-

## AE GLOSSÁRIO

**agricultura moderna ou agricultura convencional:** o termo convencional surge como forma de diferenciação da agricultura orgânica ou ecológica, ou seja, é uma agricultura que não tem preocupação ambiental. Já agricultura moderna é usada como contraponto à chamada agricultura tradicional, aquela com baixa intensidade de insumos.

triais, dedicadas ao beneficiamento da produção, em atividades tão diferentes como moagem, secagem, trituração, fabricação de ração, abate de animais e processamento de subprodutos de origem animal ou vegetal, cada vez mais assumem papel central nas cadeias agroalimentares e a direção do sistema alimentar.

Deste modo, impõe-se um novo padrão de produção e para alcançá-lo torna-se necessário adotar o pacote tecnológico descrito acima e atender aos interesses da indústria de insumos para agricultura. Assim, o agricultor, ao inserir-se no processo de modernização da agricultura, fica 'ensanduichado' entre as indústrias de insumos e as indústrias processadoras. Nesse contexto, pode-se perceber que a agricultura subordina-se a indústria, transfere renda para esta e os agricultores acabam por inserir-se nas cadeias agroalimentares como seu elo mais fraco. O enorme crescimento alcançado pelos grupos industriais ligados ao setor se deve, em grande medida, pela apropriação da maior parte da renda gerada pela agricultura, levando conseqüentemente ao empobrecimento dos agricultores.

A modernização da agricultura no Brasil implicou uma mudança no modo de produzir e nas formas de exploração do espaço rural. Dentre essas transformações, além do modo de vida que se urbanizou pelo desenvolvimento dos transportes e comunicação, também pode-se destacar os problemas ambientais, que serão abordados a seguir.

### 3.2.3 A Dimensão Ambiental do Processo de Modernização

Na Unidade B, será abordada a questão da sustentabilidade da agricultura familiar e os discursos em favor do desenvolvimento sustentável. Mas ao se abordar o processo de modernização da agricultura brasileira não se pode deixar de mencionar os problemas ambientais causados pelo modelo tecnológico implantado. Essa questão será analisada de dois ângulos: **A)** o modelo tecnológico em si, suas características e os problemas de degradação ambiental causados e; **B)** a expansão das áreas agrícolas, com a ocupação de ecossistemas frágeis, ocasionando graves conseqüências em relação à **Biodiversidade** e a sócio-diversidade.

O modelo tecnológico adotado pelo processo de modernização da agricultura no Brasil foi desenvolvido por grandes centros de pesquisa internacionais e universalizado pela "Revolução Verde", em ações articuladas entre os **organismos internacionais** (FAO, Banco Mundial, Banco Interamericano, Fundação Rockefeller), governo norte-americano e empresas transnacionais do setor agroalimentar. As tecnologias geradas e testadas em clima temperado foram transferidas para países de clima tropical, passando por processo de adaptação por órgãos de pesquisa públicos (no caso brasileiro, a EMBRAPA - Empresa Brasileira

#### GLOSSÁRIO

**Biodiversidade** significa um grande número de espécies vegetais e animais freqüentando um mesmo espaço geográfico, relações complexas que expressam a riqueza de um ecossistema e responsável por uma dinâmica ambiental capaz de sua preservação.

#### SAIBA MAIS

Verifique a ação dos órgãos como a **FAO, BIRD, e CEPAL** na agricultura Brasileira visitando os sítios que seguem:

<https://www.fao.org.br/>

<http://www.eclac.org/brasil/>

<http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view/7.html>

de Pesquisa Agropecuária, criada pelo governo federal em 1972) ou privados (os laboratórios das empresas do ramo dos insumos agrícolas).

Tratando-se de um modelo exógeno, não desenvolvido a partir das condições específicas dos agroecossistemas tropicais, estas tecnologias representaram e representam um fator de degradação ambiental. Caso amplamente conhecido que ilustra este aspecto é o uso de mecanização pesada, o excesso de arações e gradagens que provocaram impactos sobre a estrutura física do solo. Nos países de clima temperado, modificar a estrutura do solo tinha o objetivo de expô-lo a luz solar para aumentar sua temperatura. Isso porque, em se tratando de clima frio e com um período anual longo com baixas temperaturas, o calor era necessário para acelerar os processos biológicos, já que a ação dos microorganismos é mais lenta em clima temperado.

Nas condições tropicais, tal prática gera uma compactação do solo, criando uma lâmina resistente à penetração da água e provocando o escoamento superficial. Tal processo leva à perda gradativa do solo e diminui o tempo de umidade retida. Depois de longos anos de práticas incorretas, surgem técnicas mais apropriadas para condições tropicais, como é o caso do plantio direto.

Por outro lado, o impacto ambiental causado pelo processo de modernização agrícola, também é gerado pela ampliação da fronteira agrícola, com avanço das monoculturas sobre as diferentes regiões do Brasil, como as ocupações ocorridas em diferentes regiões: oeste catarinense, sudoeste paranaense, Espírito Santo, regiões do estado de São Paulo, o nordeste, o cerrado e a Amazônia. Ainda de significou uma intensa migração interna, o que transformou radicalmente as paisagens, violentando agroecossistemas complexos e de grande Biodiversidade e sócio-diversidade. Caso emblemático no Brasil é a ocupação e destruição da Floresta Amazônica em detrimento das grandes áreas de gramíneas as quais servem de alimentação para o rebanho bovino criado nestas áreas e que se destina ao mercado externo.

### ATIVIDADE

**ATIVIDADE A.2:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

## **UNIDADE B**

### **AS INTERFACES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **Objetivos**

- conhecer as transformações do espaço rural nas abordagens sobre o desenvolvimento na contemporaneidade;
- compreender a evolução da problemática ambiental e sua inserção no conceito de desenvolvimento sustentável;
- contribuir na compreensão da sustentabilidade do processo agrícola e sua relação com as novas formas de abordagem do espaço rural;

#### **Introdução**

Nesta unidade, buscaremos percorrer a trajetória dos discursos sobre desenvolvimento, examinando o lugar e função atribuída à agricultura e sua relação com a dimensão ambiental. Conheceremos como surgiu o desenvolvimento sustentável e seu significado para a forma das sociedades e governos pensarem a problemática ambiental em suas ações de desenvolvimento. Para tanto, parte-se das mudanças ocorridas na sociedade com o processo de urbanização, e a redefinição do rural de espaço agrícola para espaço multifuncional, relacionado com a importância crescente das temáticas ambientais.

Da crítica de um modelo de desenvolvimento rural produtivista, emerge um conjunto de aspectos relativos à sustentabilidade do processo agrícola que são abordadas em um contexto de construção teórica do desenvolvimento sustentável como princípio orientador das políticas públicas. A agricultura familiar é focada neste cenário, buscando-se indicar as suas transformações e seu papel no desenvolvimento rural.



## 1. Um Novo Olhar Sobre o Rural e a Agricultura

### 1.1 O Desenvolvimento Contra o Rural

A urbanização da sociedade constitui-se em uma das grandes transformações da humanidade. Pode ser comparada à domesticação de plantas e animais, ocorrida há cerca de 10.000 anos e que tornou possível a vida sedentária. Ross (2000, p. 215) aponta que as

cidades são áreas onde vive a grande maioria dos homens nos países ou regiões que se industrializaram e mecanizaram as atividades agrícolas. A existência de cidades remonta aos primórdios da civilização, entretanto a intensificação da urbanização veio com a revolução técnico-científico-industrial, mais significativa a partir dos séculos XIX e, sobretudo, no século XX.

Para se ter uma idéia de como aconteceu este processo, por volta de 1800 apenas 3% da população mundial era considerada urbana. Em 1950, quase a metade dos americanos vivia em áreas rurais e dependia fundamentalmente da atividade agrícola; quarenta anos depois (1990) esse número se reduziu a 22,9% e somente 1,9% dos americanos moravam em fazendas. Na América Latina, 75% da população vivem nas cidades. Um exemplo da hipertrofia urbana é a cidade de Lima, no Peru, onde apenas 0,3% do território nacional, concentra 33% da população, 70% das empresas, 80% dos depósitos bancários e 75% dos médicos (SCIENCE, 1995). No Brasil, em 1940, 68% da população ainda vivia no campo, sendo que, atualmente, cerca de 79% da população vive nas cidades (IBGE, 2001).

Bem, você deve estar imaginando o que aconteceu para que a população rural migrasse para a cidade. Primeiro, é preciso entender que a migração rural-urbana apresentou-se de forma bem diferente para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos países considerados desenvolvidos, o excedente populacional provocado pela modernização agrícola, além de ser absorvido pelas indústrias instaladas nas cidades, contou com duas 'válvulas': as grandes guerras mundiais e, principalmente, as políticas de incentivo à emigração do excedente populacional para outros países. Assim, a população que saiu do meio rural e permaneceu nesses países realmente se urbanizou.

Já nos países subdesenvolvidos, como se observa no caso brasileiro, não ocorreu um processo de urbanização e sim um processo de 'desruralização' rápida. A massa de emigrantes não se tornou automaticamente urbanizada, a não ser por recurso a critérios meramente estatísticos. Urbanizado é aquele que dispõe de um teto, de um emprego e de condições de exercício efetivo de cidadania. Assim, a massa de desruralizados se concentra não na cidade, mas na pré-cidade,

#### **+ SAIBA MAIS**

**Aprofunde seus conhecimentos com as seguintes leituras:**

MOURA, L. A. A. de. *Qualidade e Gestão Ambiental*. 3 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 360. (leitura de nível fácil).

SAHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3ed. São Paulo: Garamond, 89p. (leitura de nível médio).

Porto-Gonçalves, C.W. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2006.

no 'purgatório' das periferias dos grandes centros urbanos, nutrindo esperanças de algum dia ser urbanizado. Mas, os serviços públicos e as políticas de habitação, saneamento, saúde, educação e o emprego formal não vêm atingindo essa população a qual permanece marginalizada dos benefícios resultantes do desenvolvimento do país.

Na maioria dos países subdesenvolvidos, esse processo de urbanização rápida aconteceu principalmente a partir de 1945, quando acabou a Segunda Grande Guerra Mundial e os EUA assumiram um importante papel na modernização destes países. Mas afinal o que é modernizar? Modernizar, a partir da década de 1950, representou basicamente importar tecnologias, indústrias e a moda de consumo, ou seja, esta era a fórmula de desenvolvimento que foi bem sucedida nos EUA e, portanto, deveria dar certo em qualquer lugar.

Foi assim que esses países passaram a importar vários produtos norte-americanos, principalmente as plantas industriais, afinal era o símbolo do moderno, da ruptura com a pobreza. Só que as indústrias precisavam de operários e é neste momento que a agricultura passa a ser importante, pois fornecia mão-de-obra barata para estimular o desenvolvimento da indústria nascente.

No início, não foi fácil motivar as pessoas a morar na cidade e trabalhar de empregados em uma indústria recebendo um salário muitas vezes baixíssimo. Neste ponto, foram criadas duas formas para estimular o êxodo rural: a modernização da agricultura, através do processo conhecido como "Revolução Verde", para que fosse liberado o grande contingente de mão de obra necessária para produzir os alimentos; e a difusão, principalmente através das escolas rurais, da imagem da cidade como um lugar bom, moderno, bonito.



**Figura B.1** - Para convencer as pessoas a deixar o meio rural, as cidades eram mostradas como lugares bonitos e modernos.

O grande problema de tudo isso, principalmente no caso brasileiro, foi de que grande parte da população que saiu do campo foi obrigada a viver na periferia dos grandes centros urbanos, alimentando as ilusões de algum dia ser urbanizado. De uma maneira geral, esse problema tem sido contornado pelas instituições responsáveis por estatísticas e políticas territoriais, através de categorias intermediárias como peri-urbano, semi-rural, campo urbanizado, novo rural, que tentam preencher o espaço do suposto continuum entre os dois extremos, o rural e o urbano (KAGEYAMA, 1998).

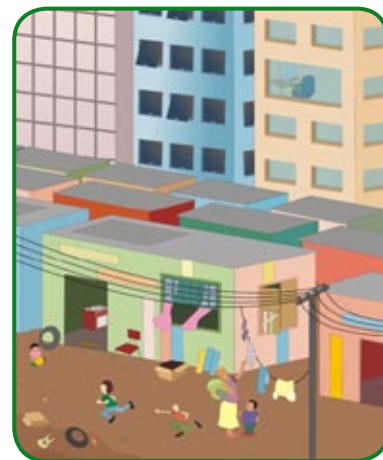


Figura B.2 - Os reflexos da urbanização sem planejamento.



Figura B.3 - Mapa da distribuição da população abaixo da linha de pobreza no Brasil. Fonte: Editora Moderna.

Em resumo, o modo como ocorreu a modernização na maioria dos países subdesenvolvidos foi centrado no desenvolvimento urbano e poderia ser resumida da seguinte forma: o processo de desenvolvimento no Terceiro Mundo é sistematicamente orientado contra o campo, à custa do empobrecimento do rural. Não é por acaso que a maior parte da miséria absoluta do mundo, segundo o Banco Mundial (1998), esteja, hoje, no meio rural.

Autores como Abramovay & Sachs (1998) ainda destacam que entender que o desenvolvimento passa necessariamente pela desertificação social do campo é cometer um duplo equívoco. Primeiro, por

supor que as cidades poderão unificar produtivamente as centenas de milhões de famílias que vivem hoje em situação de pobreza no meio rural. Segundo - e o mais grave - é que o deslocamento geográfico dos que estão em situação de pobreza no campo é um desperdício de recursos, de conhecimentos, e de potenciais de desenvolvimento que o meio rural tem, ainda hoje, a oferecer à sociedade.

No caso Brasileiro, foi preciso aproximadamente meio século para que a ilusão da 'cidade-paraíso' começasse a desaparecer. Hoje, percebe-se uma tendência de reversão do fluxo migratório, pois contingentes populacionais abandonam as cidades em direção ao campo. No Rio Grande do Sul observa-se que parte da população rural que migrou nos anos 1970-80 para as regiões mais industrializadas (Vale dos Sinos, Vale do Taquari, região metropolitana de Porto Alegre e Região nordeste em torno de Caxias do Sul) retornam, nos anos 1990, às regiões de origem, e muitos buscam o retorno à vida rural. Neste aspecto, assume importância o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os inúmeros assentamentos de agricultores no processo de reforma agrária e as políticas de reordenamento fundiário implementadas nos anos 90 (serão abordadas na Unidade C).

## **1.2 A Releitura do rural**

Então, como você viu até agora, a opção adotada de desenvolvimento acabou mostrando duas faces da mesma moeda. Por um lado, representou o empobrecimento e, em muitos casos, o completo esvaziamento (desertificação) do espaço rural; por outro lado, resultou na ingovernabilidade e na vulnerabilidade (violência, miséria, etc.) dos grandes conglomerados urbanos. A existência de uma falsa urbanização mostra-se cada vez menos capaz de assegurar, aos que por ela são atraídos, as condições mínimas do que seria uma vida civilizada. É neste contexto que, sem a pretensão de resolver os imensos problemas urbanos, o meio rural pode contribuir para melhorar esta situação.

Você teria alguma idéia de como resolver os diversos problemas enfrentados pelas cidades? Será que a resolução desses problemas não passa por uma revalorização do espaço rural? Bem, cada vez mais pessoas (intelectuais e dirigentes) estão concluindo que não é possível resolver os problemas mundiais sem fortalecer as áreas rurais. O Congresso Mundial Rural 21, em Potsdam, concluiu que as áreas rurais, seja na Europa, na América, na África ou na Ásia, requerem respostas urgentes aos problemas estruturais e econômicos locais. Por isso, o fortalecimento de áreas rurais não é só uma tarefa para países em transição ou países em desenvolvimento, mas para o contexto mundial (KLAUS & MAGEL, 2000).

Sem dúvida que as cidades e os modos urbanos permanecerão e não queremos pregar o seu fim. No entanto, as formas pelas quais as cidades vão evoluir nos próximos anos serão variáveis cruciais para o processo global de desenvolvimento. Mesmo que o retorno a uma vida rural, da forma que está presente no imaginário social, seja apenas uma fantasia romântica, atualmente o campo começa a ser valorizado, através do resgate de valores (como as gastronomias típicas de cada lugar) perdidos na civilização moderna. A ONU, no Relatório Brundtland, reconhece a importância desta questão, pois, na lista de medidas a serem adotadas pelos Estados como estratégia de desenvolvimento sustentável, destaca-se o “controle da urbanização selvagem e a integração do campo e das cidades” (CMMAD, 1988).

Não se trata de fazer uma defesa do rural, mas de estabelecer uma nova configuração nas relações entre cidade e campo, em que o meio rural poderá representar mais do que um reservatório no qual permanecem os que ainda não tiveram a oportunidade de realizar a aventura da vida urbana. A Conferência Européia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, em 1994, reconhece a importância de políticas de re-ordenamento do território, em que sejam considerados os fluxos cidade-campo e seus impactos ambientais, alertando os gestores públicos de que as cidades não podem simplesmente explorar os recursos de suas áreas periféricas sem atentar para os efeitos sobre sua sustentabilidade.

Estamos acostumados a analisar o efeito multiplicador exercido pelo desenvolvimento urbano e industrial sobre o meio rural e, normalmente, tende-se a desconsiderar o efeito que o aumento da renda rural gera sobre o conjunto da economia. Entretanto, a maior reserva de empregos relativamente baratos ainda se encontra no rural. O relatório da *“International Commission on Peace and Food”* (ICPF), publicado em 1994 sob o título de *“Oportunidades Inéditas”* (Uncommon Opportunities), aponta para a possibilidade de se criar no mundo um bilhão de empregos rurais, passíveis de serem induzidos pelo desenvolvimento rural em 10 anos (ABROMOVAY & SACHS 1998).

No cenário internacional, segundo Sachs (1998), um dos fenômenos mais extraordinários foi o processo de industrialização rural levado a cabo na China. Através dele, foram criados dezenas de milhões de empregos não-agrícolas, principalmente com a expansão dos Complexos Agroindustriais, conforme analisamos na Unidade A.

Por fim, com o acesso global aos meios de informação e tecnologia, hoje é possível buscar alternativas para a consolidação de estratégias que visem o fortalecimento da agricultura familiar como as agroindustriais familiares rurais, a fruticultura, a piscicultura, dentre outros. Outra questão importante é que a população retorne aos pe-

quenos centros urbanos e possa ter acesso às condições básicas que garantem a qualidade de vida, como moradia, educação, saúde e lazer. No entanto, não basta promover esta 'volta ao campo', é preciso que esse processo venha acompanhado de um planejamento da distribuição dessa população, considerando principalmente a necessidade de tornar nulos os impactos ambientais.

### **1.3 As multifuncionalidades do rural**

Agora que já (re)lembramos rapidamente todo o processo que promoveu a transformação do espaço rural, fica fácil imaginar ou entender por que atualmente muitos autores falam em uma '**multifuncionalidade**' do campo.

Um exemplo que podemos citar, já de início, ocorre nos países industrializados, em especial na Europa, onde se desenvolve um duplo fenômeno de urbanização do campo: de uma parte, a crescente procura dos cidadãos por espaços de residência no meio rural, resultando na urbanização física do meio; e de outra, a difusão de bens de consumo tipicamente urbanos. Os avanços tecnológicos na área de comunicações e transportes engendraram mudanças no modo de vida, urbanizando-os (TEIXEIRA & LAGES, 1998).

Assim, o rural deixa de ser um lugar totalmente isolado, passando a fazer parte do circuito urbano, seja pelo aumento progressivo do consumo de produtos industrializados (símbolo de moderno), seja pelas mudanças no estilo de vida dos agricultores, o que significa a perda dos valores, da própria cultura rural. Balem & Silveira (2005) nos alertam para esse processo, enfatizando que se observa um aumento da interação entre o meio rural e as cidades, aproximando os modos de vida e transformando os hábitos alimentares da população rural. Até então, isso é um elemento positivo. No entanto, começa a ser problemático quando significa um empobrecimento da dieta das famílias rurais ao aumentar o volume de alimentos industrializados, que são ingeridos em detrimento da antiga variedade de opções alimentares garantida por uma produção direcionada ao consumo.

Além disso, o aumento da procura por lugares para morar no espaço rural é outro exemplo desse processo que, por um lado, representa uma estratégia de buscar refúgio frente a ingovernabilidade das megalópoles. Mas, por outro lado, e não em grau menor, pelas próprias preferências de uma resistente maioria da população que optaria por morar em aldeias menores ou no meio rural, se isto fosse possível (OUR, 1999).

Bem, na análise de Carneiro (1997), esse processo não resulta em uma homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urba-

no a um continuum dominado pela cena urbana, como já foi formulado no tocante à realidade europeia e como sugerem os estudos sobre a realidade brasileira. Para a autora, ainda que os efeitos da expansão da **racionalidade urbana** sobre o rural, facilitada pelas mudanças nos meios de transporte e comunicação que retiram o homem rural do isolamento e os investimentos em energia elétrica e fornecimento de água encanada que impactam positivamente sobre a qualidade de vida no meio rural, além da ampliação do acesso aos serviços públicos, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo.

Como lembra Carneiro (1997), o que de fato está acontecendo no meio rural é um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população, residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Não se trata, portanto, para a autora, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais.

Muitos países encontram dificuldades para explicar esta recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e mesmo o declínio de algumas áreas urbanas. Nas palavras de Marjorie Jouen (2001), nos anos 90, as zonas rurais reservaram aos europeus e a seus dirigentes uma boa surpresa, ao afirmarem-se como espaços dinâmicos, inovadores e atrativos para a sociedade como um todo. De repente, a visão que se tem do campo deixa de ser complacente e se mostra interrogativa, e o que antes se considerava como atraso passa a ser considerado como espaço de potencialidade. Mas quais seriam estas potencialidades? Como identificá-las? Bem, identificá-las não é um procedimento fácil de ser realizado, afinal, ele exige que os agentes locais passem a compreender o agricultor como um sujeito capaz de apontar e construir as melhores alternativas para o desenvolvimento de seu estabelecimento, da vila, do município. Para estimular este processo, as políticas públicas tiveram grande importância.

Esta entrada das zonas rurais na política dos países desenvolvidos é fruto, segundo Saraceno (1997), de políticas públicas orientadas em favor das zonas rurais, como para compensá-las pela diminuição da sustentação da agricultura ligada aos acordos internacionais e aos custos crescentes da política de sustentação dos preços agrícolas. Tal situação nova obrigou os administradores a rever conceitos e a conduzir as políticas cada vez mais relacionadas a uma lógica territorial em vez de setorial.

A lógica territorial passa a ser importante porque vai tentar abranger todos os setores na busca por um desenvolvimento sustentável. Além disso, ela permite também extrapolar o limite dos municípios, estimulando a inter-relação e a construção de estratégias em escala regional. Outra questão que é importante citar refere-se às intervenções recentes, orientadas em favor das zonas rurais, ligadas aos acordos internacionais e aos custos crescentes da política de sustentação dos preços agrícolas (SARACENO, 1997)

Para ilustrar a importância do rural na Europa, Klaus & Magel (2000) citam o “Programa de Trabalho 2000”, válido para todos os países da União Européia. O programa traz uma série de medidas para as áreas rurais, com uma aproximação de medidas agrárias e não-agrárias, como, por exemplo, o incentivo a fontes alternativas de renda dos agricultores, não fazendo distinção entre os agricultores de tempo integral ou de meio período.

**Algumas medidas do programa de trabalho 2000**

- a. apoio às áreas marginais para assegurar sua utilização agrária permanente, assegurando, assim, a vida rural nestes espaços;
- b. compensação de renda em áreas onde há restrições impostas pela legislação de proteção ambiental (baseada na legislação européia);
- c. remuneração aos agricultores pela prestação de serviços ambientais específicos relacionadas com a produção agrária;
- d. medidas de suporte e infra-estrutura para o desenvolvimento de áreas rurais;
- e. reordenamento de terras e a renovação de aldeias, a diversificação do trabalho dentro do setor agrário e dos setores próximos a ele.

Não se pretende, como alguns propõem, que o rural seja um depósito dos problemas dos grandes centros urbanos. Para esses, como contraponto à explosão urbana, sobretudo na periferia das grandes cidades, a solução seria enviar levas desses excedentes, instalando-os onde há espaço. O metro quadrado nos espaços urbanos é muito mais caro, por que então não construir, no rural, leprosários, sanatórios, penitenciários ou outras construções do tipo? Afinal, como indagam Teixeira & Lages (1998): “as usinas de tratamento do lixo ou os lixões já não são metáforas dessas proposições?”.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1999) chama a atenção para o que é realmente novo na transferência das atividades urbanas, principalmente das indústrias para as áreas rurais. Segundo o autor, é sabido que muitas indústrias tradicionais (indústrias sujas ou decadentes) há muito vêm procurando refúgio no espaço agrário por razões de custos internos (maior proximidade com matérias primas, mão de obra barata, e não sindicalizada) e custos externos (dificuldade no transporte de cargas, menor controle sobre a poluição). Todavia, mais recentemente



te, estimulados pelo desenvolvimento das telecomunicações, novas indústrias e serviços auxiliares da produção, de alto nível tecnológico, também têm se transferido para o campo em busca de melhores condições de produção e de trabalho.

Assim, além das funções tradicionais de produzir alimentos e matérias-primas, o rural incorpora novas funções: conservar a natureza, o meio ambiente, os espaços verdes, os recursos paisagísticos, recreativos, ou turísticos (OREA, 1991).

Para Sachs (1998), quaisquer que tenham sido as transformações quantitativas ou qualitativas, é no rural que se encontra o habitat do que nos resta de biodiversidade no planeta, de recursos hídricos, de belas paisagens e este é responsável pela produção de alimentos e de **biomassa**, portanto, um espaço de grande importância. A busca de uma outra modernidade rural constitui, na opinião do autor, um problema central para o futuro da humanidade.

#### 1.4 A nova concepção de agricultura

Até agora, mostramos como o espaço rural transformou-se nas últimas décadas. Concluimos que o rural contribui de diversos modos com os interesses da sociedade, o que nos obriga a buscar uma melhor compreensão das múltiplas funções do rural. Aprendemos que outras atividades econômicas têm fortes relações com a utilização da terra no espaço rural. Agora vamos ver que também a própria agricultura passa ter dimensões sociais e ambientais novas. A função primordial da agricultura segue sendo a de produzir alimentos e outros produtos básicos. Entretanto, ela gera também uma gama de produtos e serviços não-primários, que configuram o meio ambiente, afetam os sistemas sociais e culturais e contribuem com o crescimento econômico (FAO, 1999).

Após décadas de uma modernização da agricultura, que tentou obter do território ganho rápido de produtividade, nos anos 1990, aparece a noção de multifuncionalidade da agricultura e emerge uma demanda social por outras funções para a agricultura além da produção (GUILLAUMIN et al., 1999). Givord (2001) destaca que, por um bom tempo, a contraposição entre o "Modelo Rural" versus o "Modelo Agrícola" (ou o "Rural" versus o "Agro"), fez com que parecessem competidores, mas, hoje, são vistos como complementares. Para a autora, essa integração, consagrada em nível político e jurídico na União Européia, no conceito de multifuncionalidade da agricultura, expresso pela "Agenda 2000" que estabelece o desenvolvimento rural como o segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC). Este conceito também é reconhecido internacionalmente nos debates promovidos por

#### **AE** GLOSSÁRIO

**Biomassa:** trata-se de produção vegetal, capaz de transformar-se em energia, matéria-prima para os Biocombustíveis que nada mais são do que uma forma de alternativa a utilização do petróleo como fonte energética principal de nossa sociedade. Converte-se a energia solar via fotossíntese em matéria verde e esta transforma-se em uma forma de energia disponível para os meios de transporte e alimentação de processos industriais, os Biocombustíveis.

órgãos e instituições, em especial os promovidos pelas Nações Unidas, com os trabalhos da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21 e os encontros promovidos pela FAO.

As novas funções que a agricultura vem assumindo vão muito além disso. Você consegue imaginar algumas, principalmente sob o aspecto social?

Bem, caso se considere o território como um espaço habitado, o papel da agricultura na gestão do território agrupa-se principalmente em torno de três eixos: o papel econômico, o papel ecológico e o papel social. Quanto ao papel econômico, os produtos agrícolas podem ter um efeito sobre o desenvolvimento do território, por seu impacto econômico (setor agroalimentar) e também pelos reflexos que recaem sobre outros setores (dinamismo econômico local). Já no aspecto ecológico, a agricultura está igualmente relacionada à constituição e à gestão da paisagem. Ela participa na preservação da biodiversidade, na manutenção da cobertura vegetal, na proteção de mananciais, entre outros. E, principalmente pela sua importância social. Esta constitui-se uma das funções importantes da agricultura no território, no que se refere à presença humana, pois tem a capacidade de manter uma população empregada, bem como animar a vida rural. (GUILLAUMIN et al., 1999).

Essas funções, às vezes chamadas de “novas funções”, para Guillaumin et al. (1999), podem ser consideradas como externalidades positivas da atividade de produção agrícola, por exemplo, a constituição de uma paisagem agradável. Por outro lado, podem ser, também, serviços demandados à agricultura por outros atores, que levam a modificar as suas práticas, como a mudança de data da colheita para preservar uma espécie animal, a manutenção de corredores para evitar incêndios florestais, a acolhida de estudantes para aulas práticas, entre outros.

## **2. O Desenvolvimento Sustentável**

### **2.1 Sobre o conceito de desenvolvimento**

O que significa a palavra desenvolvimento? Você deve estar pensando em mudança, porque o que se desenvolve não está parado, estático. Certo, desenvolver é mudar de estágio, mas o que significa dizer que uma sociedade está mudando de estágio? Aí, já estamos diante de uma resposta mais difícil. Vejamos como podemos construir uma resposta.

Quando falamos em ‘**desenvolvimento**’, é inevitável lembrar da tradicional divisão do planeta em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na verdade, esta noção foi utilizada como estratégia para

justificar a expansão do modelo norte-americano de produção, sob a justificativa de buscar uma distribuição justa e democrática das riquezas mundiais. Este processo iniciou-se por volta de 1949 quando o então presidente dos EUA, Harry Truman, lançou em um discurso a necessidade de dedicar-se a um “programa ousado e moderno” que possibilitasse às áreas subdesenvolvidas o acesso aos avanços científicos e ao progresso industrial alcançado pelo EUA (ESTEVA, 2000, p. 59/60).

A partir disso, o desenvolvimento passa a ser usado como sinônimo de crescimento, evolução, maturação. “E, para dois terços da população mundial, esse significado positivo da palavra *desenvolvimento* é apenas um lembrete *daquilo que eles não são*” (grifos do autor) (ESTEVA, 2000, p. 65).

Por isso, a ideologia que se construiu em torno deste termo teve como objetivo principal a imposição de um modelo cultural único no mundo inteiro e dependente da política norte-americana. Em nome dessa política, foram traçados programas a fim de modernizar os países subdesenvolvidos (não-modernos) e de acabar com a pobreza. Nesse momento, um “re-desenvolver o Sul” significava “desfechar o ataque último e definitivo contra a resistência organizada ao desenvolvimento e à economia” (ESTEVA, 2000, p. 72).

O re-desenvolver foi substituído pelo desenvolvimento sustentado, vestido do ‘verde e da democracia’, afinal, era preciso transformar os recursos naturais, antes fonte de vida para as populações nativas, em matérias primas, a fim de garantir o desenvolvimento. Mas o desenvolvimento sustentado não foi nada mais do que a estratégia para sustentar o desenvolvimento.

Nesse contexto, o (des) envolvimento é, na gênese da palavra, retirar do envolvimento, ou seja, liberar algo que já está aí como possibilidade, mas não está livre para atingir toda sua potencialidade. Por isso, pode-se dizer que uma sociedade desenvolve-se quando seus recursos naturais são utilizados para produzir bens e serviços que têm por objetivo satisfazer as necessidades humanas. Este processo de transformação dos recursos naturais em produtos industriais foi fundamental para produzir o bem-estar dos grupos humanos, garantindo sua alimentação, vestuário, proteção, medicamentos e meios técnicos para aumentar a produtividade do trabalho e da terra.

Entretanto, a organização da sociedade para a produção não pode ser vista separada da forma pela qual os grupos sociais se relacionam e normatizam sua vida social através de leis, regulamentos e instituições, criadas para garantir a convivência harmônica da vida cotidiana. Assim, uma sociedade não se desenvolve apenas produzindo bens e serviços, o que os autores chamam de crescimento econômico, mas

quando seus cidadãos fazem parte de um processo de aprendizagem social, capaz de aprimorar suas potencialidades e as formas de relacionamento social.

Existem sociedades com formas de governo mais autoritárias, em que pode haver crescimento econômico (exemplo do modelo Chinês ou a ditadura militar brasileira de 1964-1984), mas a participação ativa da população nas decisões sobre os regramentos sociais é restrito, ao contrário de sociedades mais democráticas, nos quais a aprendizagem social (pode-se falar em capacidade de inovação) e a participação política é muito mais ampla.

Também é fundamental para que haja desenvolvimento, que as riquezas e o produto gerado pela sociedade sejam repartidos mais igualmente, caso contrário, pode-se ter um crescimento econômico com concentração da terra, de renda e de riquezas em geral, gerando níveis elevados de pobreza e miserabilidade. Exemplo disso é o caso do Brasil, considerado a oitava economia do mundo e um dos maiores níveis de desigualdade social do planeta.

## 2.2 O surgimento do adjetivo sustentável ao desenvolvimento

Antes, destacamos a evolução da problemática ambiental sob o contexto geral da própria evolução humana e, por fim, a concepção de desenvolvimento. Agora vamos estudá-los tomando por base as práticas agrícolas.

Sendo assim, nos primórdios da sociedade humana, a descoberta da possibilidade de plantar e colher representou um salto de qualidade, pois liberou, aos poucos, os grupos humanos da dependência da caça e da pesca. Dessa forma, pela primeira vez, o homem supera um estágio que levaria a insustentabilidade, pois a caça e a pesca tendem a ser insuficientes para atender as necessidades básicas do grupo, uma vez que a sua população aumentava progressivamente.

Inicialmente, as práticas de uma agricultura rústica eram itinerantes. Nelas, os grupos humanos nômades buscavam novas áreas para cultivo a cada ano, porque, com o passar do tempo, a produtividade do solo tende a diminuir (as plantas retiram nutrientes do solo, que não tem como repor imediatamente). Deixando-se uma área de terra em descanso por um intervalo de tempo, o que chamamos **pousio**, até que esta recupere sua capacidade de produção para, então, ser novamente semeada.

No século XIX, com a primeira revolução agrícola, o uso de adubação orgânica, proveniente de dejetos dos animais e, posteriormente, com o surgimento de adubos químicos, dá-se mais um passo no sentido de superar a incapacidade de produzir alimentos na velocidade em que o crescimento da população e o surgimento das cidades exigiam.

### **AE** GLOSSÁRIO

**Pousio:** é o termo pelo qual denominamos o período de descanso de uma área agrícola, ou seja, o período no qual ela permanece sem cultivo. O pousio tem como finalidade a recuperação da fertilidade do solo em um processo natural de reconstrução dos agroecossistemas, o que era fundamental na época em que o uso de fertilizantes químicos era muito pequeno. O Pousio pode variar em sua duração de acordo com o nível de degradação do solo, sendo curto (até 4 anos), médio (de 4-10 anos) e Longo (superior a 10 anos).

Referencia em Esther Boserup, *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*, Campinas, Hucitec, 1987.

Da mesma forma, o desenvolvimento da sociedade tem sido uma luta constante contra a insustentabilidade, podendo-se dizer que é necessário adotar um ritmo de utilização dos recursos naturais que não provoque seu esgotamento. Se houvesse esse esgotamento, a sociedade seria im pedida de de continuar satisfazendo suas necessidades, e a isso se daria o nome de desenvolvimento sustentável.

Até aqui, chegamos a um ponto crucial: o desenvolvimento da sociedade até hoje foi marcado pelo uso intensivo dos recursos naturais. Estes começam a esgotar-se, principalmente por causa do uso irracional e predatório que se iniciou a partir do século XX. Nesse período o modelo de agricultura, conhecido como moderno desenvolve variedades genéticas de alto rendimento associadas ao uso intensivo de fertilizantes e aos agroquímicos (defensivos agrícolas no jargão da empresas produtoras destes insumos), utilizados em quantidades crescentes para enfrentar doenças e ataques de animais ou outras espécies de vegetais indesejáveis, chamadas de invasoras pelos defensores deste modelo de agricultura. Nas palavras de Ross (2000, p. 213):

A crescente industrialização concentrada em cidades, a mecanização da agricultura em sistemas de monocultura, a generalizada implantação de pastagens para criação de gado, a intensa exploração de recursos energéticos, como o carvão mineral e o petróleo, a extração de recursos minerais, como o cobre, o ferro, o ouro, o estanho, o alumínio, o manganês, entre inúmeros outros, alteram de modo significativo a terra, o ar e a água do planeta, chegando algumas áreas a degradações ambientais irreversíveis.

A agricultura moderna insere em seu modelo a mecanização intensiva, trazendo problemas de compactação do solo, erosão e tornando grandes contingentes de trabalhadores sem ocupação pelo significativo aumento da produtividade do trabalho. Desse modo, este modelo traz o êxodo rural e o crescimento acelerado das grandes cidades, provocando os imensos problemas hoje vivenciados de péssimas condições de saneamento, habitação, saúde, educação e o resultado perverso, evidenciado pela violência crescente e descontrolada.

Aqui chegamos a outro ponto importante: os adjetivos do desenvolvimento e suas dimensões contraditórias. Pois, se esta agricultura moderna trouxe indiscutível desenvolvimento no aspecto econômico a diversas sociedades, já que, no aspecto social, pode-se verificar que o êxodo rural e a urbanização desordenada, somadas ao empobrecimento dos agricultores por sua expropriação diante dos capitais industriais e financeiros são indicadores negativos. Então, socialmente, não houve desenvolvimento, necessariamente, em todas as sociedades que adotaram tal modelo.

### ? VOCÊ SABIA

No século XVIII, a Europa passou por um período de fome endêmica devido a queda na produção de alimentos, causada pela redução da fertilidade do solo depois de um longo tempo de cultivo contínuo e agravado pela estrutura fundiária muito fragmentada. No caso Italiano, áreas de 1/3 de ha a 2 ha eram comuns nas áreas montanhosas e levaram a que os agricultores somente se alimentassem de derivados de milho, causando uma deficiência nutricional na população. A Europa superou esta situação com a emigração para os chamados novos continentes (Américas, Oceania e Ásia), pela recuperação da fertilidade do solo com a adoção dos adubos químicos, surgidos em torno de 1860 e com a produção de alimentos nas colônias sob domínio europeu nos novos continentes.

Para você entender melhor, podemos dizer que o desenvolvimento na sua dimensão social tem relação com a repartição do produto gerado em determinada sociedade, ou seja, a distribuição de renda, de acesso às condições básicas como educação, saúde, lazer e alimentação. Por sinal, não são poucos os autores que denunciam a má distribuição de alimentos no mundo. Portanto, o problema da fome que arrasa parte da população mundial não é decorrência da inexistência de alimentos, mas sim, dos alimentos estocados ou que se perdem armazenados nas prateleiras das redes de distribuição que não alcançam os necessitados. Isso está diretamente relacionado com um desenvolvimento econômico que trata do volume deste produto e sua relação por trabalhador e por unidade de capital investido.

Mas voltemos ao caráter sustentável do desenvolvimento. A Agricultura moderna provocou o desmatamento de imensas áreas florestais, a poluição das águas pela erosão do solo, causada por enxurradas e por agroquímicos altamente nocivos à saúde de homens e animais. Com isso tudo, fragilizou os mecanismos de regulação dos agroecossistemas, resultando em um processo marcado por uma produtividade estagnada ou em declínio, fato que se busca resolver, sob a ótica conservadora, com o aumento do uso de insumos.

Desse modo, ameaçou-se a sustentabilidade do desenvolvimento, levando a um discurso que enfatiza a necessidade de alternativas que superem tal situação. Esse discurso foi difundido a partir dos anos 70, após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), com a alcunha de Ecodesenvolvimento e, na década de 80, assumindo a bandeira do Desenvolvimento Sustentável com o **Relatório Brundtland**.

No entanto, precisamos estar atentos para a discussão da sustentabilidade, uma vez que hoje é bem comum encontrarmos uma grande diversidade de informações sobre este tema. Essa diversidade pode mascarar uma “nova” dominação ideológica, como alerta Shiva (2000, p. 314):

Atribui-se também um outro significado à sustentabilidade, um significado, aliás, bastante perigoso. Nesse novo significado, a sustentabilidade é associada com o próprio desenvolvimento, e não com a natureza. Não envolve, portanto, um reconhecimento dos limites da natureza ou a necessidade de aceitá-los e mantê-los. Ao contrário, simplesmente significa assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial, o fluxo constante de um número cada vez maior de mercadorias, uma acumulação de capital infinita.

### + SAIBA MAIS

O conhecido **Relatório Brundtland** foi emitido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado em 1987, com o título de *Nosso Futuro Comum*. Abordava a preocupação ambiental de uma forma global, principalmente quanto à emissão de gases tóxicos (MOURA, 2002)

Ou seja, o discurso sobre a sustentabilidade apresenta-se com duas faces: uma preocupada com a manutenção e ampliação dos interesses do capital e outra, preocupada com a 'vida' do planeta, com os direitos humanos. A problemática é que o discurso, cada vez mais aceito em meios acadêmicos e políticos, não tem examinado com cuidado esta questão, e as tentativas de mudança estão carentes de ações concretas. Antes de examinarmos esta contradição, precisamos considerar os demais aspectos da insustentabilidade do desenvolvimento que estão além do modelo de agricultura.

### 2.3 A problemática ambiental: evolução histórica do debate

A questão ambiental é, sem dúvida, preocupação marcante neste momento da civilização e, provavelmente, o de maior potencial de questionamento e de transformação na trajetória do processo civilizatório. Ao mesmo tempo em que se constitui em um tema atual, a preocupação com o meio ambiente vem de longa data. A humanidade sempre interagiu com este meio para garantir sua sobrevivência e as conseqüências negativas, em maior ou menor grau, sempre aconteceram, mas agravaram-se em decorrência da forma excludente e concentrada, social e espacialmente, da acumulação do capital (MARZALL, 1999).

Mas, a acumulação de capital é um processo bem recente na história da evolução humana e sua relação com a natureza. Por isso, é importante lembrar sempre que a exploração dos recursos naturais evoluiu com a história do homem sobre a face da Terra (ROSS, 2000, p. 1999). Portanto, vamos retomar algumas questões como, por exemplo, a evolução da problemática ambiental desde os tempos remotos até hoje.

Para começar, imagine os grupos humanos primitivos. A diferença destes para com os demais seres vivos começa a acontecer a partir da capacidade de criar **objetos técnicos**. Estes facilitaram a busca por alimento (caça, pesca e coleta) e também aperfeiçoaram a relação dos homens para com o mundo natural, permitindo aos grupos humanos viver melhor. Dessa forma, os objetos técnicos rudimentares marcaram um primeiro passo para enfrentar as adversidades das forças naturais tornando o ambiente menos agressivo para a sobrevivência dos grupos humanos.

Neste período inicial, a descoberta de novas técnicas, seja para a busca por alimento, seja para produzi-lo, garantiu o aumento da disponibilidade e qualidade dos produtos consumidos sem, no entanto, implicar grandes impactos ambientais. No entanto, estes impactos começam a ser sentidos a partir do aumento da população e, portanto,

#### ? VOCÊ SABIA

O DDT (dicloro difenil tricloretano) é um produto persistente e bio-acumulativo e foi usado durante a Segunda Guerra Mundial para proteger os soldados das doenças. Era um produto barato e praticamente não fazia mal ao homem e aos animais de sangue quente. No entanto, tem efeito altamente tóxico para peixes e plantas. Nas aves, o DDT, afetava o metabolismo do cálcio, deixando as cascas dos ovos frágeis e quebradiças e, conseqüentemente reduzindo drasticamente sua população (MOURA, 2002)

#### AE GLOSSÁRIO

**Objetos Técnicos** são aqueles que podem ser utilizados como instrumentos de trabalho a fim de garantir a sobrevivência do grupo. Por exemplo, flecha, arco, enxada, etc.

da constante necessidade de aperfeiçoar os objetos técnicos no intuito de qualificar e ampliar a produção. Nesse contexto, os primeiros grandes impactos ambientais começam a ocorrer a partir do início do século XX, vejamos alguns exemplos:

- em 1952, na Inglaterra, ocorre um fenômeno natural que, associado à queima excessiva de carvão provoca a morte de aproximadamente oito mil pessoas;
- no início dos anos 1970, despejos de indústrias químicas na Baía de Minamata (Japão), contendo metais pesados, provocaram a contaminação de animais aquáticos que, através do processo de bio-acumulação, acabou atingindo seres humanos, causando cerca de 2200 mortes;
- o acidente com o petroleiro Exxon Valdez, cujo vazamento de óleo atingiu viveiros, peixes e frutos do mar;

Na Inglaterra, região de Londres, onde “grande parte das indústrias (sobretudo as de geração de energia elétrica) e residências, usavam carvão para produção de energia que, em sua queima (...), emitia grande quantidade de enxofre e material particulado na atmosfera” (p. 01). No mês de dezembro deste mesmo ano, houve a incidência de uma frente fria que provocou uma queda brusca nas temperaturas, chegando próximo de zero grau. Assim, “muitas residências passaram a queimar carvão em suas lareiras e aquecedores aumentando a quantidade de enxofre e fumaça no ar” (p. 01). A situação se tornou tão intensa que após dois dias os raios solares não conseguiam ultrapassar a grossa camada de fumaça suspensa no ar e, após uma semana, foram constatadas aproximadamente oito mil mortes relacionadas com problemas respiratórios (bronquite, enfisema pulmonar, gripe, pneumonia e ataques cardíacos). “Foi a primeira constatação científica relacionando um determinado tipo de poluição a perdas de vidas humanas em grande escala” (MOURA, 2002, p. 01).

Estes são apenas alguns exemplos de eventos que contribuíram para que a temática ambiental viesse a se tornar uma necessária reflexão na contemporaneidade. As primeiras manifestações em defesa do ambiente surgiram na Europa e nos Estados Unidos (1960 – 1970). A partir da década de 1980, surgem, em grande parte dos países, leis regulamentando a atividade industrial e algumas ferramentas como os Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA).

#### PERSONALIDADE



**Rachel Carson:** Uma importante contribuição no sentido de estimular a reflexão acerca da temática ambiental foi dada por Rachel Carson que, em 1962, publicou o livro *Silent Spring*, no qual aborda as consequências (primavera silenciosa, sem pássaros) do uso do DDT (dicloro difenil tricloroetano). Esta publicação contribuiu para a proibição, nos EUA, da comercialização deste produto e da criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (MOURA, 2002, p. 03).



Assim, o meio ambiente limpo começa a ser visto como um direito à vida humana e, por isso, o debate que envolve a temática do desenvolvimento e direitos humanos passam a ser importantes ainda mais com as lembranças da Grande Depressão e dos horrores da Segunda Guerra Mundial. Outra questão é que a conscientização ambiental que nasce ligada, principalmente, ao choque provocado pela bomba atômica em Hiroshima. Um momento histórico marcante em que o homem descobre que “havia alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda a vida do nosso planeta” (SACHS, 1997b, p. 48).

Mesmo assim, foi apenas nas últimas décadas do século XX que a sociedade começa a mobilizar-se no sentido de discutir e combater, principalmente, os efeitos nocivos das atividades econômicas predatórias e poluentes. Um importante passo para ampliar mundialmente a discussão acerca do meio ambiente foi realizado através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo (Suécia), em 1972. A partir dessa, seguiram-se “uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com o Encontro da Terra no Rio de Janeiro” (SACHS, 1997b, p. 48).

Com a paulatina inclusão da problemática ambiental na discussão em escala mundial e também pela pressão dos movimentos ambientalistas, muitos gestores e intelectuais partem para a busca de um outro tipo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. Ele precisa contemplar o crescimento econômico, a preservação e recuperação dos recursos naturais e promoção da distribuição equitativa para a população mundial dos recursos planetários. Um debate audacioso em que a consonância desses três elementos propõe uma superação dos interesses socioeconômicos particulares dos diferentes grupos humanos. Propõe também uma revisão do princípio do sistema capitalista que é apropriar-se da natureza como forma de valorização do capital (lucro em primeiro lugar e acima de tudo). Por isso, que muitos autores não acreditam ser possível o desenvolvimento sustentável sob o capitalismo. E você, acredita ser possível?

Para entender melhor como aconteceu o debate sobre um desenvolvimento sustentável, vamos aprofundar este tema.

## 2.4 Eco-desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável

O **desenvolvimento** não pode ser pensado como algo parado, mas como um processo que, principalmente durante o século XX, priorizou sua dimensão econômica. Neste sentido, Godard (1997, p. 203) atenta que o

### ? VOCÊ SABIA

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com a presença de 21 países. Neste encontro foi aprovado o documento **Nosso futuro comum**.

[...] desenvolvimento evoca um dos valores centrais assumidos pelas sociedades contemporâneas. Este valor alimenta-se de vários componentes ideológicos: o progresso técnico identificado ao progresso humano, a ambição de um domínio sobre a natureza onde se exerceria a criatividade humana, a escassez primordial dos recursos naturais e dos bens de consumo diante das necessidades sempre mais numerosas, o pressuposto do caráter essencialmente benéfico do crescimento econômico.

O desenvolvimento que se seguiu à Revolução Industrial (no caso brasileiro, após os anos 30) se assentou na visão de progresso como sinônimo de crescimento, percebendo-se o meio natural, muitas vezes, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico (BONETI, 1998). Além dos problemas ambientais, essa concepção de 'desenvolvimento' gerou graves problemas sociais, como demonstra o crescente aumento da pobreza e das populações que sobrevivem abaixo dos níveis mínimos de subsistência (CARVALHO, 1993).

Assim, mediante a análise do conjunto de tendências globais do desenvolvimento, a crítica centrava-se no estabelecimento de limites à possibilidade de crescimento da economia em escala mundial. Como observa Sachs (1997), os padrões de consumo de países industrializados não podem ser sustentados em longo prazo e, muito menos, podem ser estendidos ao resto do mundo.

Maurice Strong, coordenador do PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1973, denomina essa alternativa ao desenvolvimento convencional de "eco-desenvolvimento", cujos princípios foram mais bem definidos por Ignacy Sachs, em 1976. O termo é considerado por muitos, inclusive pelo próprio Strong, como precursor do conceito de "sustentabilidade" (BRÜSEKE, 1998).

A partir de então, o tema da relação e da articulação entre crescimento econômico e a conservação do meio ambiente passa a ocupar espaços crescentes nos debates internacionais, em especial quando se trata de discutir as relações entre os países em desenvolvimento com os desenvolvidos, agregando uma nova dimensão ao conceito e aos propósitos do desenvolvimento, seja econômico ou social (SEPÚLVEDA et al., 2001).

Este processo desemboca no conceito de desenvolvimento sustentável, atualmente usado em todo mundo. Embora considerado um tanto impreciso (Ehlers 1996), foi formulado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado no Relatório de Brundtland: "Nosso Futuro Comum", para o qual o "desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias

necessidades” (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, 1988).

## **2.5 Desenvolvimento Sustentável: Um conceito em construção**

Discutir sobre o futuro do Planeta partindo da realidade atual e a necessidade de transformação é um processo marcado por conflitos. Conflitos de vários interesses, sendo que o econômico sempre acaba sendo o ‘carro chefe’ da discussão. Afinal, qual é a ‘fórmula’ para garantir o direito à qualidade de vida para todas as pessoas sem destruir com o restante das reservas naturais do planeta? Um primeiro passo talvez fosse superar a lógica dos interesses privados e passar a pensar no futuro e nos demais 6,3 bilhões de habitantes do planeta.

Na verdade, observa-se que, a partir dos trabalhos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, passou-se a usar o termo “desenvolvimento sustentável”, ou seja, passa a ser politicamente correto falar em sustentabilidade (VEIGA, 1996; BRÜSEKE, 1998), além de ser incluído obrigatoriamente em muitos projetos de desenvolvimento como uma das condições para obter financiamentos (DÍAZ & CÁCERES, 2001). Tal tendência se acentua ainda mais, segundo Marzall (1999), depois do Fórum das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 1992.

Díaz & Cáceres (2001), observam, entretanto, que a inclusão dos objetivos ambientais, na maioria das vezes, constitui-se num simples uso de retórica, sem reflexos no cotidiano dos projetos. Analisando inúmeros projetos de desenvolvimento rural, os autores concluem que, na maioria dos casos, a questão ambiental, quando não se restringe apenas ao discurso, é incorporada de maneira muito pobre na execução dos projetos. Normalmente, a avaliação ambiental está apoiada em conceitos superficiais, antiquados, altamente estereotipados e não situados.

Para ilustrar essa problemática, Díaz & Cáceres (2001) citam alguns exemplos, como o caso de um projeto desenvolvido por uma ONG Argentina em que a preocupação ambiental recaiu sobre o possível impacto no “efeito estufa”, que poderia ser provocado pelo moinho de milho comprado por um grupo de agricultores para alimentar suas famílias. No outro extremo, citam projetos oficiais de desenvolvimento que recomendam uma gama extensa de agroquímicos, supondo que estes são inofensivos ao ambiente, se os agricultores seguirem as recomendações dos fabricantes.

A sustentabilidade, para Constanza (1991), deve ser entendida como a relação entre sistemas ecológicos mais abrangentes e dinâmicos na qual: (a) a vida humana pode continuar indefinidamente; (b)

as individualidades humanas podem florescer; (c) a cultura humana pode desenvolver-se; (d) os efeitos das atividades humanas permanecem dentro de certos limites, com o propósito de não-destruição da diversidade, da complexidade e de funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Para Sachs (1998), o desenvolvimento que se pretende sustentável deve necessariamente considerar as seguintes dimensões da sustentabilidade.

**a. Sustentabilidade social** - entendida como processo de desenvolvimento no qual o crescimento está a serviço da construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e bens, de modo a reduzir as diferenças entre ricos e pobres.

**b. Sustentabilidade econômica** - possível através da alocação mais eficiente dos recursos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

**c. Sustentabilidade ecológica** - é dada pela capacidade de suporte dos ecossistemas, pela redução do uso dos recursos não-renováveis, pela redução da emissão de resíduos, pelo equilíbrio no consumo dos recursos naturais entre países ricos e pobres, pela pesquisa de tecnologias menos poluidoras, de baixo custo e eficientes, tanto para o meio rural como para o meio urbano, e finalmente, ela é dada pelas normas adequadas que visem a proteção do ambiente.

**d. Sustentabilidade espacial** - dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

**e. Sustentabilidade cultural** - inclui a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de eco-desenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Na definição utilizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para la Agricultura (IICA), o desenvolvimento, para ser sustentável, precisa assumir uma postura multidimensional, que abranja desde o aspecto ético, por sua preocupação com a equidade, e seja capaz de incluir variáveis dificilmente quantificáveis, mas qualitativamente indispensáveis na configuração de novos padrões de vida para as atuais e futuras gerações. Assim, o desenvolvimento deve ser sustentável e sustentado (*sostenible y sostenido*). O sustentável caracteriza-se na sustentabilidade das bases em que se origina, quando viabiliza sua reprodução, sua persistência. O sustentado, quando se realiza como continuidade, quando estabelece um ponto entre o passado, o presente e o futuro (PLAZA & SEPÚLVEDA, 2001).

A partir das décadas de 80 e 90, proliferam-se as definições acerca do desenvolvimento sustentável. Segundo Pinheiro et al. (1997), a tentativa de estabelecer definições para a sustentabilidade caracteriza entendimentos bastante distintos do que seria desenvolvimento e de quais são as prioridades para a sociedade. As definições são muitas

e procuram enquadrar a noção de sustentabilidade a partir dos interesses daqueles que a definem, cada um considerando a sua como a melhor, ou seja, a expressão concreta do individualismo, condição que deveria ser superada para construir um projeto alternativo mundial.

Assim, já em 1993, Camino & Müller (1993) citam 50 definições de desenvolvimento sustentável; em 1997, Pinheiro et al. (1997) falam da existência de 70 definições; em 1999, Foladori & Tommasino (2000) já falam em mais de 100 definições distintas.

Se, por um lado, pode ser encontrado na literatura o esforço de muitos autores no sentido de precisar um conceito de desenvolvimento sustentável, por outro, cresce o número de trabalhos mostrando as deficiências de tais conceitos bem como das tentativas de se estabelecer uma tipologia a partir dos diversos conceitos (VEIGA, 1994; ESCOBAR, 1995; SOUZA, 1998; FOLADORI, 1999; CAPORAL & COSTA-BEBER, 2000.)

Além disso, Tommasino & Foladori (2000) destacam que a análise cuidadosa da produção científica, gerada em torno da problemática da sustentabilidade, indica que existem numerosos pontos de incertezas, controvérsias e falta de conhecimento em relação à maior parte das questões relacionadas ao tema.

Esta proliferação de conceitos levou Acselrad (1993) a afirmar, o que parece ainda ser válido hoje, que a sustentabilidade é um conceito em evolução. Opta-se, assim como afirma Veiga (1994), por abordar a sustentabilidade enquanto uma noção, e não como conceito, o que implicaria em definições precisas.

Tal dificuldade de definição deve-se, também, às diferentes respostas à questão de que se pretende “sustentar”, já que se observa não haver consenso neste sentido. O amplo espectro de posições varia desde as que acentuam as preocupações com a preservação dos ecossistemas até posições que enfatizam a superação das desigualdades sociais e o enfrentamento das estruturas de dominação política como princípios orientadores do desenvolvimento.

Apesar das distintas formas de se ver o desenvolvimento sustentável, algumas questões importantes são convergentes na maioria das definições. Caporal & Costabeber (2000) destacam como consensuais as seguintes questões:

- a.** a necessidade de os países desenvolvidos reduzirem o consumo de recursos naturais, uma vez que são responsáveis pelo consumo de mais de 80% dos recursos naturais do planeta;
- b.** a necessidade de crescimento dos países pobres, para que possam satisfazer de forma digna suas necessidades, utilizando, para tal, métodos e tecnologias originais e adequados de produção nos diversos setores da economia;

c. a necessidade de que os frutos deste crescimento beneficiem a todos os cidadãos dos países pobres;

d. e que este crescimento atente para a preservação dos recursos naturais, de modo que as gerações futuras também possam usufruí-los.

Para Díaz & Cáceres (2001), há também um consenso crescente de que a sustentabilidade tem significados, implicações e conseqüências diversas, dependendo do contexto ecológico, socioeconômico e histórico no qual ela é implementada. Para os autores, isso tem duas implicações importantes: o que é sustentável para uma região pode não ser para outra e o que é sustentável hoje pode não ser amanhã. Significa que a sustentabilidade deve ser vista como um conceito geográfico e historicamente situado, ou seja, um conceito histórico, dinâmico e envolvido em um processo perpétuo de re-conceituação. Significa também, que as definições gerais e abstratas têm pouca utilidade por se distanciarem das situações geográficas e históricas específicas.



#### **ATIVIDADE**

**ATIVIDADE B.1:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

### **3. A Sustentabilidade do Processo Agrícola**

#### **3.1 O esgotamento do modelo convencional de práticas agrícolas**

Como você viu na Unidade A, a agricultura brasileira passou por um processo intenso de modernização que transformou a paisagem rural e os próprios agricultores (modos de vida, alta especialização, etc). Esta mudança foi baseada na aproximação da agricultura com a indústria nos seus diferentes setores: indústria química, de máquinas e equipamentos agrícolas, indústria processadora.

A partir disso, os sistemas agrícolas perderam grande parte da sua diversidade e, mesmo que variando de propriedade para propriedade e de país para país, possuem muitas características comuns, como: a inovação tecnológica rápida; os grandes investimentos de capital para aplicar em produção e em tecnologia; as propriedades agrícolas com grandes extensões de terras; a monocultura; o uso de variedades híbridas para obter altos rendimentos; a utilização extensiva de praguici-

das, fertilizantes, o aporte energético externo; a alta produtividade do trabalho; e a grande dependência da agroindústria. A particularidade, no caso da criação animal, é a extensiva utilização de concentrados (OURO, 1999).

O esgotamento deste modelo de agricultura ocorre justamente pela sua única preocupação em aumentar a sua eficiência produtiva. Tendência que prevaleceu após a Revolução Industrial e foi, por muitos, denominada de “agricultura convencional”, “moderna” ou “agricultura industrial”. Como exemplo, podemos citar a produção de alimentos, que nos últimos 50 anos aumentou entre 70 a 90%, segundo estimativas do Banco Mundial (OURO, 1999).

Mas os problemas da opção por este modelo de desenvolvimento agrícola, concebido como sinônimo de modernização, não tardaram a chegar e trouxeram sérias implicações na questão da sustentabilidade, tanto econômica, como social e ambiental, no âmbito da agricultura de um modo geral, e sobretudo, para as médias e pequenas unidades de produção agrícola.

Na visão de Gliessmann (2000), foram as técnicas, inovações, práticas e políticas que dão suporte à agricultura moderna que minaram suas bases. Tais métodos exploram excessivamente e degradam os recursos naturais dos quais dependem, ou seja, o solo, as reservas de água e a diversidade genética natural. Para o autor, a agricultura moderna é insustentável porque deteriora as condições que a tornam possível.

Uma das principais conseqüências do modelo convencional foi a excessiva especialização dos sistemas produtivos e as tecnologias intensivas da agricultura convencional que levaram a uma dependência de pesticidas e fertilizantes sintéticos, causando grande impacto negativo sobre o ambiente e as sociedades rurais. Altieri (1998) denomina isso de “doenças ecológicas”, tais como a erosão, o esgotamento, a salinização e a alcalinização do solo, a poluição das águas superficiais e subterrâneas, a perda de áreas agrícolas para o desenvolvimento urbano; o aumento de pragas e doenças, a perda de recursos genéticos vegetais e animais, a eliminação dos inimigos naturais das pragas, a ressurgência e resistência genética aos pesticidas, a contaminação química e a destruição dos mecanismos de controle natural, entre outras.

Gliessmann (2000) é categórico ao afirmar que, sob a ótica energética, a agricultura convencional está usando hoje mais energia do que aquela energia que o alimento contém em si, sendo que a maior parte da energia investida provém de fontes finitas. Segundo o autor, se a estratégia para satisfazer a demanda de alimentos da crescente população mundial continuar a depender destas fontes, diversos problemas críticos começarão a aparecer, alguns ecológicos, outros econômicos e sociais.

#### ! ALERTA

A aplicação freqüente de quantidades cada vez maiores desses produtos químicos, genericamente chamados de insumos agrícolas, contamina o solo. Além disso, eles são transportados pela chuva para os riachos e rios, afetando, desse modo, a qualidade das águas que alimentam o gado, abastecem as cidades e abrigam os peixes. O veneno afeta a fauna, e os pássaros e os peixes desaparecem rapidamente das áreas de monocultura, favorecendo a proliferação de pragas, lagartas, mosquitos e insetos em geral. A impregnação do solo com venenos e adubos químicos tende a torná-lo estéril pela eliminação da vida microbiana. O solo é um elemento vivo da natureza; sua contaminação o torna progressivamente sem vida e menos produtivo (ROSS, 2005, p. 226).

### 3.2 O surgimento de um novo modelo

Diante do que vimos até agora, conclui-se que é inevitável a necessidade de buscar outro modelo de desenvolvimento rural. Neste contexto, surgem, principalmente após a década de 1980, algumas alternativas que vem sendo paulatinamente aperfeiçoadas no sentido de construir uma agricultura **mais sustentável**, enquanto resposta à degradação dos recursos naturais, associados à agricultura convencional. A qualificação da agricultura como sustentável também atrai a atenção tanto de agricultores e técnicos, como da população em geral (EHLERS, 1994).

Assim, principalmente a partir da década de 80, as percepções sobre o que define a agricultura sustentável se multiplicaram (OURO, 1999), sendo comum a adoção do termo "agricultura" qualificado como "alternativa", "racional", "integrada", "sustentável", "biodinâmica", "biológica", "orgânica", "natural", "ecológica," ou "agroecologia". Para Marzall (1999), são termos com significados distintos, mas todos têm em comum a posição crítica à agricultura convencional (modelo químico-mecanizado) e a rejeição a insumos industrializados.

Por isso, a problemática contemporânea da produção agrícola tem evoluído de uma dimensão meramente técnica para dimensões mais sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Em outras palavras, a preocupação central hoje é a sustentabilidade da agricultura, que remete ao entendimento da relação entre agricultura e ambiente global, em que o desenvolvimento rural depende de interação entre os subsistemas biofísico, técnico e socioeconômico (ALTIERI, 1989; AMBROISE et al., 1998).

Para Abramovay & Sachs (1998), na verdade, o que se observa é a tentativa de se construir, paralelamente à valorização do rural, um novo paradigma de desenvolvimento agrícola, que almeje passar de uma lógica de domínio do meio físico para uma outra, baseada na convivência com os ecossistemas. Isto é, não se trata de elevar tão somente o rendimento por produto, através da artificialização máxima dos meios naturais e da eliminação dos meios biológicos que não contribuem de forma imediata à elevação da produtividade. O novo paradigma de desenvolvimento técnico na agricultura apóia-se na noção de ganho de produtividade em que se joga com e não contra a variabilidade dos sistemas naturais, ou seja, hoje existem várias iniciativas que visam resgatar a cultura popular e, principalmente, nativa para fornecer os alicerces na construção de um modelo de agricultura sob a vertente da Agroecologia.

Nesse sentido, vários autores passaram a estudar o tema e a defini-lo. Para Altieri (1989), os requisitos básicos de um sistema agrícola sustentável são: a conservação dos recursos renováveis, a adaptação



dos cultivos ao ambiente, a manutenção de um nível alto e estável de produtividade. Segundo o autor, para se alcançar a sustentabilidade ecológica em longo prazo, mais que a produtividade de curto prazo, deve-se buscar:

- reduzir o uso de energia e de recursos externos à unidade de produção;
- empregar métodos de produção que restabeleçam o equilíbrio homeostático, que conduzam à estabilidade da comunidade, otimizando as taxas de reciclagem da matéria orgânica e dos nutrientes, a capacidade de multiuso do sistema e o fortalecimento de um fluxo eficiente de energia;
- fomentar a produção local de alimentos adequados ao entorno socioeconômico e cultural;
- reduzir custos, aumentar a eficiência e a viabilidade dos pequenos e médios agricultores, fomentando, assim, um sistema agrícola potencialmente resistente e diversificado.

Ehlers (1996) aponta alguns itens que incorporam os conceitos de agricultura sustentável:

- a manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- o mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- o retorno adequado aos produtores;
- a otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos;
- a satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
- o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Altieri (1989) identifica os seguintes objetivos comuns nas muitas definições de agricultura sustentável:

- produção estável e eficiente de recursos produtivos;
- segurança e auto-suficiência alimentar;
- uso de práticas agroecológicas ou tradicionais de manejo;
- preservação da cultura local e da pequena propriedade;
- assistência aos mais pobres através de processos de autogestão;
- participação da comunidade na definição da direção do seu próprio desenvolvimento agrícola;
- conservação e recomposição dos recursos naturais.

Ambroise et al. (1998) destacam que os diversos exemplos de agricultura sustentável conduzem necessariamente a uma direção: a de conjugar a reflexão ambiental com o enfoque do desenvolvimento local.

O enfoque na construção de uma agricultura sustentável demonstra a necessidade de **olhar para o** lugar e para as pessoas que vivem em cada **pedacinho** do espaço rural. Não é mais possível determinar um padrão de desenvolvimento rural igual para todos. É preciso respeitar a diversidade [que ainda resiste] dos agroecossistemas. Para produzir conhecimentos adequados é necessário privilegiar determinado espaço geográfico. Não se pode pesquisar em parcelas e depois extrapolar os resultados para todo o território, pois é praticamente impossível reproduzir na parcela toda complexidade de fatores que determinam as condições de determinado espaço. Da parcela para o território não se está apenas mudando a escala, mas há uma mudança de objeto (BAUDRY & LAURENT, 1993).

Por fim, a noção de 'Sustentabilidade' postula que a construção de um outro modelo baseado no conhecimento tecnológico se dê através de situações específicas da realidade, como forma de produzir 'respostas' adequadas a condições singulares. Trata-se de construir as hipóteses de trabalho considerando as formas de exploração do espaço local, definidas nas práticas de exploração do meio natural e, historicamente, desenvolvidas pela população rural que vive em um determinado espaço geográfico, bem como as diferentes formas de organização da produção e as relações estabelecidas entre os diversos grupos sociais.

## **4. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**

### **4.1 A Agricultura Familiar e seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável**

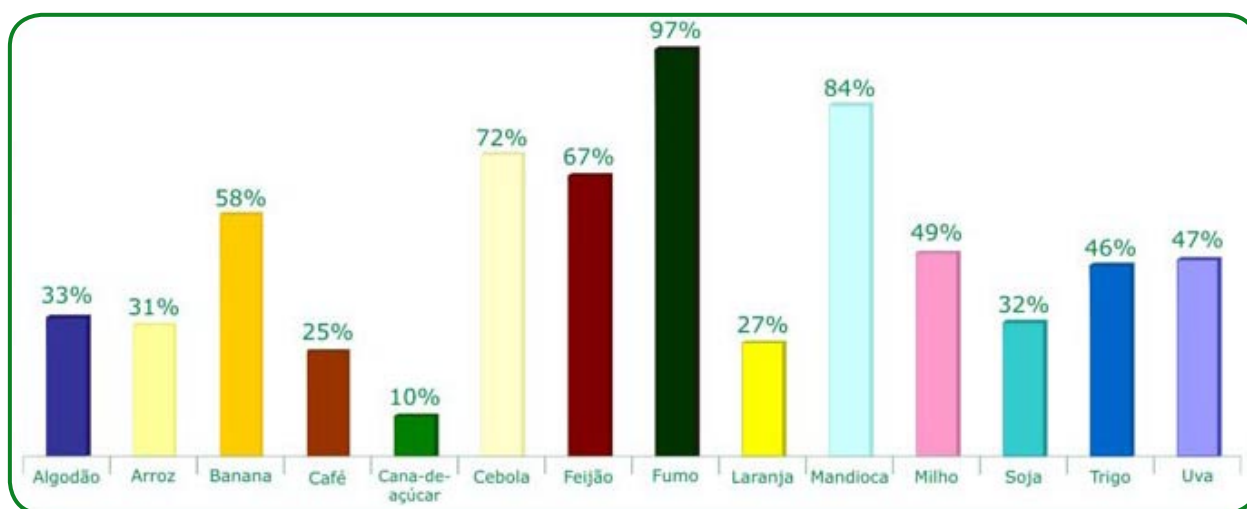
Quando falamos em desenvolvimento sustentável, principalmente no campo, surge uma importante preocupação: como fazer para estimulá-lo? Neste sentido, muitos autores colocam a agricultura familiar como um elemento estratégico para que o desenvolvimento no campo possa buscar a sustentabilidade.

O desenvolvimento rural sustentável é uma idéia-força que, em sua construção, agrega diversos movimentos sociais relacionados à luta sindical, luta pela terra ou com motivações ambientais. Ainda engloba a agricultura orgânica, movimentos em prol da Agroecologia como base de sustentação de uma transformação no fazer agrícola e, até, segmentos presos a uma ótica preservacionista. Como demonstra

Almeida (1998), trata-se de um modelo em construção, em que a ação de ONGs e movimentos sociais em interação com as políticas públicas vêm delineando um perfil orientador, mas não sendo visível um conceito capaz de unificar todas as propostas e interesses em disputa. Dentro deste perfil em construção, a agricultura familiar ocupa posição estratégica.

Segundo Veiga (2000), nos países de mais alto índice de desenvolvimento humano, a agropecuária tem caráter eminentemente familiar, seja em regiões antigas como a Dinamarca e países europeus, passando pelos EUA e Japão e mais recentemente os Tigres Asiáticos. Os estudiosos que se dedicaram a pesquisas comparativas, entre os quais Mazoyer & Roudart (1997), sugerem fundamentos econômicos, sociais e políticos para esta importância da agricultura familiar.

No caso brasileiro, apesar do histórico processo de alijamento da agricultura familiar do processo de desenvolvimento, em prol de políticas que sempre privilegiaram a grande propriedade (DELGADO, 1986), as unidades de produção familiares permanecem exercendo um peso significativo na economia, como demonstra o amplo estudo realizado pela FAO e pelo INCRA, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE. Segundo o referido estudo, os agricultores familiares, que representam 85,2% do total de estabelecimentos e ocupam 30,5% da área total, são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional. Produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Além disso, a agricultura familiar também têm grande importância na produção nacional de culturas que compõem a dieta alimentar dos brasileiros, como mostra a figura B.4.



**Figura B.4** - Participação da agricultura familiar na produção nacional de algumas culturas permanentes e temporárias. Fonte: INCRA, 2000.

Para Veiga (2000), um outro fato revelador da importância da agricultura familiar é o Relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros de 1998. Entre as dez melhores posições, estão sete municípios tipicamente rurais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com forte predomínio da agricultura familiar. Além disso, todos os municípios rurais com altos índices de desenvolvimento humano são localidades de forte predomínio da agricultura familiar.

Veiga (2000) é categórico ao afirmar que não é possível pensar em uma estratégia de desenvolvimento do país sem pensar em uma proposta de desenvolvimento rural que dê preferência à expansão e fortalecimento da agricultura familiar, em vez da promoção de 'reis do gado'. O grande desafio, entretanto, gira em torno da superação dos velhos conceitos de modernização rural, nos quais o objetivo é a substituição de formas de produção, consideradas tradicionais, por um processo produtivo voltado exclusivamente para o mercado, a destruição da vida comunitária e dos recursos naturais e uma crescente homogeneização espacial e produtiva (TOLEDO, 1988). Tal desafio impõe reconhecer que a agricultura familiar não é um resquício do passado, mas uma forma social contemporânea (JEAN, 1994; LAMARCHE et al., 1998).

“Durante séculos as sociedades agrícolas se preocuparam em manter os limites da natureza para assim garantir a renovação da vegetação e da fertilidade do solo. Na visão do homem ocidental moderno, no entanto, os processos naturais de renovação das plantas e da fertilidade da terra são apenas um obstáculo, um impedimento que deve ser removido. Os fertilizantes produzidos industrialmente e as variedades de sementes fabricadas pela ciência, foram considerados substitutos superiores à fertilidade e às sementes da própria natureza” (SHIVA, 2000, p. 309).

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (FAO/INCRA, 2000).

Dentre os elementos que apontam a grande relevância da produção familiar para o dinamismo regional, Veiga (1998) recorre aos trabalhos realizados por Anne Buttimer ao comparar as “típicas realidades agrícolas” da agricultura familiar e patronal nos Estados Unidos. Para Buttimer, (apud VEIGA 1998, p. 01) “onde predominou a agricultura patronal há poucas escolas, igrejas, clubes, associações, etc. (...) as condições de moradia são precárias, quase não existem equipamentos de lazer e a delinqüência infanto-juvenil é alta”. Fato que apresenta-se praticamente de forma contrária em locais com predomínio da agricultura familiar, na qual a autora pode identificar “o que ela chama de ‘vitalidade social’, a principal turbina do desenvolvimento” (VEIGA, 1998, p. 02).

Wanderley (2000) acredita que, aos poucos, o país está notando os agricultores familiares, antes vistos apenas como os pobres do campo. Os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, como identificados nos estudos sobre desenvolvimento rural, são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no País. O primeiro fato, segundo a autora, está relacionado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tal programa foi implantado no Brasil nos anos 90, apesar dos limites conhecidos à sua efetiva adoção, contudo, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Um segundo fato está relacionado à forte e eficaz demanda pela terra, que se traduz hoje pela emergência de assentamentos de reforma agrária.

Segundo Wanderley (2000), uma das principais consequências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno a terra. Esta “ruralidade” da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, opõe-se, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, igualmente se opõe à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores.

### **Razões pelas quais, a agricultura familiar possibilita as melhores condições para a sustentabilidade (ALMEIDA et al., 1996).**

- por ser uma ocupação econômica que combina a exploração familiar e a organização de profissionais, ela incorpora uma estratégia de equilíbrio entre parâmetros econômicos, sociais e ambientais;
- o funcionamento econômico da agricultura familiar não se fundamenta na maximização da rentabilidade do capital e na geração de lucro no curto prazo, mas está orientado para o atendimento das necessidades das famílias e para a manutenção do potencial produtivo da terra, percebido como um patrimônio;
- a propriedade familiar é uma unidade de produção e consumo, por este motivo ela valoriza a diversidade, os policultivos, as criações, distribuídas de forma equilibrada no espaço e no tempo;
- favorece os cuidados técnicos nas operações de manejo, pois é ela que toma as decisões e também as coloca em prática;
- pela capacidade de manter uma relação de simbiose com a terra que ela conhece e controla. Ela valoriza as potencialidades do meio, implementando nele suas estratégias de reprodução econômica;
- favorece uma maior e melhor distribuição territorial das atividades de exploração do meio, pela melhor possibilidade de adaptação e circunscrição destas em unidades ecológicas mais definidas e homogêneas;
- por fim, é portadora de grande eficácia coletiva. Através da pluriatividade ela encoraja e favorece o planejamento, o desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais, sua distribuição equitativa e sua administração mais equilibrada e sustentada.

Nessa perspectiva, justificam-se as políticas de apoio à Agricultura Familiar. Essas políticas devem fazer parte de um projeto maior, global de desenvolvimento sustentável. A agricultura familiar não pode receber estímulos, dentro do velho paradigma da modernização conservadora, com a finalidade de resolver ou amenizar os problemas de desemprego urbano. Ela tem que ser estimulada por uma questão de justiça social, equidade, além de representar a melhor opção em termos de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

No entanto, para traçar este caminho, ainda precisamos superar velhos problemas no espaço rural. Alguns deles são mostrados por Veiga: **(a)** ao propor a criação de um novo ambiente educacional, uma vez que, para Veiga (1998, p. 12), “o ensino é um ponto de estrangulamento do desenvolvimento rural” sendo uma das “principais fontes de desigualdade de oportunidades educacionais, está justamente na disparidade rural-urbana o fortalecimento da agricultura familiar passa necessariamente por uma profunda reforma educacional”; **(b)** a diversificação das ações fundiárias, em que compara o “número de famílias que têm conseguido terra com o número das que têm sido expulsas da atividade agrícola” e conclui que há necessidade de ampliar a política fundiária, não reduzindo apenas ao PNRA; **(c)** a expansão do PRONAF a fim de contemplar atividades não-agrícolas de geração de renda que estão associadas à dinamização da agricultura.

## **4.2 As perspectivas de inserção da agricultura familiar nos sistemas agroalimentares no século XXI**

Esta potencialidade da agricultura familiar em criar ocupações no campo e gerar renda capaz de manter as famílias rurais não é contraditório com o caráter seletivo das grandes redes agroalimentares? Essa pergunta tem sentido, pois sabe-se que de 1985 a 1995 mais de 400.000 suinocultores abandonaram a atividade no oeste catarinense, excluídos das estratégias das grandes empresas agroindustriais integradoras. Sabe-se que, a cada ano, as indústrias fumageiras descartam inúmeros produtores que não alcançam a escala mínima de produção ou estão abaixo dos índices de qualidade definidos.

O mesmo observa-se na atividade leiteira, em que os níveis de escala, exigidos pelas empresas sobe a cada ano e as exigências legais definidas pelas instituições governamentais ajudam a empurrar amplos contingentes de produtores para fora da atividade (caso da portaria 51 do MA que exige salas de ordenha, resfriadores e outros investimentos incompatíveis com a realidade destes produtores). Na produção de grãos, as crises cíclicas têm levado ao endividamento e até à perda da terra para muitos agricultores familiares.

Em todos os casos, a lógica das grandes redes agroalimentares é absorver cada vez menos produtores, produzindo mais quantidade com ganhos constantes de produtividade do trabalho e da terra. Desse modo, tornam-se necessárias estratégias de desenvolvimento rural que insiram a agricultura familiar no mercado sem passar por sua integração a grandes cadeias agroalimentares.

Como demonstra Maluf (2004), existem circuitos locais e regionais de produção-distribuição-consumo que permanecem à margem das grandes redes agroalimentares, envolvendo pequenas unidades de produção agrícola familiares, o pequeno varejo com grande presença no comércio de alimentos (fruteiras, mercearias, padarias, açougues, quitandas, pequenos mercados de bairro, sacolões e lojas de conveniência), cooperativas de produção ou de consumo, feiras livres, supermercados locais, associações de produtores, atravessadores e agroindústria familiares dedicadas à produção de alimentos artesanais típicos da região. Em tais circuitos, opera uma economia baseada na proximidade entre produção e consumo, significando uma vantagem competitiva em relação a menores custos de transação (gastos necessários para levar o produto ao mercado e obter recursos necessários à produção) (WILKINSON, 2006).

Esta perspectiva de inserção local/regional é favorecida pela relação entre produtores e consumidores, baseada na confiança. Há um sistema de validação social da qualidade (SILVEIRA & ZIMERMANN, 2004), que permite incorporar, nestes circuitos, agricultores que operam na informalidade, caso da produção artesanal de alimentos.

No entanto, a potencialidade de uma produção com determinada identidade territorial, como os alimentos com certificação de origem de presença significativa nos contextos italiano e francês, extrapola os limites de um circuito local/regional de produção-distribuição e consumo. No Brasil, tal identidade envolve vários aspectos que fornecem ao alimento uma 'qualidade superior': alimento mais saudável e produzido com preocupações ambientais, caso da produção orgânica ou ecológica, alimentos que traduzem um sentido social de consumo, caso de alimentos da agricultura familiar ou assentamentos de reforma agrária e incorpore atributos culturais, caso dos alimentos artesanais com identidade territorial, traduzindo práticas e hábitos alimentares característicos da região (WIKINSON, 2006).

Todas estas características sensibilizam determinados grupos de consumidores que consideram o consumo não meramente um ato de se alimentar, mas de contribuir com sua própria saúde e de sua família, com a melhoria do meio-ambiente, com a valorização das práticas alimentares que lembrem a vida rural ou com a consolidação da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária.

Desse modo, hoje se observa uma mudança nos padrões alimentares, buscando-se alimentos diferenciados, seja pela **qualidade ampla** que apresentam, pela praticidade ou simplesmente novos hábitos alimentares. Tais alimentos envolvem mais conhecimento e trabalho do que investimentos estruturais, adequando-se às condições da agricultura familiar.

Assim, a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar pode envolver estratégias de processamento de alimentos, qualificando a produção artesanal de alimentos sem descaracterizar a dimensão de arte. Neles, há o toque específico de quem produz, pois são **alimentos pré-preparados ou pré-processados** com objetivo de atender aos consumidores interessados em reduzir o tempo de preparo das refeições.

Também tem sido muito enfatizado, em estudos sobre desenvolvimento rural, a potencialidade das atividades não-agrícolas como forma de complementaridade da renda das unidades de produção agrícola. Dentre elas, assumem relevância os programas de turismo rural, em que a articulação entre produtos artesanais, em alguns casos produtos orgânicos, gastronomia típica regional e circuitos turísticos, pode significar acréscimo de renda.

#### ATIVIDADE

**ATIVIDADE FINAL:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

#### GLOSSÁRIO

**Qualidade Ampla:** por este conceito, entende-se um alimento que apresente, além atributos sanitários (qualidade no sentido estrito), atributos nutricionais, ecológicos, organolépticos (sabor, cheiro, gosto), sociais, culturais e de aparência (PREZOTTO, 1999; SILVEIRA & ZIMMERMANN, 2004).

**Alimentos Pré-preparados ou Pré-processados,** também conhecidos como pré-prontos, são alimentos que sofrem, em nível de produção, uma seqüência de operações com a finalidade de diminuir a perecibilidade e aumentar o tempo entre produção e consumo, ou de encurtar o tempo de preparo dos alimentos. Assim, temos desde alimentos fatiados ou ralados até alimentos pré-cozidos ou congelados. Tais alimentos são embalados à vácuo (ausência de oxigênio) para diminuir a atividade dos microorganismos e proteger a qualidade do alimento.



## **UNIDADE C**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR**

#### **Objetivos**

- subsidiar a ação dos futuros profissionais para seu envolvimento no planejamento e execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar;
- instrumentalizar para adequação das políticas públicas aos diferentes públicos existentes;
- analisar criticamente as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e compreender seus limites e potencialidades;

#### **Introdução**

Nesta unidade, pretendemos apresentar a diversidade de políticas públicas que, a partir dos anos 90 do século passado, constituem-se em demonstração concreta da valorização da agricultura familiar pelo Estado brasileiro. Procuramos mostrar que as reivindicações históricas dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e aos excluídos pelo processo de modernização da agricultura desdobram-se em um conjunto de políticas e programas, voltados a três grandes áreas: financiamento e seguro da produção, assistência técnica e extensão rural e agregação de valor e de renda.

A aprovação recente de lei que estabelece a agricultura familiar como segmento diferenciado e com características específicas é relacionado com ação efetiva do Estado em suas esferas federal, estadual e municipal. Aí são abordadas as especificidades dos principais programas hoje existentes voltados à agricultura familiar, enfatizando o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF pelo seu alcance e recursos disponibilizados.

## 1. O Marco Legal da Agricultura Familiar

Agora que você já sabe o que é a agricultura familiar, como se dá a caracterização dessa agricultura e a sua importância para o desenvolvimento sustentável, vamos falar um pouco sobre as políticas públicas e ações que contribuem para o desenvolvimento dessa agricultura no Brasil.

É nos últimos 10 anos que começa a se discutir políticas específicas para a agricultura familiar. Antes disso, ela era deixada de lado pelas políticas destinadas ao campo. Apesar de a agricultura familiar abranger cerca de 70% da mão de obra empregada no campo e ser a principal responsável pela **segurança alimentar**, somente em julho de 2006 ela é reconhecida de forma legal no Brasil. Isso ocorre pela regulamentação da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Anteriormente a essa lei, a agricultura familiar não era reconhecida na legislação. O estatuto da terra (Lei 4.504/64), de 1964, no seu inciso II do art. 4º, apenas define a "propriedade familiar como imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros".

Com a nova lei, garantem-se mecanismos legais para a criação de políticas públicas específicas aos produtores rurais brasileiros. Hoje, por exemplo, quando um agricultor familiar agrega valor à sua produção, como no caso do açúcar mascavo, de doces ou de outros produtos artesanais, para legalizar a comercialização de seus produtos ele deve criar uma empresa. Assim, esse agricultor passa a ser considerado pela Previdência Social como empregador rural, o que dificulta a obtenção de sua aposentadoria. A Previdência Social, mesmo reconhecendo que tais agricultores não mudaram de categoria profissional, nada podia fazer, pela falta de uma legislação que definisse o que é o agricultor familiar.

Até hoje temos o agricultor familiar enquadrado como trabalhador rural ou empregador rural, dependendo de sua área explorada, da renda anual e se possui empregados permanentes. Isto causa confusão na identidade sindical, pois sob um mesmo sindicato de trabalhadores rurais temos o assalariado rural, o agricultor proprietário de terra e meios de produção, mas que opera atividade agrícola com mão-de-obra familiar, o agricultor familiar segundo a nova legislação. Isto ocorre nos sindicatos filiados a FETAG (Federação dos Trabalhadores

### **AE** GLOSSÁRIO

**Segurança alimentar:** no documento do governo brasileiro à Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996, segurança alimentar define-se como:

"Garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana" (MALUF, 2001, p. 147).

### **+** SAIBA MAIS

Vale a pena dar uma olhada na lei nº 11.326, que regulamenta a Agricultura Familiar no Brasil, pois ela é um marco na história da agricultura Brasileira. Acesse:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Lei/L11326.htm)

na Agricultura), em nível de Rio grande do Sul e a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), em nível de Brasil.

A inadequação da legislação e a situação vivida pela agricultura familiar têm levado a uma dificuldade na organização sindical, forçando os agricultores familiares a se organizarem em entidades sem reconhecimento legal, mas com legitimidade diante da sociedade e dos órgãos governamentais. Exemplo disso é o caso da FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), surgida na região sul do país e, a partir de 2005, com abrangência nacional. A lei da Agricultura Familiar significa um avanço para a agricultura familiar brasileira e para os assentados da reforma agrária. Ela vem consolidar e reafirmar a importância desta agricultura, que já vem sendo construída através das políticas públicas de crédito, de comercialização, de assistência técnica e de seguro agrícola.

Entre os parâmetros para enquadramento dos homens e mulheres da agricultura familiar estão:

- não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro);
- utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família;
- ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- dirigir o estabelecimento ou empreendimento com o auxílio de pessoas da família.

A partir da lei n ° 11.326/06, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como uma categoria produtiva. Assim, passa a existir legalmente, abrindo desta forma, meios para efetuar reivindicações acerca de políticas públicas específicas aos agricultores familiares e suas famílias. A previdência passa a reconhecer os agricultores como um segmento da classe trabalhadora, garantindo assim o direito de aposentadorias e pensões. Os órgãos governamentais passam a utilizar este conceito para aplicar outras medidas em benefício dos agricultores familiares, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

## **2. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

Freqüentemente, toma-se por políticas públicas aquelas que partem do Estado (Governo Federal, Governo Estadual ou Municipal) para o cidadão, ou, na presente situação, para o agricultor familiar. Entretanto, sob o 'guarda-chuva' de políticas públicas, estão todas aquelas

políticas proporcionadas pelo Estado, e também aquelas ações promovidas pelas **novas instituições** que começam a surgir e ter uma grande influência no desenvolvimento rural, como é o caso das ONGs, associações, cooperativas, prestadoras de serviço entre outras. Tais políticas têm em comum serem de acesso público, ou seja, para qualquer agricultor que se enquadre em seus critérios de abrangência.

As diferentes linhas de crédito disponibilizadas para os agricultores são importantes políticas públicas, mas elas não são as únicas. Existe um conjunto muito grande de ações que são consideradas políticas públicas essenciais para a agricultura familiar. Entre elas, podem ser citadas as ações de apoio às organizações dos agricultores, o apoio à assistência técnica, à profissionalização e capacitação dos agricultores familiares, o estímulo ao processamento dos produtos de origem animal e vegetal, a aquisição de terras, a reforma agrária, etc.

Mas também atingem a agricultura familiar as políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida no meio rural, englobando infra-estrutura em energia, transporte, disponibilidade de água, armazenamento e logística para comercialização; ações em prol da saúde, habitação, saneamento, educação e lazer, fundamentais para a manutenção da população no campo. Quem executa essas políticas ou faz a mediação dessas políticas com os agricultores familiares nem sempre são instituições ligadas ao governo (órgãos estatais). Existem, atualmente, importantes organismos de execução de políticas públicas, alguns recebem o nome genérico de Organizações Não Governamentais, as ONG's, outros são as Agências de Desenvolvimento que podem agir em cunho regional, além das organizações e associações políticas dos próprios agricultores, que executam políticas em prol do desenvolvimento rural.

Entre os organismos governamentais, na esfera estadual, o Governo gaúcho coloca à disposição dos agricultores familiares a assistência técnica da **EMATER** (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Esse órgão é responsável pela execução de grande parte das políticas públicas para os agricultores familiares no RS. Assim, a maior parte dos projetos de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são elaborados e executados pela EMATER.

Na esfera federal, existem vários órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas. Na pesquisa, existe a **EMBRAPA** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que tem vários centros de pesquisa espalhados pelo país. Para execução das políticas públicas relacionadas à **reforma agrária** e aos assentamentos existe o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

### + SAIBA MAIS

Entre as organizações que trabalham com agricultores familiares, pode-se mencionar a Rede CAPA e a Rede Ecovida que são Organizações Não Governamentais que atuam com agricultores familiares no Rio Grande do Sul e no Brasil. O Sebrae também tem trabalhado com agricultores familiares, principalmente na agregação de valor a produtos. Dê uma conferida nos sítios abaixo:

<http://www.capa.org.br>

<http://www.ecovida.org.br>

<http://www.sebrae-rs.com.br>

### ! ALERTA

A Missão da EMATER é promover e desenvolver ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, mediante processos educativos, em parceria com as famílias rurais e suas organizações. Ela prioriza a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento rural sustentável, através da melhoria da qualidade de vida, da segurança e soberania alimentar, da geração de emprego e renda e da preservação ambiental.

### LINK

Acesse o site da **EMATER** no Rio Grande do Sul e confira as principais atividades realizadas por esta instituição no âmbito da agricultura familiar:

<http://www.emater.tche.br/>

-----

**reforma agrária:** Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (*Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo*):

**planilhas:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_5.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_5.pdf)

## 2.1 Políticas Públicas no Âmbito do Governo Federal



**Figura C.1** - Os eixos das políticas públicas do governo Federal - Fonte: Secretaria da agricultura familiar, SAF - Ministério do desenvolvimento Agrário, 2006.

O Governo Federal é o principal agente de políticas públicas para a agricultura familiar. Atualmente, as linhas de ação do Governo Federal estão centradas em três grandes eixos a citar: **A política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Agregação de Valor e Geração de Renda** e ainda o **Financiamento e Seguro da Produção**. Cada um destes eixos se divide em programas específicos que atendem à agricultura familiar. A seguir, descrevemos cada um destes programas, dando ênfase ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), devido ao seu alcance em números de agricultores e pela relevância no suporte à agricultura familiar.

### 2.1.1 Financiamento e Seguro da Produção

#### a) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Inicialmente, este programa surge da pressão dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar como políticas públicas que vão além do crédito em condições diferenciadas. Mas, em sua implantação, acaba por centralizar seu foco no crédito para custeio e investimento, já que a demanda reprimida existente era muito significativa.

O PRONAF constitui-se no principal programa de crédito acessado pelos agricultores familiares em todo o país, representando a mais importante política pública de apoio a agricultura familiar. Vale ressaltar que esse programa é bem recente, datando do ano de 1996 e antes desta data não haviam programas específicos que contemplassem

### ? VOCÊ SABIA

O Rio Grande do Sul conta com a Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, a EMBRAPA Arroz e Feijão em São Borja, EMBRAPA Pecuária Sul em Bagé, EMBRAPA Trigo em Passo Fundo, EMBRAPA Uva e Vinho em Bento Gonçalves. Através do link abaixo você terá acesso ao sítio destas unidades da EMBRAPA e também às outras unidades espalhadas pelo Brasil

[http://www.embrapa.br/a\\_embrapa/unidades\\_de\\_pesquisa/index\\_html/mostra\\_documento](http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades_de_pesquisa/index_html/mostra_documento)

as especificidades da agricultura familiar. O PRONAF dialoga com as demais políticas desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA - em seus diferentes setores: o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a SAF – Secretaria da Agricultura Familiar, a SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial e o DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A agricultura familiar, até a década de 1990, não era uma prioridade para o Governo Federal. Até 1984, o Brasil estava sob o regime militar e durante essa época o crédito era farto e as taxas de juros eram baixas. Como você já aprendeu, estávamos num período de modernização e mecanização do campo e o que predominava eram as grandes propriedades com uso de grande mecanização. Os subsídios oferecidos pelo Governo Federal eram, na maioria, destinados aos grandes proprietários de terra, que cultivavam grãos para a exportação.

O acesso ao crédito pelo pequeno agricultor familiar era difícil devido a burocracia e ao fato do montante financiado variar muito segundo a região e a organização dos agricultores. Poucos conseguiram modernizar sua propriedade com esses recursos.

A luta por crédito mais apropriado e que beneficiasse os pequenos agricultores começou em 1993, no seminário do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, (DNTR) realizado em Chapecó. O seminário teve por objetivo a busca de crédito para a agricultura familiar, pois o crédito poderia ser o início de uma série de outras reivindicações importantes, como assistência técnica, o crédito fundiário, o acesso à educação e formação profissional, e a melhoria de infraestrutura habitacional e da propriedade (Cartilha PRONAF, 2000).

Do seminário dos sindicatos rurais em Chapecó nasce uma proposta de crédito para ser implantado pelo Governo Federal e que tinha por objetivos: implementar e melhorar a infra-estrutura dos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo seus sistemas de produção, tornando-os capazes de competir com outros produtores; adequar o nível tecnológico das pequenas propriedades, com redução de custos e aumento de qualidade e produtividade; garantir a segurança alimentar; desenvolver a agricultura ecologicamente sustentável na conservação das águas e solo, evitando o êxodo rural. (Cartilha PRONAF, 2000)

Com base nesta proposta, em 1994 o Governo Federal cria o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Esse programa é considerado o primeiro programa de crédito destinado a agricultura familiar. Entretanto, o PROVAP não conseguiu atingir um grande número de agricultores, principalmente pela não adequação destes às exigências do sistema financeiro. Em 1995, frente a mobilizações e à pressão dos movimentos sociais ligados a terra, como o Departamento Rural da CUT – Central Única dos Trabalhadores, a **CONTAG** - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que organizaram o II Grito da

### ? VOCÊ SABIA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Acesse o sítio e confira o trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária juntamente aos agricultores Familiares. <http://www.incra.gov.br/>

### + SAIBA MAIS

Em junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Ater - Dater, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. No mesmo ano, foi construída a Política Nacional de Ater, de forma democrática e participativa, em articulação com diversos setores do governo federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais. Dê uma olhada na política Nacional de ATER no sítio <http://www.pronaf.gov.br/dater/>. Além da política Nacional, neste sítio, você também terá acesso a informações sobre o PRONAF e outras iniciativas do Governo Federal para a agricultura familiar.

Terra Brasil, o governo acaba reformulando o PROVAP e dando assim origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa iniciou operando praticamente com a linha de crédito de custeio e os bancos, responsáveis pela liberação do crédito, acabaram colocando vários entraves para a liberação do dinheiro aos pequenos agricultores.

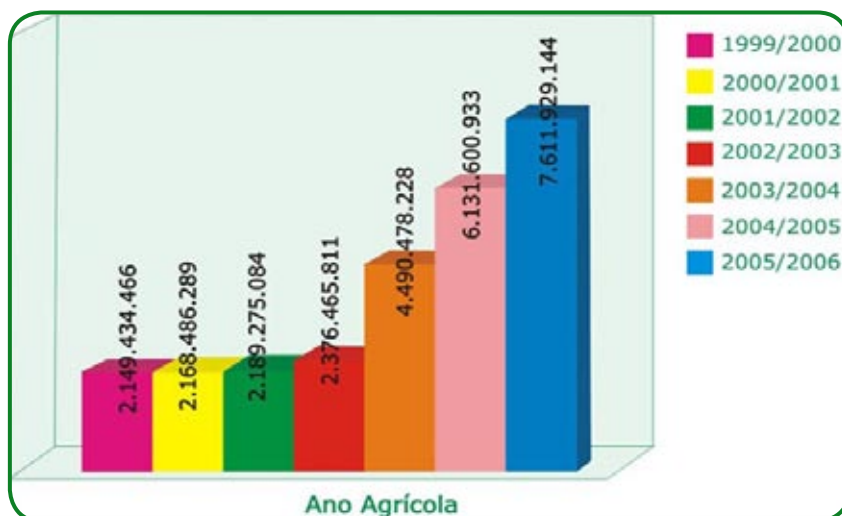
O Governo Federal cria efetivamente o PRONAF, através do Decreto nº 1.946 de junho de 1996. Efetiva-se, no mesmo ano, o PRONAF Investimento e cria-se uma nova forma de classificação dos agricultores para o acesso ao crédito.

Antes do ano de 2003, o PRONAF era gerenciado pelo Ministério da Agricultura. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado justamente para dar uma atenção especial à pequena agricultura no Brasil. Assim, hoje, cada um desses ministérios é responsável por um modo de agricultura no Brasil, cabendo ao Ministério da Agricultura gerenciar as políticas para a agricultura empresarial, como os produtos destinados a exportação, com o café, a cana-de-açúcar, o algodão e a laranja, etc. Não é difícil imaginar que a maior parte dos recursos destinados pelo Estado para as políticas públicas está sempre no Ministério da Agricultura, que geralmente dispõe de um orçamento 7 vezes maior que o MDA. Acesse os dois sítios abaixo e verifique;

<http://www.agricultura.gov.br/> e <http://www.mda.gov.br/>

Nos primeiros anos, os contratos do **PRONAF** ficaram concentrados na região Sul do Brasil. A partir de 2002/2003, houve uma expansão para a região Norte e Nordeste, que atualmente são responsáveis por 42% das operações de crédito do PRONAF no país.

Nos primeiros anos da atual década, ocorreu um movimento de consolidação do programa em duas direções: por um lado, o volume de recursos disponibilizados anualmente cresceu de forma consistente, principalmente a partir da safra agrícola de 2003/2004 (veja figura C.2) e, por outro lado, o número de agricultores beneficiados por essa política aumentou significativamente, também na safra agrícola 2003/2004 (veja na figura c.3).



**Figura C.2** - Evolução dos valores disponibilizados pelo PRONAF, da safra de 1999/2000 a 2005/2006 - Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007

### + SAIBA MAIS

A **CONTAG**, como a FETRAF atualmente possuem grande influência nas políticas públicas da agricultura familiar. Dê uma olhada nos sítios e veja de que forma elas se envolvem nas lutas dos agricultores familiares.

<http://www.contag.org.br/>

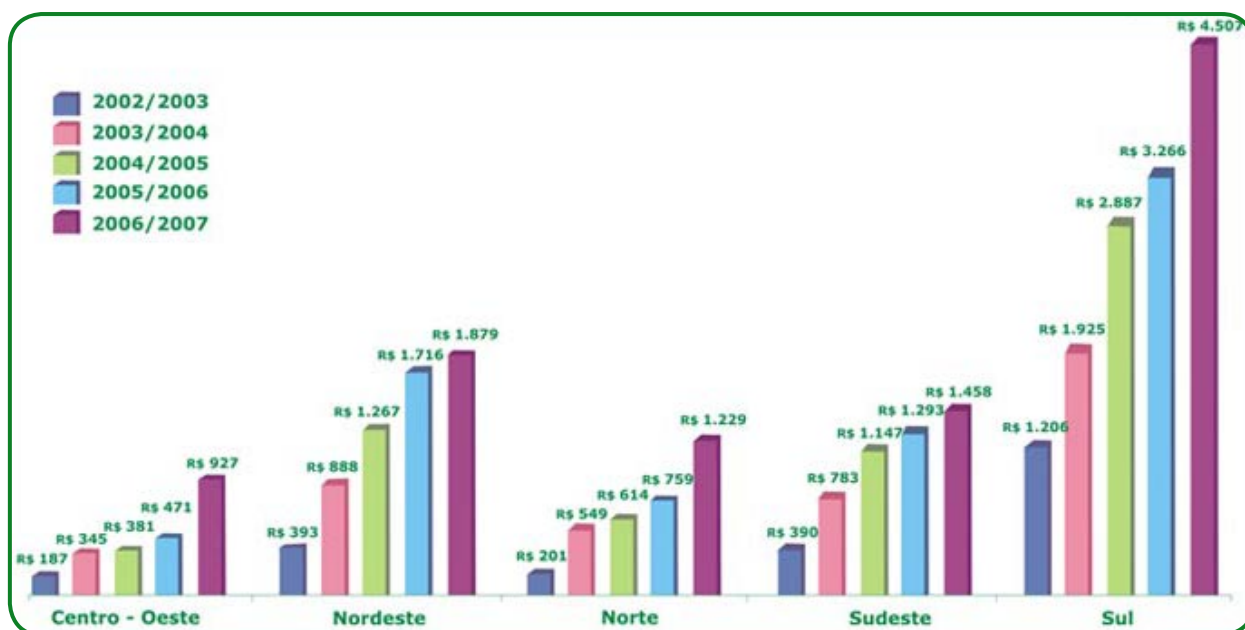
<http://www.fetrafsul.org.br/>

### LINK

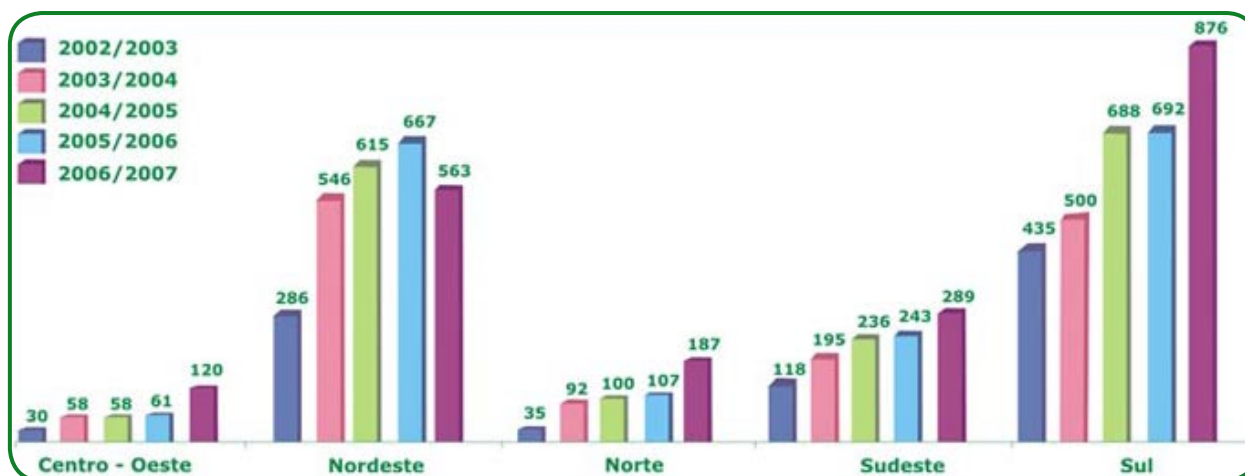
**Acesse:** <http://www.pronaf.gov.br/download/MOEMA/DECRETO%201946.pdf> e consulte a lei que regulamenta o PRONAF. Lá você vai entender mais sobre o criação do Programa e a delimitação dos grupos em que se enquadravam os agricultores.



**Figura C.3** - Número de contratos realizados pelo PRONAF da safra de 1999/2000 a 2005/2006 - Fonte: Ministério Desenvolvimento Agrário, 2007



**Figura C.4** - Montante de recursos do PRONAF em cada região do Brasil, da safra 2002/2003 a 2006/2007 (previsão) - Fonte: Secretaria da agricultura familiar, 2006



**Figura C.5** - Número de contratos (mil) realizados em cada região do Brasil, da safra de 2002/2003 até 2006/2007 (previsão) - Fonte: Secretaria da agricultura familiar, 2006



A figura C.6 dá uma idéia do volume de recursos do PRONAF e a distribuição deste nas diferentes regiões do país no último plano Safra, ou seja, 2006./2007. Observa-se que o a região Sul ainda é a região que absorve a maior volume dos recursos do PRONAF.

REGIÃO	ESTADOS	TOTAL	BANCOS
Norte	AM, PA, AC, AP, RO, RR, TO	R\$ 1.229.400,00	Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Bansicredi e bancos privados
Nordeste	MA, PB, PI, BA, PE, AL, CE, RN, SE	R\$ 1.879.000,00	Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Bancoob e bancos privados
Centro-Oeste	MS, MT, DF, GO	R\$ 926.500,00	Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Bancoob, Bansicredi e bancos privados
Sul	RS, SC, PR	R\$ 4.507.100,00	Banco do Brasil, Bansicredi, Banrisul, Bancoob, Cresol, Crehnor e bancos privados
Sudeste	MG, RJ, SP, ES	R\$ 1.458.000,00	Banco do Brasil, Bansicredi, Bancoob, Nossa Caixa e bancos privados

**Figura C.6** – Projeção da Utilização dos recursos do PRONAF no Plano Safra 2006/2007 - Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

Desde 1996 até o ano presente, várias modificações aconteceram no PRONAF. Para verificar detalhadamente como foi a evolução do programa consulte o **link ao lado** que traz uma evolução histórica do PRONAF.

Mas o que realmente é o PRONAF? O PRONAF é um programa de apoio técnico-financeiro que se propõe a

estimular o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional (PRONAF, 1996).

Após a sua criação, houve vários decretos que modificaram o formato inicial do PRONAF. Recentemente, foram realizadas algumas alterações nas regras de funcionamento. Nelas destacam-se a ampliação do limite de área para seis módulos fiscais nos sistemas de produção, com predomínio da atividade pecuária, e a mudança na forma de cálculo da renda bruta dos estabelecimentos com atividades agroindustriais.

**LINK**

Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (*Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo*):

**Evolução do Programa:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_4.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_4.pdf)

### **Quem pode acessar o PRONAF?**

Podem acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) agricultores que exploram terras predominantemente com utilização de mão de obra familiar, que residem na propriedade ou em local próximo e possuem uma área inferior a quatro módulos fiscais vigentes na região (a exceção são os sistemas de produção com pecuária de corte que podem possuir uma área de seis módulos fiscais vigentes na região). Nesse conjunto de agricultores, estão incluídas também as famílias de agricultores assentadas pela reforma agrária ou pelo crédito fundiário, os pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, criadores de animais silvestres, comunidades quilombolas ou povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural. O agricultor familiar não precisa ser proprietário da terra para obter o crédito, basta ter um comprovante de que este é posseiro, arrendatário ou parceiro. Respeitando a diversidade da agricultura familiar brasileira, para fins de obtenção de crédito, as famílias são enquadradas nos grupos A, A/C, B, C, D e E.

### **Como são classificados os agricultores beneficiários do PRONAF?**

Você deve estar se perguntando como se define o grupo ao qual o agricultor familiar pertence. O PRONAF possui critérios para identificar a situação econômica do agricultor e, desta forma, enquadrá-lo em grupo conforme as condições financeiras do agricultor, atribuindo-lhe condições de juros adequados.

A definição do **Grupo A** é correspondente aos agricultores que adquiriram suas terras pela Reforma Agrária ou pelo crédito fundiário. Estes agricultores recebem créditos específicos para a estruturação das suas unidades de produção.

A classificação dos demais agricultores leva em conta a renda bruta anual da família, o percentual dessa renda oriundo da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do PRONAF, existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se, assim, uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família.

GRUPO	% mínimo da renda da família que deve vir da exploração do estabelecimento	TRABALHO FAMILIAR	Valor da Renda Bruta anual Familiar (R\$)
B	30%	deve ser a base de exploração do estabelecimento	até 3.000
C	60%	deve ser predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente trabalho assalariado	3.000 a 16.000
D	70%	deve ser predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes e ainda ajuda eventual de terceiros	16.000 a 45.000
E	80%	deve ser predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes e ainda ajuda de eventual terceiros	45.000 a 80.000

**Figura C.7** - Grupos de enquadramento de produtores do PRONAF e as condições de cada grupo. - Fonte: Plano Safra: 2006/2007; CONTAG, 2006. **Obs.:** O PRONAF do Grupo B é também chamado de "Pronafinho" ou Microcrédito e do grupo E de Proger Familiar Rural.

A renda bruta Rural é proveniente da exploração de todas as atividades existentes na propriedade rural. Pode ser, inclusive, oriunda de atividades não-agrícolas como turismo rural, artesanato, prestação de serviços, transformação e agroindústria. Para o cálculo da Renda Bruta da família para o financiamento do PRONAF, o que vale é a renda das atividades rurais, excluindo-se os benefícios sociais e os proventos da previdência rural.

Para algumas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais que exigem um montante de investimento elevado e, portanto, tempo de retorno maior (avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, fruticultura e outras), são aplicados rebates sobre a renda bruta anual, declarada pelo agricultor, a fim de enquadrá-lo em um grupo do PRONAF. O rebate é um valor descontado do total da renda bruta, visando adequar a capacidade de pagamento do agricultor e aumentar a renda mínima exigida para enquadramento em cada grupo.

Os rebates da Renda Bruta são de:

- 50 % para avicultura e suinocultura não integradas, ovino/caprino, pecuária leite, piscicultura, sericicultura, fruticultura;
- 70 % - turismo rural, agroindústria familiar, olericultura, floricultura;
- 90 % - avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria.

**Exemplificando:**

Um agricultor familiar que trabalha com suinocultura não integrada e que tenha renda bruta anual de R\$ 30.000 seria enquadrado, pelo quadro acima, no grupo D. Como ele trabalha com suinocultura,

que é uma atividade que exige grandes investimentos, o agricultor tem um rebate na renda bruta declarada de 50%. Então, se descontarmos de R\$ 30.000 os 50% que correspondem a R\$ 15.000, o agricultor terá, para efeito de enquadramento, uma renda de 15.000,00. Dessa forma, este agricultor será enquadrado no grupo C de financiamento do PRONAF.

A seguir, segue o enquadramento de cada grupo do PRONAF, conforme a sua delimitação nas leis que regulamentam este programa.

**a) Grupo "A" compõe-se de agricultores familiares:**

I - assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;

II - beneficiados por programas de crédito fundiário do governo federal;

**b) Grupo "B" Compõe-se de agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que:**

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

VI - obtenham renda bruta anual familiar de até R\$3.000,00 excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

**c) Grupo "C" compõe-se de agricultores familiares e trabalhadores rurais que:**

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária;

VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 3.000,00 e até R\$16.000,00, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

**d) Grupo "A/C" compõe-se de agricultores familiares egressos do Grupo "A", que se enquadrem nas condições do Grupo "C" e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.**

**e) Grupo "D" compõe-se de agricultores familiares e trabalhadores rurais que:**

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade exigir;

VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$16.000,00 e até R\$ 45.000,00.

**F) Grupo "E" compõe-se de agricultores familiares que:**

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, admitido ainda a eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade exigir;

VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 45.000,00 e até R\$ 80.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

São também beneficiários e se enquadram nos grupos a seguir indicados, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada:

**A) Grupos "B", "C", "D" ou "E":**

I - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais e que formalizem contrato de garantia de compra do pescado com cooperativas, colônias de pescadores ou empresas que beneficiem o produto;

II - extrativistas que se dediquem à exploração ecologicamente sustentável;

III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daquele ambiente;

VI - povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos; •

VII - agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente.

**B) Grupos "A/C", "C", "D" ou "E"**

Agricultores familiares que sejam egressos do Grupo "A" do PRONAF ou do PROCERA e detenham renda dentro dos limites estabelecidos para aqueles grupos, observado que:

I - quando se tratar de mutuários egressos do Grupo "A" tenham recebido financiamentos de investimento naquele grupo;

II - a existência de saldo devedor em operações do Grupo "A" ou do Procera não impede a classificação do produtor como integrantes daqueles grupos;

**C) Grupos "C", "D" ou "E"**

Agricultores familiares que tenham na bovinocultura, na bubalinocultura ou na ovinocaprino-cultura a atividade preponderante na exploração da área e na obtenção da renda e que não disponham, a qualquer título, de área superior a 6 (seis) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor.

## Quais as linhas de crédito do PRONAF?

O PRONAF oferece linhas básicas de financiamento: o **custeio** da produção, o **investimento**, o crédito para a **comercialização** e o crédito para **Cota Parte**. Estes créditos podem ser utilizados na propriedade rural tanto na atividade agropecuária (plantios, criações e extrativismo) como em atividades não-agropecuárias (turismo rural, produção artesanal e prestação de assistência técnica). Em cada uma dessas categorias básicas de crédito (**custeio, investimento, comercialização e Cota Parte**), o PRONAF agrega outras sublinhas de financiamento (consulte o **link ao lado** para ver detalhes de linhas de crédito).

### ! ALERTA

Demais dados sobre os grupos e informações sobre o PRONAF estão no arquivo em anexo. Neste arquivo pontos considerados importantes no PRONAF estão assinalados. Leia as resoluções que nele constam e entenda um pouco mais sobre o PRONAF.

**ATENÇÃO:** este documento dá as diretrizes gerais do PRONAF e refere-se à Safra 2004/2005, portanto, alguns valores foram modificados para o plano Safra 2006/2007

### LINK

Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (*Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo*):

**planilhas:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_5.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_5.pdf)

**INVESTIMENTO** – os recursos do PRONAF Investimento são destinados à ampliação modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários na propriedade rural e em áreas próximas.

**CUSTEIO** – os recursos do PRONAF Custeio são destinados ao financiamento das despesas de ciclo de produção (safra). Estão incluídas despesas agropecuárias e não agropecuárias e de despesas com terceiros, dependendo da proposta de financiamento.

**COMERCIALIZAÇÃO** – estes recursos são destinados ao armazenamento e conservação dos produtos dos agricultores familiares para a venda futura quando as conduções de mercado estiverem mais favoráveis.

**COTA PARTE** – é o crédito destinado para a integralização de Cotas de agricultores à cooperativas de produção rural. Os recursos podem ser investidos em capital de giro, custeio e investimentos na cooperativa.

Além das linhas básicas de crédito, o PRONAF tem ainda oito linhas especiais de crédito. Sete dessas linhas são de investimento voltadas a segmentos específicos da comunidade rural como o PRONAF Mulher e PRONAF Jovem, as atividades produtivas específicas, PRONAF agroindústria, floresta e agroecologia, o PRONAF destinado a regiões específicas (PRONAF semi-árido) e organizações de cooperativas no caso do PRONAF Cota-parte. Além dessas, existe mais uma linha de crédito especial de custeio, destinado a atividades agroindustriais ou para financiar a comercialização da produção da agricultura familiar. O acesso a estas linhas especiais de financiamento segue as regras do enquadramento do agricultor familiar aos grupos básicos de financiamento do PRONAF já expostos. (Grupo A, B, C, D, E)

Na figura C.8, podem ser visualizadas as linhas especiais de investimento e suas finalidades. Igualmente, as categorias de agricultores que podem acessá-lo.

LINHAS ESPECIAIS DE CRÉDITO	Grupos que podem ter acesso					
	A	A/C	B	C	D	E
PRONAF Agroindústria: Investimento em Infra-estrutura que visa o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agrícola	NÃO	X	X	X	X	X
PRONAF Floresta: Investimento em silvicultura, sistemas agroflorestais e exploração estrativista ecologicamente sustentável	X	X	X	X	X	NÃO
PRONAF Semi Árido: Investimento em projetos de convivência com o semi-árido, incluindo infra-estrutura hídrica e ampliação e modernização das demais infra-estruturas	X	X	X	X	X	NÃO
PRONAF Mulher: Investimento para a mulher agricultora	X	X	X	X	X	X
PRONAF Jovem: apoiar investimentos de jovens agricultores de 16 a 25 anos	X	X	X	X	X	X
PRONAF Cotas Parte: para o investimento de cotas-parte dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de agricultores familiares	X	X	X	X	X	X
PRONAF Agroecologia: Investimento na implantação e manutenção de sistemas de produção agroecológica	NÃO	NÃO	NÃO	X	X	NÃO
PRONAF Custeio de Agroindustrias Familiares e de Comercialização: Custeio do beneficiamento, industrialização e armazenagem de produtos para a venda em épocas de melhores preços	X	X	X	X	X	X

**Figura C.8** - Linhas especiais de investimento e custeio do PRONAF e os grupos de agricultores que podem acessá-las. Fonte: CONTAG, 2006

As formas de concessão de crédito no PRONAF seguem duas categorias: Pessoa física e Pessoa jurídica. Na categoria Pessoa Física, o crédito pode ser:

- **Crédito individual** - cada agricultor individualmente acessa o crédito;
- **Crédito grupal** - formalizado por um grupo de produtores, mas para finalidades individuais;
- **Crédito coletivo** - formalizado por um grupo de produtores para finalidades coletivas.

Nas operações coletivas e em grupos, todos são responsáveis pelo valor financiado e o não-pagamento da operação significa inadimplência de todos os integrantes do grupo. Assim, se alguém não pagar, o restante do grupo deverá pagar por ele. À categoria Pessoa Jurídica, são oferecidos os créditos das linhas do PRONAF: agroindústria, comercialização e cota-parte.

### Como se dá o acesso ao PRONAF?

O PRONAF é disponibilizado através dos bancos ou de cooperativas de créditos credenciadas, somente a agricultores familiares. Para comprovar ao banco a legitimidade de ser agricultor familiar, o agricultor deve conseguir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Um modelo da DAP encontra-se no [link ao lado](#).

A DAP é o instrumento que identifica os agricultores(as) como beneficiários do PRONAF, permite enquadrá-los nos diferentes grupos de beneficiários e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito. Para obter a DAP, o agricultor deve procurar uma entidade autorizada a emití-la. Normalmente, essa entidade é a empresa oficial de assistência técnica e extensão rural (no caso do RS, a EMATER) ou o sindicato, seja patronal ou de trabalhadores rurais (no caso do RS, os sindicatos filiados à FETAG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura). No RS, Também as organizações representativas da Agricultura Familiar, FETRAF-SUL- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul e MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores têm autorização do MDA para emitir carta de aptidão.

A DAP para agricultores dos Grupos B, C, D e E tem validade de 6 anos, ou seja, durante este tempo, a família pode acessar o crédito do PRONAF usando a mesma declaração. Para as famílias do grupo A, (assentadas de Reforma Agrária e beneficiárias do crédito fundiário) a DAP tem validade por operação de crédito. Assim, a cada pedido de crédito é necessário renová-la.

### + SAIBA MAIS

No arquivo 1 e 2, que podem ser acessados nos **endereços abaixo**, estão as condições do crédito rural do PRONAF, que estão em vigor na safra 2006/2007. Acessando esses arquivos, você terá informações bem mais detalhadas sobre as condições de crédito, assim como os juros cobrados em cada modalidade, o prazo para o pagamento além do tempo de carência que existe para o pagamento do financiamento.

**endereço 1:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_6.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_6.pdf)

**endereço 2:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_7.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_7.pdf)

(Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo)

### LINK

Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo):

**Modelo da DAP:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_8.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_8.pdf)



Para obter a Declaração de Aptidão, é preciso o comparecimento do casal, caso o interessado tenha relação conjugal estável, munido do cadastro de pessoa Física (CPF) e da carteira de identidade de ambos. Também é necessário levar documento que comprove a posse da terra a ser explorada podendo ser escritura, título de posse, contrato de arrendamento, contrato de parceria ou outro registro que comprove o domínio sobre o imóvel. Este item é dispensado quando a atividade da família interessada não está vinculada a uma unidade fixa de terra – como é o caso dos pescadores ou extrativistas.<sup>1</sup>

Para as famílias assentadas, o fornecimento da DAP deverá ser feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou pela Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário (UTE). No caso de povos indígenas, além dos emissores tradicionais, a DAP também poderá ser emitida pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Já para comunidades quilombolas, a DAP poderá ser emitida, ainda, pela Fundação Cultural Palmares. A emissão da DAP é gratuita mesmo para quem não é sindicalizado.

Ao dirigir-se à instituição financeira com a DAP, pode ser exigido ao agricultor, que deseja efetuar contrato de crédito, um projeto técnico. Isso normalmente não acontece nas operações de custeio, mas é freqüente nas operações de investimento. Se solicitado nas operações de custeio, o agricultor deve solicitar uma proposta simplificada de crédito ou um projeto que demonstre que a atividade a ser financiada é viável. Este projeto deve ser solicitado juntamente a um órgão de Assistência Técnica Pública, ou entidades credenciadas junto às instituições financeiras responsáveis pelo repasse do financiamento.

Os projetos técnicos que devem ser apresentados aos bancos nos casos de solicitação de financiamento de investimento devem englobar alguns pontos:

- proporcionar o desenvolvimento econômico, técnico, social e ambiental das famílias;
- apresentar viabilidade técnica, econômica, social e ambiental (sustentabilidade);
- contemplar a segurança alimentar das famílias (módulo específico), ou da área, como no caso da implantação de uma agroindústria;
- adequar o projeto para a propriedade (à realidade local, regional, familiar e mercado);
- se as linhas não contemplarem o projeto como um todo, tentar dividir o projeto em módulos.

#### CONTEÚDO RELACIONADO

Na **Figura C.6** estão relacionadas as instituições financeiras que operam com o crédito do PRONAF em todo o Brasil (Safra 2006/2007). Dê uma conferida.

Algumas instituições financeiras proporcionam planilhas de elaboração de projetos e propostas de custeio e investimento, como é o caso do Banco do Nordeste. (acesse os arquivos no [link ao lado](#)).

As normas do PRONAF permitem que o banco solicite garantias ao agricultor rural que asseguram o pagamento do financiamento. Para os agricultores do grupo A, A/C e B, a única garantia que o banco pode exigir é o compromisso pessoal do agricultor e agricultora que solicitam o crédito.

Se aprovado o crédito, o Banco cria uma conta corrente e um Cartão PRONAF válido em todo o território nacional. O próprio agricultor ou agricultora escolhe, com a instituição financeira em que fez a inscrição, a data para a assinatura do contrato e entrega do Cartão PRONAF.

Depois de assinado o contrato, chega a hora de receber o crédito. Para contratar um financiamento novo, é preciso estar com as contas em dia com os financiamentos anteriores. O banco não permite fazer novos empréstimos para quem tenha alguma restrição de crédito. Mas é possível ao agricultor ter dois financiamentos ao mesmo tempo, caso esteja em dia com os vencimentos das prestações devidas e o valor total não ultrapasse o limite de crédito por agricultor.

### Quais são os limites de Crédito por Agricultor?

As linhas básicas de crédito do PRONAF permitem empréstimos de custeio e investimento até determinado valor, dependendo do grupo de enquadramento do agricultor. Entretanto, existe a alternativa de um agricultor familiar, enquadrado em um grupo de menor renda, conseguir financiamento de acordo com o limite de crédito válido para um grupo de maior renda. Por exemplo, um agricultor do Grupo C pode pegar crédito nos limites de um agricultor do Grupo D, devendo, para isso, demonstrar que tem recursos produtivos suficientes (terra, mão-de-obra familiar e acompanhamento técnico). Deve também apresentar projeto técnico que demonstre a capacidade de pagamento do financiamento pretendido.

O contrário não é permitido pelo PRONAF, ou seja, um beneficiário que recebeu crédito em qualquer grupo não pode ser reenquadrado em grupo de menor renda (por exemplo, um agricultor do Grupo E não pode voltar a receber crédito como agricultor do Grupo D). Além dos limites de crédito de cada Grupo, os agricultores familiares podem ter acesso a outros limites de financiamento através das linhas especiais já mencionadas. Estes limites são cumulativos, isto é, um agricultor e sua família que disponham de recursos produtivos suficientes podem acumular vários contratos de crédito de investimento.



LINK

Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (*Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo*):

**planilhas:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo\\_9.xls](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/13/livros/pdfs/anexo_9.xls)

### E os limites de crédito de custeio?

Grupo	Linha de crédito			
	1	2	3	4
	Limite básico de financiamento pelo Grupo de enquadramento	Sobreteto de 50% sobre o limite básico	Sobreteto de 30% sobre o limite básico	Custeio para agroindústria ou comercialização
A	----	----	----	5.000
A/C	500 a 3.000	----	900	5.000
B	----	----	----	5.000
C	500 a 4.000	2.000	1.200	5.000
D	Até 8.000	4.000	2.400	5.000
E	Até 28.000	----	----	5.000

**Figura C.9** - Valores limites de crédito de custeio por unidade familiar de produção, para cada grupo de enquadramento do PRONAF (R\$), e os sobretetos que podem ser solicitados em cada linha de crédito. - Fonte: Contag, 2007

O limite básico de custeio é aquele a que o agricultor familiar pode ter acesso de acordo com o seu grupo de enquadramento. Ele pode ser ampliado com sobretetos para os grupos C e D, nos casos de financiamento para certas atividades agregadoras de renda. Para tanto, é necessário a apresentação de um projeto técnico ou proposta de crédito que justifique a necessidade do financiamento complementar.

O sobreteto de até 50% (Coluna 2) pode ser conseguido quando o crédito de custeio for para agregação de renda nas seguintes atividades:

- bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura;
- avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias;
- sistema agroecológico e sistema orgânico de produção
- projetos específicos de interesse de mulher e/ou de jovens.

O sobreteto de até 30% sobre o limite básico de custeio (Coluna 3) se destina aos agricultores familiares dos grupos A/C, C e D que plantarem lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho ou trigo. Vale lembrar que só se permite acesso ao sobreteto de 30% para aqueles que não se beneficiaram na safra com o sobreteto de 50%.

Na prática, os limites de custeio podem ser maiores para agricultores que plantam duas ou mais safras subseqüentes no mesmo ano agrícola. Nestes casos, o agricultor não precisa necessariamente pagar o custeio da primeira lavoura plantada para obter financiamento para a nova lavoura que irá plantar no mesmo ano agrícola.

### **E os limites de crédito de investimento?**

O limite básico de investimento é aquele a que o agricultor familiar pode ter acesso de acordo com o seu grupo de enquadramento. Os Grupos C, D e E podem acessar também um sobreteto de 50% sobre os limites básicos de investimento do grupo (Coluna 2 do quadro 5), desde que se justifique a necessidade de mais recursos através de projeto técnico ou de proposta de crédito que se destine às atividades abaixo relacionadas:

- bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, psicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura;
- infra-estrutura hídrica, irrigação e segurança hídrica ao empreendimento;
- avicultura e suinocultura fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias;
- sistemas agroecológicos e sistemas orgânicos de produção;
- atividades relacionadas com o turismo rural;
- aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens dessa natureza destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.

A figura C.10 a seguir apresenta os valores limites de crédito de investimento que as unidades familiares de produção podem acessar, considerando o grupo de enquadramento do agricultor, os sobretetos para determinadas atividades e as linhas especiais de financiamentos adicionais.

Grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Limite básico de financiamento para o Grupo	Sobre-teto de 50% sobre o limite básico	Estruturação complementar da exploração	Pronaf Agroindústria	Pronaf Floresta	Pronaf Semi Árido	Pronaf Mulher	Pronaf Jovem	Pronaf Cotas-Partes	Pronaf Agroecologia
A	16.500	----	6.000	----	4.000	6.000	1.500	6.000	5.000	----
A/C	----	----	----	18.000	4.000	6.000	1.500	6.000	5.000	----
B	4.000	----	----	18.000	1.000	6.000	1.500	6.000	5.000	----
C	1.500 a 6.000	3.000	----	18.000	4.000	6.000	6.000	6.000	5.000	6.000
D	18.000	9.000	----	18.000	6.000	6.000	18.000	6.000	5.000	18.000
E	36.000	18.000	----	18.000	----	----	36.000	6.000	5.000	----

**Figura C.10** - Limites de crédito de investimento por unidade familiar na safra 2006/2007 de produção para cada grupo de enquadramento do PRONAF. - Fonte: Contag, 2007.

O agricultor do Grupo A, além do limite básico de investimento do seu grupo, pode ter um adicional de R\$1.500 para custear a assistência técnica do seu projeto. Pode ainda ter um crédito adicional (Coluna 3) para complementar os projetos iniciais de estruturação produtiva da parcela de terra recebida, desde que ainda não tenha feito financiamento de investimento nos Grupos "C", "D" ou "E", ou em outra linha de investimento do PRONAF.

Além destes créditos de investimento e dos sobretetos, a exploração familiar pode acumular outros limites de financiamento através de linhas especiais de investimento.

#### **b) Programas que garantam a segurança da renda do agricultor familiar**

O seguro da Agricultura Familiar (SEAF), criado em 2004 pelo Governo Federal, protege a renda dos agricultores no caso de perda da produção por problemas climáticos, doença fúngica e "pragas" sem método de controle conhecido. Esta reivindicação histórica assegura 100% de cobertura do financiamento do PRONAF e 65% da renda líquida esperada pelo agricultor.

Neste mesmo sentido, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) já está operando na safra 2006/07. Ele é válido para todos os agricultores que plantaram milho, feijão, mandioca, arroz, soja, sorgo e produzem leite com financiamento de custeio do PRONAF.

O novo programa funciona como um desconto no momento do pagamento dos financiamentos, para que os agricultores não comprometam a renda familiar em casos de quedas de preços na hora de comercializar sua produção. O desconto compreende a diferença entre o valor de mercado no momento do pagamento do empréstimo e o valor de referência definido para o ano-safra, para cada cultura e região.

Os valores de referência são estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o programa tem adesão automática no momento de contratação do PRONAF, a partir dos custos médios de produção. Não há qualquer taxa ou custo adicional. Para a safra 2007/08, o PGPAF deverá incluir outras culturas e também os contratos de investimento. Com o Programa de Garantia de Preços, o governo conta com uma política permanente para, de forma antecipada, enfrentar situações de crise de preços.

No caso dos agricultores do semi-árido brasileiro, há uma proteção especial desde 2003, com o programa Garantia-Safra. Caso o produtor tenha uma perda de safra superior a 50%, por causa da seca, recebe uma renda mensal mínima. Na safra 2006/07, devem ser beneficiados 450 mil agricultores.

## **2.1.2 Agregação de valor e geração de renda**

### **a) Bolsa Estiagem**

Dois anos de seca (2004 e 2005) levaram o governo a criar o Bolsa Estiagem, ação emergencial para compensar os prejuízos dos produtores. Foram beneficiados 255.993 agricultores nas regiões sul e Nordeste e no estado do Mato Grosso do sul, com recursos superiores a R\$ 73 milhões.

Com dois anos consecutivos de secas, o governo federal tomou a iniciativa de implementar uma ação emergencial para compensar os prejuízos provocados pela estiagem. Esta ação é o Bolsa Estiagem, benefício resultante de uma parceria entre o MDA e o Ministério da Integração Nacional (MI), que viabilizou auxílio financeiro aos agricultores familiares atingidos pela seca em 2004 e em 2005, nas regiões Sul e Nordeste e no Mato Grosso do Sul.

A medida beneficiou agricultores com renda familiar média mensal de até dois salários mínimos. Este benefício foi para aqueles agricultores que tiveram perda da safra superior a 50% e que moram em municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública.

**b) Proteção ao Meio Ambiente**

Duas propostas aprovadas pelo conselho Nacional do Meio Ambiente irão beneficiar os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Uma institui a Licença Única de instalação e operação (LIO) para o funcionamento de agroindústrias de pequeno porte; a outra trata da revisão de licenciamento ambiental para projetos de assentamento. Elas resguardam o meio ambiente ao mesmo tempo em que incentivam o desenvolvimento da produção agrícola familiar.

**c) Programa de aquisição de alimentos**

Consiste na compra, pelo governo, de alimentos produzidos pela agricultura familiar e assentados da reforma agrária, destinados ao abastecimento do chamado mercado institucional (escolas, hospitais e instituições beneficentes cadastradas no programa FOME ZERO), além da formação de estoques estratégicos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é operado em conjunto pelo MDA, ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Só no último ano, o MDA contou com orçamento de R\$ 129,3 milhões para ações de aquisição de alimentos dos produtores familiares.

Já são 195 mil agricultores e 18 mil produtores de leite fornecendo alimentos a quem mais precisa. O valor máximo para a compra por agricultor, que era de R\$ 2,5 mil, agora foi elevado para R\$ 3,5 mil.

A partir de 2006, com recursos do MDA, houve a criação de nova modalidade para aquisição e apoio à comercialização de alimentos: a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Nela, as organizações com 80% de produtores enquadrados no Pronaf adquirem a produção de seus associados, e de outros agricultores familiares ou assentados da reforma agrária, para armazenamento e posterior comercialização. As entidades contam com até R\$ 1,5 milhão para beneficiar ou estocar e vender alimentos em condições mais favoráveis.

**d) Programa de produção de Biodiesel**

O BIODIESEL é um combustível que não polui o ambiente e vem se tornando um importante aliado da agricultura familiar e reforma agrária, levando renda a mais de 200 mil famílias rurais. O governo federal está investindo R\$ 1,55 bilhão na compra de biodiesel. Desse total, R\$ 369 milhões serão destinados à compra de matérias-primas de agricultores familiares para a produção do biocombustível.

Neste programa, estimula-se os agricultores a plantarem oleaginosas (mamona, pinhão-manso, girassol, etc.) consorciadas com culturas de subsistência, como o feijão, para incrementar a renda familiar.

Outra prática comum é a utilização de rotação de culturas, em que os produtores plantam oleaginosas após o cultivo de milho ou soja.

**e) SUASA**

Regulamentado em 2006, o sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, SUASA, unifica os processos de inspeção e fiscalização dos produtos agropecuários. Na prática, uma mercadoria produzida em um município ou estado que tenha aderido ao SUASA poderá ser vendida em todo o Brasil.

Trata-se de uma medida há muito tempo aguardada pelos agricultores familiares, desde quando foi criada a Lei 9.712 de 1998, conhecida como Lei Agrícola. Atualmente, cada município tem a sua forma de realizar a inspeção e fiscalização dos insumos agropecuários, o que faz com que um produto com inspeção municipal somente possa ser comercializado nos limites do município, criando barreiras físicas à comercialização.

Com o Suasa, o serviço será parte de um único sistema, em que os critérios sanitários e de qualidade serão os mesmos em todos os lugares, pois obedecerão à legislação federal.

A partir de agora, os estados e municípios têm a tarefa de aderir ao sistema para que seus agricultores possam comercializar em nível nacional. Os municípios serão responsáveis pela inspeção propriamente dita.

Para facilitar o trabalho dos estados e municípios, o MDA e a Embrapa elaboraram o Manual de Boas Práticas, condição para qualificar o sistema de produção e assim oferecer produtos de qualidade, sem risco à população.

**f) Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER**

O MDA vem reconstruindo o sistema nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O acesso ao conhecimento técnico é fundamental para fortalecer a agricultura familiar e as comunidades rurais, com novas possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

Em 2003, através do decreto 4.739 de 13 de junho, institui-se a Política Nacional de ATER. Essa política foi criada a partir de amplo debate com os movimentos sociais e as organizações envolvidas com a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais e povos indígenas, definindo as diretrizes para as ações de ATER voltadas a estes segmentos.



## **2.2 Políticas públicas estaduais para a agricultura familiar**

O Governo do estado do Rio Grande do Sul vem contribuindo de várias formas para agricultura familiar do Estado. Através da assistência técnica da EMATER e outras instituições de assistência técnica, como o SEBRAE e o SENAR, ainda linhas de investimentos financeiros a cadeias produtivas, ou recentemente planos de investimentos externos que tentam tirar a agricultura gaúcha de um declínio de produtividade. A seguir, encontram-se alguns destes investimentos e planos de ação no estado do Rio Grande do Sul.

### **2.2.1 O Programa RS Rural**

A partir do ano de 1999, a agricultura gaúcha recebe grande montante de financiamentos efetuados através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD), dando início a Programa RS Rural. O Programa envolve 5 % dos recursos do BIRD e 25 % de contrapartida do governo estadual. O Programa RS Rural tem como objetivo combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e o êxodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade produtiva. Promove ações integradas de infra-estrutura familiar e comunitária, geração de renda e de manejo e conservação dos recursos naturais, bem como projetos de suporte e desenvolvimento institucional. ( Programa RS Rural, 2007).

Algumas das ações deste programa são a construção e ampliação de redes de abastecimento de água e perfuração de poços artesianos nas áreas de maior pobreza rural e que em épocas de estiagem sofrem maiores impactos. Ainda encontram-se ações como a formação técnica de agricultores que trabalham com a agregação de valor às cadeias produtivas (a agroindustrialização), que se apresenta como uma forma a mais de aquisição de renda na agricultura familiar. Acrescenta-se ainda, a recuperação na formação de grupos que trabalhem com a medicina alternativa (utilização de plantas medicinais) e incentivos financeiros e tecnológicos para a melhoria da genética do gado bovino do estado.

### **2.2.2 Programa de Vitivinicultura**

No ano de 2004, firma-se no Rio Grande do Sul a execução do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Vitivinicultura - Visão 2025. A cadeia produtiva vinícola surge como uma forte tendência de desenvolvimento, principalmente na Serra, nas regiões de Caxias, já tradicionais na produção de vinho, expandindo-se recentemente para a Região da Fronteira Oeste, destacando-se a cidade de Santana do Livramento.

O Programa, além da determinação de metodologia para implementação de indicações geográficas para novos investimentos, tem como objetivo melhorar a qualidade do vinho e agregar valor à produção, com previsão de beneficiar aproximadamente 600 cantinas e 15 mil famílias produtoras de vinho no Estado.

### **2.2.3 Assistência Técnica à Agricultura Familiar**

No Rio Grande do Sul, a empresa responsável pelo planejamento e operacionalização da assistência técnica para a agricultura familiar é a Emater. No início desta unidade, você já pode verificar os objetivos que a EMATER possui juntamente aos agricultores. Acrescenta-se que a Emater é a principal ferramenta utilizada para a implantação dos programas acima citados, assim como boa parte dos projetos do PRO-NAF. A situação atual da Emater é crítica, pois a instituição encontra-se diante de deficiências, tanto quantitativamente como qualitativamente, que possam atender de maneira efetiva a população rural.

As diferentes orientações dadas à EMATER por diferentes governos têm gerado uma sucessão de metodologias de ações e áreas prioritárias sem uma avaliação profunda de seus resultados, adicionando-se a já extensa diversidade presente na ação dos extensionistas, o que favorece a dispersão de energia e recursos. Assim, apesar de sua presença fundamental no cotidiano dos agricultores, não há uma focalização em uma estratégia de desenvolvimento rural, mas perdendo-se em ações tópicas e fragmentadas.

## **2.3 Políticas Públicas a nível Regional para a Agricultura Familiar**

O Governo Federal, juntamente com instituições responsáveis pelo desenvolvimento rural localizadas em cada Estado, traçou algumas áreas prioritárias para a intervenção de políticas públicas, às quais chamou de 'Territórios Rurais'. A partir destes territórios é que se delimitam algumas políticas públicas para o desenvolvimento das comunidades rurais da área.

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. A abordagem territorial leva em conta que o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente, quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional diferente das áreas urbanas. Este tipo de abordagem

para a elaboração de políticas públicas permite, segundo seus elaboradores, uma descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais, ou seja, aos agricultores.

A Região Centro do Rio Grande do Sul está entre estes territórios, assim como a Região do Médio Alto Uruguai, a do Alto Uruguai, das Missões, e da Zona Sul do Estado. Estes territórios têm seu funcionamento condicionado a comitês, os quais buscam investimentos e financiamentos para a melhoria do rural, a partir das demandas dos agricultores locais. Estas demandas são definidas através de plenárias e reuniões com a participação das comunidades rurais.

#### SAIBA MAIS

O desenvolvimento territorial é atualmente a teoria utilizada para os planejamentos de políticas públicas em várias áreas do Governo Federal. Para saber o que é o desenvolvimento territorial e como ele se emprega na área rural acesse o sítio [www.territoriocentral.gov.br](http://www.territoriocentral.gov.br). Lá você ainda encontrará dados a respeito dos territórios rurais, arquivos que podem ser baixados para a leitura e que servem para o planejamento territorial.

#### ATIVIDADE

**ATIVIDADE FINAL:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

## **UNIDADE D**

### **A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: ESTUDOS EMPÍRICOS**

#### **Objetivos**

- conhecer o perfil da agricultura familiar no Brasil e suas diferenças regionais;
- propiciar uma visão panorâmica da agricultura no RS.

#### **Introdução**

Nesta unidade, você conhecerá melhor o perfil da agricultura familiar Brasileira através de dados coletados em diversas fontes como a FAO, INCRA, e ministério do Desenvolvimento agrário. Eles elucidam a viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil. Também nessa unidade, você receberá a tarefa de traçar/pesquisar o perfil da agricultura familiar de seu município.

## **1. Diversidade de Agricultura(s) no Brasil**

Traçar um panorama da agricultura no Brasil é um exercício audacioso, classificá-la então, é ainda mais difícil. Isso acontece por que a agricultura brasileira é um setor produtivo muito amplo e dinâmico. Basta você pensar nas práticas agrícolas do lugar onde mora: tem diferenças entre os grupos patronais e familiares, entre o tamanho das propriedades, entre o tipo de produção, entre o tipo da mão-de-obra.

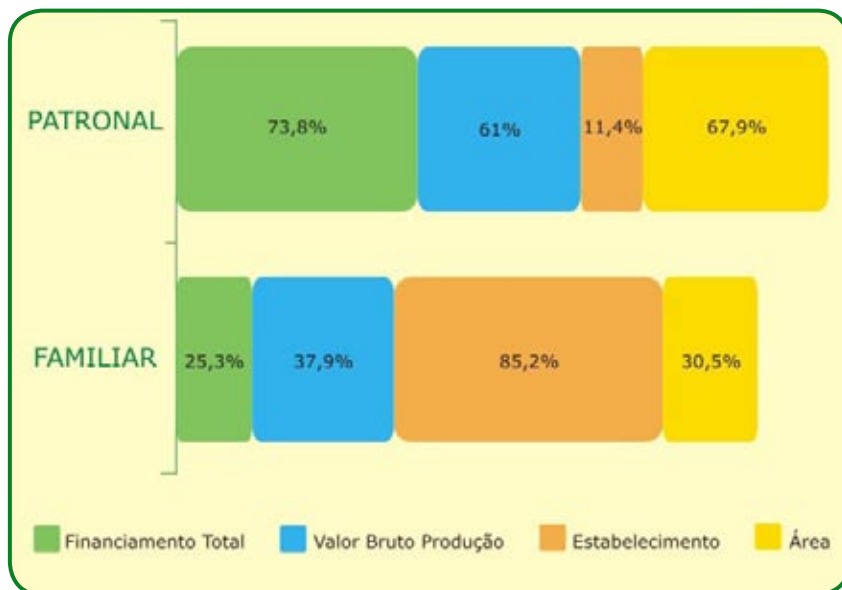
No território nacional, a grande diversidade da agricultura também foi consequência do processo histórico de ocupação e luta pela terra, da cultura, dos elementos naturais (condições edafoclimáticas) além, é claro, dos rumos do desenvolvimento rural estimulado pelas políticas públicas.

Mas é preciso estudar e entender esta diversidade e, por isso, já foram realizadas várias tentativas para tentar classificar os agricultores brasileiros. Por exemplo, o Manual de Crédito Rural (MCR, 1990), que classifica os produtores em mini, pequeno, médio e grande produtor, usando critérios como a renda bruta do ano agrícola/ano. Já a classificação adotada pelo INCRA/FAO divide os agricultores em patronais e familiares, usando, para tanto, critérios relacionados com a renda monetária bruta (diferença entre receita e despesa) e subdivide os agricultores familiares em: consolidados, em transição e periféricos. O próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de programar políticas públicas, classifica os agricultores familiares em Grupos, levando em consideração a renda, a mão de obra familiar e o tamanho da área, medida em quantidade de módulos fiscais que pertence ao agricultor.

Agora que já falamos sobre a dificuldade de traçar um panorama da agricultura, vamos tentar fazê-lo para que você possa compreender como este setor tem um papel importantíssimo na economia nacional. No entanto, precisamos alertar que os dados utilizados são de fontes diferentes e, portanto, com metodologias de pesquisa também diferentes. Assim, optamos por apontar alguns dados baseados na divisão da agricultura em duas categorias: a familiar e a patronal.

### **1.1 A estrutura fundiária: um fator da desigualdade no campo**

Vamos começar a nossa fotografia da agricultura a partir do estudo realizado pelo INCRA/FAO, Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto, que opta por estabelecer um comparativo entre a agricultura patronal e a agricultura familiar (Figura D.1), sendo que esta representa 85,2% do total de estabelecimentos rurais no Brasil, no entanto, ocupam apenas 30,5% da área total e recebem somente 25,3% do financiamento destinado à agricultura.



**Figura D.1** - Gráfico comparativo entre a agricultura familiar e a patronal, considerando porcentagem de estabelecimentos, área total, valor bruto da produção e financiamento total. Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE - Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (adaptado)

Ao analisar o gráfico da Figura D.1, podemos perceber a diferença gritante entre estes dois tipos de agricultura. Repare, por exemplo, na contradição entre a porcentagem do valor bruto da produção (riqueza gerada) e com o percentual dos financiamentos recebidos. Esta realidade reflete claramente o que discutimos na Unidade B sobre a opção por um desenvolvimento da nação centrado na grande agricultura capitalista e no processo de industrialização nas cidades. Mas se você analisar o total do valor bruto da produção, a agricultura patronal apresenta um valor superior em comparação com a agricultura familiar. Para você, qual é o motivo desta diferença? Você terá a possibilidade de construir coletivamente esta resposta na atividade D1.

Outra questão importante é o tamanho destas propriedades, pois os 85,2% dos estabelecimentos rurais brasileiros, considerados como agricultores familiares, possuem menos de 100ha, como mostra a tabela D.2. O mais preocupante desta situação é um grande número destes 85,2%, ou seja, 31,6% têm menos de 10ha. Neste momento, é importante indagar sobre outra questão: segundo os dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), existem apenas 118 municípios no Brasil com um módulo fiscal menor de 10ha. Em sua maioria, eles estão localizados em zonas metropolitanas e, portanto, com alto índice de urbanização. Assim, a maioria dos agricultores com menos de 10ha está localizada em áreas onde a própria lei reconhece que não é possível sobreviver com menos de 10ha. Isso nos leva a perguntar sobre quais são as alternativas concretas que podem ser oferecidas a essas pessoas, para que não troquem a agricultura por uma oportunidade (se existir) de emprego nas cidades?

Estratos de Área Total (ha)	Imóveis		Área Total		Área Média Hectares
	Nº de Imóveis	%	Hectares	%	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8	69,3
<b>Até 10</b>	<b>3.611.489</b>	<b>85,2</b>	<b>84.373.860</b>	<b>20</b>	<b>128</b>

**Figura D.2** - Tabela da Estrutura Fundiária Brasileira, com menos de 10 a 100ha. Fonte: INCRA, 2003

Para suprir a deficiência de terra, muitos agricultores passam a adotar outras estratégias como o arrendamento e a utilização da terra em forma de parceria, com destaque nas regiões Nordeste (6,9% são arrendatários) e Sul (6,4% são arrendatários). Outros ainda complementam a renda com o assalariamento de parte dos membros do núcleo familiar em outras propriedades. Esta necessidade de buscar estratégias provavelmente também esteja presente no lugar onde você mora, basta você conhecer as pequenas propriedades familiares do seu município e conversar com essas famílias para identificar as dificuldades que enfrentam no dia a dia e o que fazem para superá-las.

Mesmo assim, agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. No entanto, muitas vezes, a renda externa não basta para garantir a sobrevivência do grupo familiar, necessitando, portanto, de alternativas como, por exemplo, as aposentadorias, a venda de serviços em outros estabelecimentos (familiares e patronais), atuando em atividades não agrícolas ( seja em indústria, comércio ou prestação de serviços). Estas rendas externas garantem a sobrevivência principalmente daqueles estabelecimentos familiares mais pobres. Estas atividades não-agrícolas, ou melhor, o emprego não-agrícola “vai representar uma chance de sobrevivência, em geral precária, para produtores sem acesso à tecnologia, à terra suficiente, ao crédito, etc.” (GUANZIROLI, 2001, p. 38).

### **+ SAIBA MAIS**

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a estrutura fundiária é composta das seguintes categorias:

**Minifúndio** – o imóvel rural com área inferior a 01 (um) módulo fiscal;

**Pequena Propriedade** – o imóvel rural de área compreendida entre 01 e 04 módulos fiscais;

**Média Propriedade** – o imóvel rural de área superior a 04 até 15 módulos fiscais;

**Grande Propriedade** – o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

**O ESTATUTO DA TERRA regulamenta e define as seguintes categorias presentes no espaço rural:**

**I - Imóvel Rural** - prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

**II - Propriedade Familiar** - imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalho com a ajuda de terceiros;

**III - Módulo Rural** - área fixada nos termos do inciso anterior;

**IV - Minifúndio** - imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

**V - Latifúndio** - imóvel rural que:

**a)** exceda a dimensão máxima fixada para os títulos de domínio, da natureza da posse e da forma de administração, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

**b)** não excedendo ao limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

**VI - Empresa Rural** - é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente o imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;

**VII - Parceleiro** - aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;

**VIII - Cooperativa Integral de Reforma Agrária (C.I.R.A.)** - toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil, criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;

**IX - Colonização** - toda a atividade oficial ou particular que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas.

**Parágrafo único.** Não se considera latifúndio:

**a)** o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;

**b)** o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais, haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.

Art. 5º A dimensão da área dos módulos rurais será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer.

**FIQUE LIGADO, acesse:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>



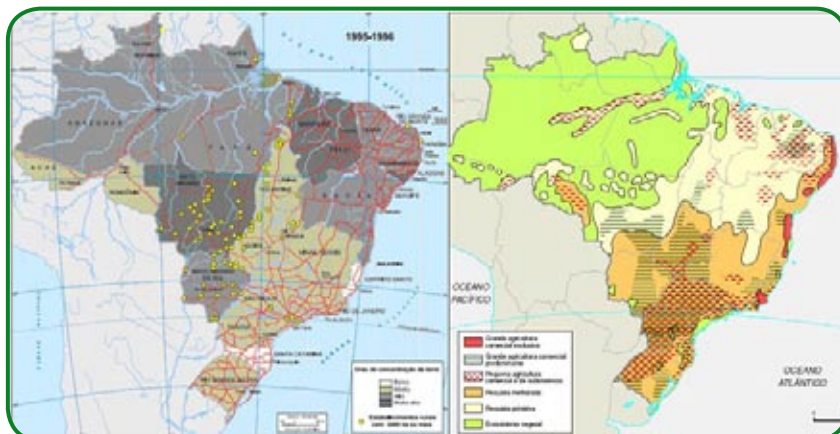
Por outro lado, a agricultura patronal, ao contrário da agricultura familiar, tem a posse de grande parte das terras agricultáveis (67,9%) do Brasil, mas mesmo assim não produz nem metade dos alimentos que consumimos todo dia. Basta você comparar as duas tabelas para comprovar a concentração de terras que torna o campo um espaço cada vez mais desigual e, portanto, de conflitos, principalmente entre os que têm muita e os que têm pouca terra ou que nem possuem um pedaço de terra para buscar sua sobrevivência.

Estratos de Área Total (ha)	Imóveis		Área Total		Área Média Hectares
	Nº de Imóveis	%	Hectares	%	
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,5	4110,87
<b>Total</b>	<b>626.958</b>	<b>14,9</b>	<b>335.971.502</b>	<b>79,8</b>	<b>6.395</b>

**Figura D.3** - Tabela da Estrutura Fundiária Brasileira, de 100 a 2000ha. Fonte: INCRA, 2003

Agora que você já analisou as duas tabelas, preste atenção em mais um detalhe importante: dos 14,9% de agricultores que compreendem a agricultura patronal, a maioria (11,4%) dos imóveis tem em média 207,6ha, enquanto que uma minoria (0,8%) possui, em média, 4110,87ha. Veja como é grande a diferença nesta categoria. Outra questão importante é que o maior módulo fiscal do Brasil é de 110ha e ocorre em apenas duas cidades do Mato Grosso do Sul (região do Pantanal); o segundo maior módulo fiscal é de 100ha e ocorre em 105 municípios brasileiros, sendo que o Brasil possui 5564 municípios, segundo dados do INCRA/DFC (2005). Na Figura D.4, está representada a distribuição agropecuária no Brasil e a concentração de terras, comprovando o que acabamos de analisar.

Agora fica mais fácil de entender por que a redistribuição fundiária é um dos primeiros problemas que o Brasil tem que resolver no campo. Mas, não basta garantir acesso a terra, é preciso também viabilizar a permanência das famílias a fim de que possam produzir e contribuir para o crescimento da nação. Para VEIGA (1998) a promoção de um desenvolvimento rural sustentável passa pela redistribuição fundiária e pela valorização do sujeito rural, do grupo familiar, da cultura do campo.



**Figura D.4** - Mapa da concentração de terra e distribuição agropecuária no Brasil. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

## ATIVIDADE

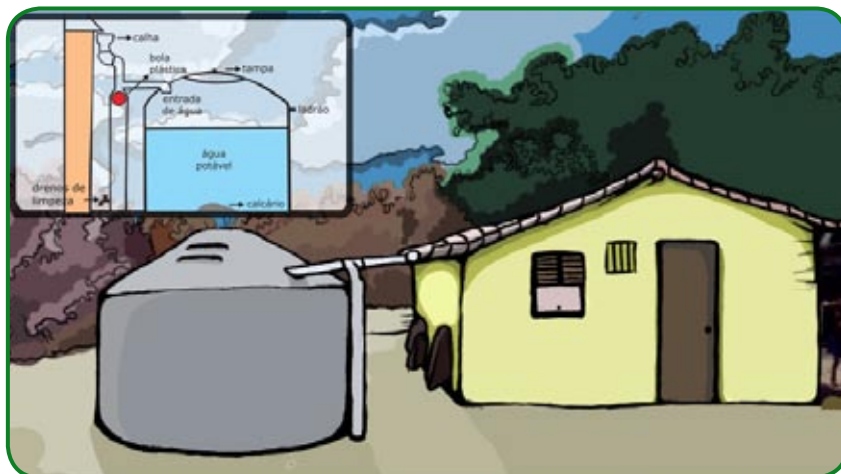
**ATIVIDADE D.1:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

### 1.2 Agricultura Familiar: participação na economia e distribuição no território nacional.

Como você viu até agora, a agricultura familiar é grande e ao mesmo tempo pequena no Brasil. Grande, porque é responsável pela maior parte dos alimentos que consumimos e pequena porque não dispõe da quantidade de terras ideal para produzir.

Mas a agricultura familiar também é bastante diversificada, principalmente, quando analisamos as regiões brasileiras e os números de estabelecimentos, área e financiamentos recebidos. Através da Figura D.6, você pode observar como ela é desigual. Por exemplo, o Nordeste possui mais estabelecimentos familiares, um total de 49,6%, mas apenas recebe 14,3% dos financiamentos destinados à agricultura familiar brasileira. Isto demonstra que ainda grande parte dos agricultores nordestinos está excluída do direito de receber recursos federais para viabilizar as suas atividades agropecuárias. No entanto, não se pode analisar esta realidade fora de seu contexto: o Nordeste apresenta vários problemas ligados à escassez de água, à dominação da oligarquia agrária, à precariedade da educação, dentre outros. Esta realidade vem sendo transformada aos poucos, como, por exemplo, a escassez da

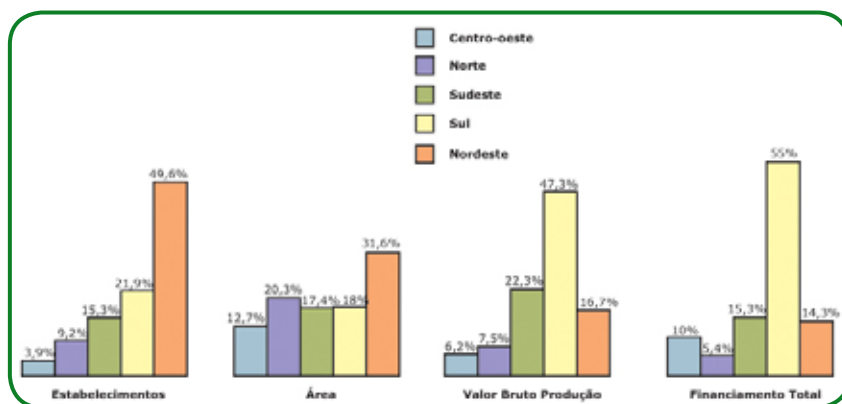
água está sendo solucionada com a implantação de cisternas (Figura D.4) para captação da água da chuva, mas, mesmo assim, há o grande problema da desigualdade fundiária contínua.



**Figura D.5** - Exemplo de cisternas implantadas no NE.

Na análise de Veiga (1998), uma das conclusões que pode ser elencada é que os agricultores familiares do Nordeste compõem uma massa tão fragilizada “que seria ilusório esperar que possam ser ajudados, por exemplo, pelas linhas de crédito de custeio e investimento oferecidos pelo PRONAF”. Assim,

o pacote convencional dos programas de modernização voltados para a agricultura familiar (crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, etc.) só poderá atingir essa grande massa de desvalidos se estiver acoplado (ou for precedido) ao binômio essencial da estratégia de erradicação da pobreza rural: redistribuição fundiária e educação (Veiga, 1998, p. 11).

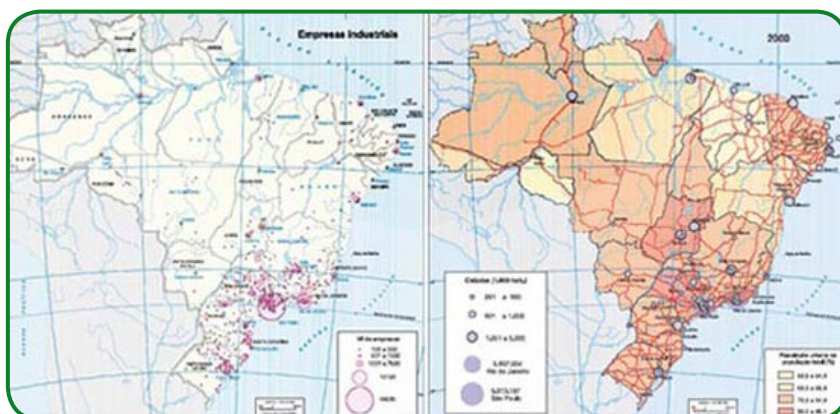


**Figura D.6** - Gráfico comparativo das regiões do Brasil quanto ao comportamento da agricultura familiar, considerando porcentagem de estabelecimentos, área total, valor bruto da produção e financiamento. Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (adaptado)

Ao analisar a Figura D.6, percebemos também a importância que a agricultura familiar da região sul desempenha quanto ao valor bruto da produção, apesar de possuir menos da metade (21,9%) dos estabelecimentos encontrados no nordeste. Mas quais são os fatores que justificam o fato de a região sul produzir mais, com a metade dos estabelecimentos que a região nordeste? Bem, existem muitos motivos, alguns deles já colocamos ao estudar os agricultores nordestinos. Mas, de fato, a região sul concentra 55% dos financiamentos destinados à agricultura brasileira, isso também reflete diretamente na qualidade de vida da população sulista, pois é nesta região que ainda se encontram os melhores índices de desenvolvimento humano do país (Rio Grande do Sul – 0,814; Santa Catarina – 0,822; Paraná – 0,787).

Na região sul, a agricultura familiar tem características marcadas pela cultura dos imigrantes que colonizaram a região no início do século XIX. Além disso, as práticas agropecuárias são desenvolvidas em pequenas extensões de terra que dificilmente ultrapassam 30ha e, geralmente, mantém uma produção diversificada, principalmente para atender às demandas alimentares das famílias.

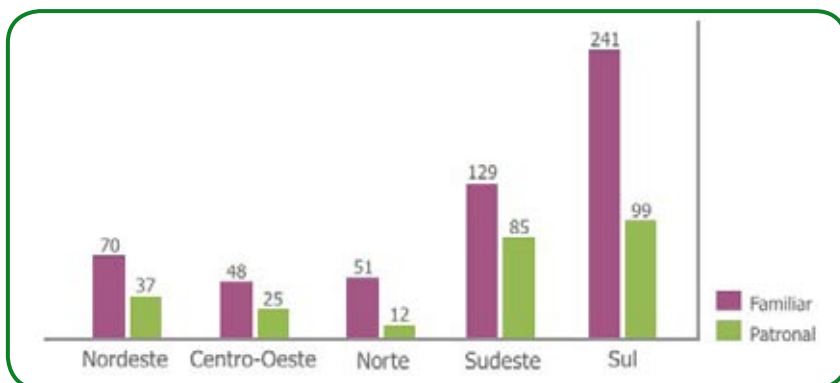
A região sudeste do país, principalmente o eixo São Paulo – Rio de Janeiro, apresenta a maior concentração industrial do país e, conseqüentemente, também tem os maiores índices de urbanização, como está representado na Figura D.7. Mesmo assim, o sudeste ainda tem grande participação no setor agrícola da economia nacional, produzindo café, algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho e soja, atendendo tanto ao mercado interno quanto e, principalmente, o mercado externo. Desta forma, ao consolidar alta produção com alta industrialização, a região sudeste concentrou uma poderosa indústria para beneficiamento de sua produção agropecuária.



**Figura D.7** - Comparação entre a distribuição espacial da indústria (1999) e das taxas de urbanização (2000) no Brasil. Fonte: IBGE, 1999 e 2000.

Outra questão que podemos salientar é quanto aos estabelecimentos familiares que demonstram um grande potencial econômico e produtivo, pois não produzem apenas para a comercialização, mas

também para a subsistência do grupo familiar, o que confere, em muitos casos, uma boa qualidade de vida. Outro fato importante é a Renda Total por hectare, em que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$ 104/ha/ano contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais. Esta eficiência está presente em todas as regiões brasileiras, como mostra a Figura D.8.



**Figura D.8** - Gráfico comparativo entre a agricultura familiar e patronal acerca da eficiência econômica (média em reais por hectare/ano).

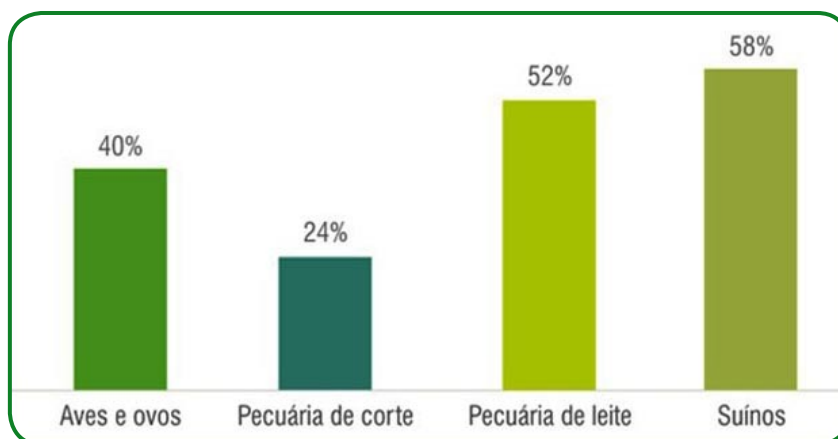
Na figura D.8, evidencia-se a superioridade de eficiência econômica da agricultura familiar. A região Sul é a que se destaca na produção agrícola tanto na agricultura dita patronal como na agricultura dita familiar. A região Sudeste também apresenta dados significativos e ali se encontram as grandes monoculturas, destinadas ao mercado externo como o café, laranja, cana-de-açúcar e algodão.

Agora, quando analisamos os postos de trabalho, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro, sendo responsável por 76,9% do Pessoal Ocupado. Em um comparativo, a produção familiar ocupa em média 6,4 pessoas, enquanto que na agricultura patronal este valor cai para 3,3 pessoas, fato que está diretamente relacionado com o emprego direto. Entre os agricultores patronais, é necessário em média 67,5 ha para ocupar uma pessoa, sendo que entre os familiares é necessário apenas 7,8 ha para ocupar uma pessoa (Figura D.9).

Tipo de mão de obra	Estabelecimentos		Área		Valor da Produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$1.000	%
Só mão de obra familiar	3.183.221	76,9	62.995.259	58,5	10.733.196	59,2
Mão de obra familiar e temporária	197.185	4,8	5.951.935	5,5	1.038.694	5,7
Mão de obra temporária e permanente	12.919	0,3	1.190.677	1,1	219.764	1,2
Mão de obra familiar e emprego de máquinas	242.383	5,98	7.521.209	7	2.092.048	11,5
Mão de obra familiar e demais combinações	503.611	12,2	30.109.369	27,9	4.034.023	22,3
<b>TOTAL FAMILIAR</b>	<b>4.139.369</b>	<b>100</b>	<b>107.768.450</b>	<b>100</b>	<b>18.117.725</b>	<b>100</b>

**Figura D.9** - Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o tipo de mão de obra utilizada – Brasil 1995-19996. Fonte: DIEESE, 2006.

A eficiência econômica e dinamicidade da agricultura familiar podem ser ilustradas a partir da capacidade de responder por 37,9% de toda a produção nacional, com apenas 30,5% da área e 25% do financiamento total. Os produtos destinados à subsistência (aves, milho, feijão, leite e pecuária de corte) do grupo familiar também têm destacada importância, uma vez que podem contribuir na geração de renda em momentos de crise no setor agrícola (Figura D.10).



**Figura D.10** - Participação da agricultura familiar no valor bruto da produção nacional. Fonte: INCRA/FAO, 2000.

Como você deve estar percebendo, são esses dados que levam vários autores (abordados na unidade C) à defesa da promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento para o meio rural brasileiro.

Se analisarmos os dados do PRONAF, perceberemos o desejo dos agricultores familiares em investir em melhorias estruturais de seus estabelecimentos, pois do total de recursos investidos pelos agricultores familiares do tipo A, 38% foram destinados para a instalação de novas

plantas e animais, 24,5% foram para máquinas e benfeitorias, 16,9% para compra de terras e 20,7% para outros investimentos. Para os outros três tipos, estes percentuais são muito semelhantes. Em termos percentuais, os agricultores do Nordeste foram os que mais investiram em novas plantas e animais, aplicando entre 48,4% e 64,2% de seus investimentos nestas atividades, dependendo do tipo familiar. Foi também a região que menos investiu na compra de terras.

Os agricultores familiares da região Sul inverteram as prioridades dos investimentos em comparação com a média brasileira. O principal investimento, considerando todos os tipos familiares, foi em máquinas e benfeitorias, seguido por novas plantas e compra de animais. Os agricultores familiares desta região foram os que mais investiram na compra de terras, representando em média 18% de seus investimentos.

## 2. Agricultura no Rio Grande do Sul

Você já deve ter ouvido a seguinte expressão “O Rio Grande é o celeiro do Brasil”. Essa expressão podia ser considerada verdadeira até a década de 1980. Entretanto, com a abertura da economia Brasileira ao mercado Mundial, a agricultura gaúcha começa a sofrer grande perda de produtividade e de defasagem nas margens de lucro. Os agricultores mais capitalizados conseguem reverter o quadro de declínio da renda agrícola com altos investimentos, e do aperfeiçoamento de suas lavouras, enquanto um grande número de pequenos abandona o campo, principalmente na década de 1980, dando origem ao êxodo rural e a formação de periferias urbanas.

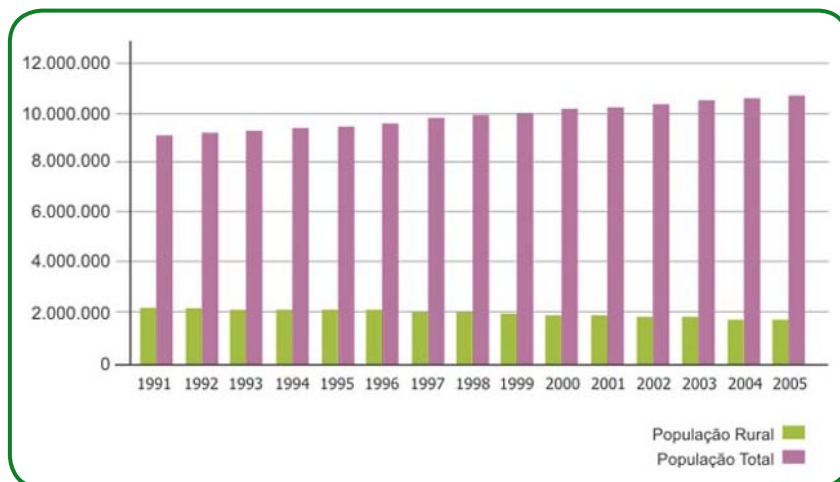
Atualmente, cerca de 15% da população gaúcha ainda vive no campo. Ao realizarmos uma retrospectiva, vamos verificar que, em 1991, praticamente 25% da população gaúcha residiam no campo. Apesar do aumento populacional provocado pela natalidade, a população do campo não acompanha esse aumento geral da população. Conforme podemos verificar na Figura D.11, essa população se mantém em leve aumento, em decorrência do aumento da população. A percentagem da população rural sobre a total evidencia o êxodo dos últimos 15 anos.

### LINK

Consulte o material complementar disponível na plataforma Moodle através dos links abaixo (*Obs.: é necessário estar logado ao sistema para acessar o conteúdo*):

**Elementos pré-textuais:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/10/livros/pdfs/LINK\\_29.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/10/livros/pdfs/LINK_29.pdf)

**Elementos pós-textuais:** [http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/10/livros/pdfs/LINK\\_30.pdf](http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/10/livros/pdfs/LINK_30.pdf)



**Figura D.11** - População total e população rural do do rio Grande do Sul, de 1991 a 2005. Fonte: FEE, 2005.

Apesar de ocorrer uma diminuição da população rural comparada à população total do estado, essa população se torna cada vez mais eficiente na produção econômica. Conforme podemos verificar na Figura D.12, a Região Sul, principalmente o Rio Grande do Sul apresenta as maiores produções agrícolas.

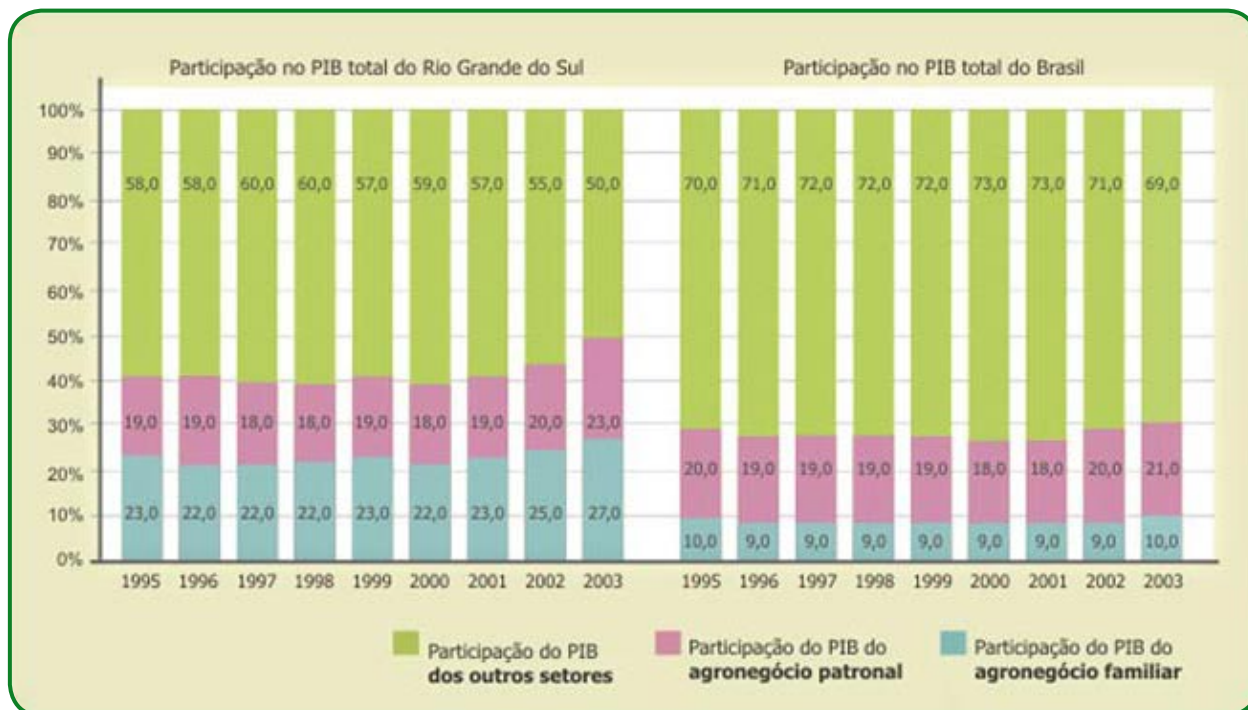
O Rio Grande do Sul, pela sua própria formação histórica, sempre foi o estado com as maiores áreas plantadas e com maior rendimento no Brasil, sendo responsável por grande parte do montante de grãos exportados, principalmente na década de 1970, com o binômio trigo-soja e, na década de 1980, a exportação de carnes para o mercado Mundial.

A agricultura patronal é responsável por boa parte dos grãos e carnes destinados à exploração. Essa agricultura tem como características a grande extensão de terras, utilização de mão de obra assalariada e, claro, a produção voltada ao mercado. Entretanto, a maioria dos produtos voltados ao abastecimento do mercado interno e das populações das zonas urbanas gaúchas é produzida pela agricultura familiar. Como exemplo, podemos citar o leite, o milho, a mandioca, grande parte das frutas e hortaliças. A agricultura familiar normalmente é caracterizada pelo cultivo de produtos que requerem uma maior quantia de mão de obra e que são utilizados para o consumo da família, sendo que, à venda, é destinado somente o excedente.

## 2.1 A Agricultura familiar no RS e sua participação na economia

Comparando-se os dados acerca da origem do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro e o gaúcho, verifica-se que a agricultura familiar se destaca no Rio Grande do Sul, sendo que sua participação no PIB aumenta gradativamente desde a origem dos dados.





**Figura D.12** - Participação da agricultura familiar no PIB no Rio Grande do Sul e do Brasil. (1995-2003). Fonte: NEAD, 2004

Pela comparação entre as participações percentuais do agronegócio familiar e do patronal no PIB do RS e do Brasil, torna-se evidente que a contribuição das propriedades definidas como familiares é bastante superior para a economia do Estado do RS do que para a esfera nacional.

Fatores inerentes à forma de colonização e à herança cultural dos povos europeus capacitaram os produtores a desenvolverem formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras possam competir com as grandes propriedades. Desse modo, conseguem alcançar ganhos de escala semelhante aos das grandes propriedades (onde a utilização do maquinário agrícola fornece estas vantagens). A cooperação mútua entre pequenos produtores e a disponibilidade de serviços agrícolas de forma terceirizada, nos mercados locais, supre esse tipo de demanda da produção familiar e reduz a diferença de rentabilidade que existe entre os cultivos em pequena e em larga escala.

No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar é um segmento de extrema importância, não só pela economia, mas pela ocupação histórica do estado. A própria caracterização socioeconômica do Estado é bastante associada à produção rural. Apesar de a maior importância ser a agricultura familiar, ela também se distribui de maneira desigual no estado, está localizada nas piores áreas e detêm proporcionalmente a menor área.

#### **A Campanha**

A Região da Campanha apresenta a maior concentração fundiária do Rio Grande do Sul, sendo este o principal critério para a sua identificação. A produção predominante é a pecuária extensiva, sendo que os campos são os que dominam a paisagem da região. Corre também a produção de arroz, em menores áreas, entretanto, destacando-se em importância econômica. Existe na região uma significativa presença da agricultura familiar que, possivelmente, domine em número de estabelecimentos, mas não em área agricultável. Entretanto, a produção dessa agricultura familiar é pequena, apresentando pouca importância do ponto de vista econômico. (VER IMAGEM)

#### **Serra do Sudeste**

Embora a paisagem da região seja muito mais parecida com a Campanha, esta região apresenta uma produção agropecuária muito mais diversificada e com menor presença de arroz. Encontra-se, nesta região, a agricultura familiar bem desenvolvida, que cria condições de desenvolver sistemas de produção mais adaptados à sua disponibilidade relativa de meios de produção. Ainda encontra-se nesta região a grande presença das grandes estâncias, consequência da concentração fundiária alta também predominante nesta região.

#### **Litoral Sul**

Produção agropecuária pouco desenvolvida, com exceção para o cultivo do arroz que predomina nos estabelecimentos de maior área, ocorrendo alta concentração fundiária. A agricultura familiar da região está centrada principalmente na subsistência e pode-se citar ainda grande número de ribeirinhos pescadores. '

#### **Litoral Norte**

O litoral Norte diferencia-se do litoral Sul, pela ausência de cultivo do arroz, e o cultivo de frutas tropicais, como a banana, por pequenos agricultores familiares. Ainda no litoral Norte, a concentração fundiária é menor do que no Litoral Sul.

#### **Depressão Central**

Esta região possui uma grande diversidade agrícola. Destaca-se em produtividade na região, a produção de arroz irrigado e de fumo. Este último concentra-se principalmente nas pequenas propriedades que estão conectadas ao complexo agroindustrial do fumo.

#### **Campos de Cima da Serra**

Essa região sustenta uma pecuária de baixa produtividade, destacando-se a extração de madeira nas zonas de mata mais densa. A estrutura fundiária ainda encontra-se bastante concentrada, ocorrendo ainda em pontos específicos a hegemonia dos estancieiros. Destaca-se através do cultivo de frutas temperadas como a maçã (ver mapa do IBGE da estrutura fundiária no RS). Além disso, os campos de cima da serra representam um espaço com grande potencial turístico, uma vez que nele encontram-se os canyons do complexo do Itainbezinho e dois parques de preservação ambiental, um federal e outro estadual.

#### **Colônias Velhas**

É nesta região do Estado que a agricultura encontra-se hegemônica. Há uma grande diversidade de produções como a soja, o milho, o fumo, o feijão, a bovinocultura de leite, as aves, os suínos e ainda as frutas, proporcionando a estes agricultores um alto grau de acumulação econômica.

#### **Planalto**

Nesta região, desenvolvem-se os grandes cultivos comerciais de grãos como a soja e ainda a pecuária extensiva, com baixos rendimentos. Ocorre uma concentração na estrutura fundiária, um grande emprego do assalariamento rural e grande nível de mecanização.

#### **Colônias Novas**

Região com predomínio da agricultura familiar, estando bastante dependente da produção de grãos, ao contrário das Colônias Velhas que possuem uma agricultura bastante diversificada. A estrutura fundiária não é concentrada, predominando os pequenos estabelecimentos rurais.



**ATIVIDADE FINAL:** Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. & SACHS, I. A Metade Ausente do HABITAT II in VIEIRA, P. F; RIBEIRO, M. A et al (ORG), **Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente no Brasil**; A contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ACSELRAD, H. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. In: **Proposta**, Rio de Janeiro, n.56, p.5-8, 1993.

ALFROY, A. La statistique agricole française. In: **Collection de statistique agricole, Étude**. Paris: SCEES, 1979. 140p.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. (org) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 33-55.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.

ALTIERI, M. & MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima, In J. ALMEIDA & Z. NAVARRO, (org.). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**, 2ª ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1998, p.72-105.

AMBROISE, R., BARNAUD, M., MANCHON, O. & VEDEL, G.. Bilan De L'Experience des Plans de Developpement Durable du Point de Vue de la Relation Agriculture-Environnement. **Le Courrier de l'environnement**. Paris: INRA, n 34, juillet 1998.

ARTICULAÇÃO DO SEMI ÁRIDO, 2007. Disponível em <http://www.asa-brasil.org.br/> Acesso em abril de 2007

BAUDRY, J., & LAURENT, C.. Paysages Ruraux et Activités Agricoles. **Le Courrier de l'environnement**, Paris: INRA, n 20, septiembere 1993.

BOISIER, S. **En Busca del Esquivo Desarrollo Regional**: Entre la Caja Negra y el Proyecto Político. Santiago do Chile: ILPES, Série Ensaíos, 1995.

BONETI, L. W. **O silêncio das águas**: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: Unijuí, 1998. 244p

BRASIL. LEI nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Regula e institui a instrumentos destinados a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 julho de 2006. 1999. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: fevereiro de 2007.

BROSSIER, J. & DEFFONTAINES, J. P. Agriculture et environnement. construction d'une recherche développement sur un système agraire soumis à des impératifs nouveaux liés à l'environnement. In **Modélisation systemique et systeme agraire**: decision et organisation. Paris: INRA, 1989. 365p. p.243-255.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988. Brüseke, 1998

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.29-40.

CAMINO, R. & MÜLLER, S. **Sostenibilidad de la agricultura y los recursos naturales**: bases para establecer indicadores. San José: IICA, 1993. 134p. (Série Documentos de Programas IICA, 38).

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**, 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>>. Acesso em: 03 de mar. 2001

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARTA DE AALBORG. **Conferência Européia sobre Cidades Sustentáveis**. Aalborg, Dinamarca, 1994.

CARVALHO, H. M. **Desenvolvimento sustentável e padrões de sustentabilidade**: contextualização para o Estado do Mato Grosso. Curitiba: PRODEAGRO/PNUD BRA/91/015, 1993. Cap. 2: Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR, 2007. Disponível em <http://www.capa.org.br>. Acesso em abril de 2007

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 453p.

CMMAD - Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430p

CNUMAD Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Rio 1992 - Programa 21** Rio de Janeiro, 1992.

CODEVAT. **Plano de Desenvolvimento do Vale do Taquari**. Lajeado: FATES editora, 1995.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2007. Disponível em: < <http://www.contag.org.br/>.> Acesso em abril de 2007.

CONSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In MAY, P. H. & MOTTA, R. S. (org). **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Campus, 1994.

CUNHA, J. L. **Os Colonos alemães e a Fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Editora FISC, 1991.

DELGADO, N.G. **Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura**. Debates - CPDA, Rio de Janeiro, n. 7, 44 p. setembro de 1998.

DÍAZ, S. & CÁCERES, D. M. Ecological Approaches to Rural Development Projects **Cadernos da Saúde**. Rio de Janeiro, v.17, 2001.

DOLFUSS, O. **O espaço geográfico**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. 4. ed. São Paulo: Difusão editorial. 1982. 121p.

DUARTE, L. N. R & PEREIRA, M. T. Ordenamento Territorial: O Desafio De Novas Políticas Publicas para a Ocupação do Solo Rural. X WORD CONGRESS OF RURAL SOCIOLY and the XXXVIII BRAZILIAN CONGRESS OF RURAL ECONOMY AND SOCIOLOGY. Rio de Janeiro, 2000. **Anais e CD-ROM SOBER/IRSA**. Rio de Janeiro, 30 de Julho a 05 de Agosto, 2000.

EHLERS, E.M. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2007. Disponível em < <http://www.embrapa.br> > Acesso em abril de 2007

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2007. Disponível em < <http://www.emater.tche.br/>> Acesso em abril de 2007.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. **Ecología Política**, Barcelona: Icaria, n.9, p.7-25, jun. 1995.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FAO. **Analices del carácter multifuncional de la agricultura y la tierra**. Documento preparado para conferencia FAO/ Países Bajos sobre el carácter multifuncional de la agricultura e tierra. Maastricht, Países Bajos, Setiembre 1999

FAO. The Energy and Agriculture Nexus Environment and Natural Resources. **Working Paper**. N. 4. Rome, 2000.

FAO/INCRA **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. . GUANZIROLI, C. E. & CARDIM, S. E. C. S. (coord). Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, Brasília, DF. 2000. 74 p. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br> >. Acesso em: 04 de jun. 2001.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. GUANZIROLI, CE, (coord). Projeto UFT/BRA/036/BRA, Brasília, DF. 24p, 1996

FAO/ONU. Participación Campesina para una agricultura sostenible en países de América Latina. Roma, 1993. 60 p.

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, 2007. Disponível em: < <http://www.fetrafsul.org.br>> Acesso em abril de 2007  
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2007. Disponível

FEE - Fundação De Economia E Estatística. **Dados Econômicos dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1997.

FOLADORI, G... **Los límites del desarrollo sustentable**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental S.R.L., 1999. 224p.

FUNDAÇÃO BANCO MUNDIAL, 2007. Disponível em <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em março de 2007

FUNDAÇÃO PARA O APOIO A AGRICULTURA, 2007. Disponível em <https://www.fao.org.br/>. Acesso em março de 2007.

GIVORD, D. **Defensa del modelo rural y agrario europeo en la OMC**. Disponível em: <<http://www.rural-europe.aeidl.be/rural-es/biblio/>>. Acesso em: 24 set. 2001

GLIESMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Trad.: Maria José Guazzelli. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio-ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação, Em: VIEIRA, P.F. &WEBER, J. Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento, São Paulo, Cortez editora, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2007. Disponível em < <http://www.agricultura.rs.gov.br/> > Acesso em abril de 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **O Novo Rural Brasileiro**. Instituto de Economia. UNICAMP. São Paulo, 1999. 153p.

GRUPO DE TRABALHO DA AMAZÔNIA, 2007. Disponível em< <http://www.asabrasil.org.br/> > Acesso em abril de 2007

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUILLAUMIN, A., DOCKÈS, A. C., & PERROT, C. Des éleveurs partenaires de l'aménagement du territoire des fonctions multiples pour une demande sociale à construire. **Le Courrier de l'environnement**, Paris: INRA, N. 38. avril 1999

IBGE. **Dados do Censo Econômico e Agropecuário**. Brasília, 1996.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. **El desarrollo rural sostenible en el marco de una nueva lectura de la ruralidad: "nueva ruralidad"**. 2001. Disponível em: <<http://www.iica.net.org>>. Acesso em 28 jun. 2001.



INCRA/FAO **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena produção Familiar**. Brasília, 1994.

INCRA/FAO **Novo retrato da agricultura familiar**: O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

INCRA/FAO **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2007. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/>> Acesso em abril de 2007

JEAN, B. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: Sobrevivência ou Criação da Economia Moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

JOUEN, M. La Europa rural al principio del tercer milenio: La palabra clave: "diversidad" 2001. Disponível em: <<http://www.rural-europe.aeidl.be>>. Acesso em: 24 set. 2001

KAGEYAMA, A Pluriatividade e Ruralidade: Alguns Aspectos Metodológicos. UNICAMP, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em: 06 mar. 2001.

KLAUS, M. & MAGEL, H. **Rural Community Development in a Civil Society. Resource** - Paper for the "Study Mission to Taiwan" of APO. November 2000. Disponível em: <<http://www.fig.net>>. Acesso em: 26 de jun. 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução: Ângela M. Naoko Tijiwa. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. v. 1.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998. v. 2.

LAMARCHE, H. ( org.). **A Agricultura Familiar - Do mito a realidade**. Campinas: UNICAMP, vol. II, 1996.

LIMA, A. P., BASSO, N., NEUMANN, P. S. et al. **Administração da Unidade de produção Familiar**: Modalidades de Trabalho com Agricultores. 2.ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001, 222p.

LOCH, C. & NEUMANN, P. S. et al.. Permanent and Integrated Monitoring System Applied on Rural Environment of Santa Catarina State. X WORD CONGRESS OF RURAL SOCIOLY. Rio de Janeiro, 2000. **Anais e CD-ROM SOBER/IRSA**. Rio de Janeiro, 30 de Julho a 05 de Agosto, 2000.

LOCH, C. **Monitoramento global e integrado de propriedades rurais.** (a nível municipal utilizando técnicas de Sensoriamento Remoto). Florianópolis: Ed. UFSC, 1.990. 135p.

LOCH, C. **Cadastro Técnico Multifinalitário Rural e Urbano.** Florianópolis: UFSC, 1999.

LOCH, C. **Cadastro técnico rural multifinalitário como base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedade rural.** Tese para Professor Titular, Florianópolis 1993, 128 p.

**MALUF, R.** Mercados Agroalimentares e a Agricultura Familiar no Brasil: Agregação de Valor, Cadeias Integradas e Circuitos Regionais. In: **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, **V.25, Nº 01, Abril de 2004.**

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas.** Porto Alegre, 1999. 214p. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) - Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Faculdade de Agronomia, UFRGS, 1999.

MATTOS, C.A. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização-alternativa de sobrevivência ou nova Utopia? In BECKER, B. & MIRANDA, M. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007 - Seminário de desenvolvimento do território Central. Santa Maria: Secretaria do desenvolvimento territorial. 2006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/> >. Acesso em abril de 2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares – 2003/2006.** Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. **Crédito Rural:** Pronaf Agroindústria Investimento e Pronaf Agroindústria Custeio. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/agroindustria/acoes.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2007.

MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e Gestão Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MOURA, R. Dos Espaços sem Fronteiras as Fronteiras dos espaços, In: CASTELO, I.R., KOCH, M.R.et al. (Orgs.). **Fronteiras da América Latina - Espaços em transformação.** Porto Alegre, FEE/EDURGS, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2007. disponível em < <http://WWW.mst.org.br>. > Acesso em abril de 2007

MURDOCH, J. **Tecendo o Tecido sem Costura**: uma consideração sobre a análise de redes e sua aplicação potencial para o estudo da economia rural, tradução de Márcio Antônio Mello, CPDA, 2006.

NASCIMENTO, R. S. **Análise da organização espacial do uso e ocupação do solo através do cadastro técnico multifinalitário rural**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) PEC, UFSC, 1994.

NEUMANN, P. S. & LOCH, C. "Legislação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar." X WORD CONGRESS OF RURAL SOCIOLY. Rio de Janeiro, 2000. **Anais e CD-ROM SOBER/IRSA**. Rio de Janeiro: 30 de Julho a 05 de Agosto, 2000.

NEUMANN, P. S. & SILVEIRA, P. Enfoque sistêmico e desenvolvimento regional: a experiência da Universidade Federal de Santa Maria. In: DONI FILHO, L., TOMMASINO, H., BRANDENBURG, A. (org). **Seminário sistemas de produção: conceitos, metodologias e aplicações**. Curitiba: UFPR, 1999. p.85 – 123

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas do meio rural – São Paulo: DIEESE, 2006. Disponível em < <http://www.nead.org.br/>> Acesso em março de 2007

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

OREA, D. G. **Planificación Rural**. Madrid: Editorial Agrícola Española, S.A., 1991. 396p.

OURO, M. V. **Agricultura sustentável: definições e condições**. 2001 Disponível em: <<http://www.nal.usda.gov/afsic/agnic/agnic.htm>>. Acesso em: 30 Ago. 2001.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para a Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária Colonial & Industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

PINHEIRO, S.L.G.; PEARSON, C.J.; & CHAMALA, S. Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura: I: Novos paradigmas para o desenvolvimento rural? **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 18-22, 1997.

PLAZA, O. & SEPÚLVEDA, S. **Desarrollo microrregional: una estrategia hacia la equidad**. CODES - IICA, 2001. Disponível em: <<http://www.iica.net.org>>. Acesso em: 28 jun. 2001.

**PREZOTTO, L. A Agroindústria Rural de Pequeno Porte e o seu Ambiente Institucional Relativo à Legislação Sanitária**, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - **Curso de Pós-graduação em Agroecossistemas, UFSC, 1999.**

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR, 2007. Disponível em < <http://www.pronaf.gov.br/>> Acesso em abril de 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR. Cartilha ao agricultor. Brasília. Ministério da Agricultura, 2000.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <[http://www.pronaf.gov.br/quem\\_somos/perguntas2.htm](http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm)>. Acesso em: 09 fev. 2007.

REDE ECOVIDA, 2007. Disponível em <http://www.ecovida.org.br>. Acesso em abril de 2007.

ROSS, Jurandyr. **Geografia do Brasil**. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ROUCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1969.

SACHS, I. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento in VIEIRA, P. F; RIBEIRO, M. A et al (ORG), **Desenvolvimento sustentável e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, p. 161-180, 1998.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

SACHS, I. Desenvolvimento Sustentável, Bio-Industrialização Descentralizada e Novas Configurações Rural-Urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (org). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. 500p. p. 469-494.

SANTOS, M. O Retorno do território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. De & SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território - Globalização e fragmentação**, Campinas, Hucitec. ANPUR,1996.

SARACENO, E. **Conceito de ruralidade: problema de definição em escala Européia**. Tradução de Angela Kageyama, 1997. Capturado em 22 de set. 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>> . Acesso em: 06 mar. 2001.

SEBILLOTTE, M., SOLER, L. G.. les processus de décision des agriculteurs. In **Modelisation systemique et systeme agraire** : decision et organisation. Paris: INRA, 1989. 365p. p.93-119.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – BRASIL, 2007. Disponível em < <http://www.dater.gov.br/> > Acesso em janeiro de 2007.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **RS Rural**. Disponível em: <<http://www.saa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2007.

SEIFFERT, N. F **Uma contribuição ao processo de otimização do uso dos recursos ambientais em microbacias hidrográficas**. Florianópolis, 1996. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, EPS – UFSC, 1996.

SEPÚLVEDA, S.; CASTRO, A. & ROJAS, P..**Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible en espacios territoriales** . IICA, 2001. Disponível em:

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA NETO, B. LIMA, A. P., BASSO, N. Teoria dos Sistemas Agrários: Uma Nova Abordagem do Desenvolvimento da Agricultura. **Revista da Extensão Rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v.1, n.1, p.6-19, 1997.

SILVA NETO, Benedito & FRANTZ, Telmo Rudi. **Avaliação e Caracterização Sócio-Econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pesquisa RS -Rural – Estudo especial. DEAG/UNUJUÍ, Ijuí, 2001. 188p.

SILVEIRA, P. R. C. da. ; ZIMERMANN, S. A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar, em: FROELICH, M.; DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**. Ijuí: ed.UNIJUÍ, 2004.

SILVEIRA, R.L.L. da. Complexo agroindustrial, Rede e Território, em: DIAS, L.C. & SILVEIRA, R.L.L. Redes, Sociedades e Territórios, Santa Cruz do Sul, ed. UNISC, 2005.

SOUZA, R. S. **Economia Política do Meio Ambiente**. Pelotas: Educat, 1998. 162 p.

TEIXEIRA, M. A. e LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. In: **Revista Geografia**, São Paulo, V. 14, p 9-33, 1997.

TESTA, V. M., NADAL, R. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p.

TOLEDO, V. La racionalidade ecológica de la producción campesina, **Agroecología e Desarrollo**, N.05, 1988.

TOMMASINO, H., FOLADORI, G., 2000, "In-certezas sobre crisis ambiental". Revista **Ambios**, Nos. 3-4-5, Montevideo, Uruguay.

VEIGA, J. E. da. **Diretrizes para uma política agrária**. 1998. Disponível em: <<http://www.nead.br>> . Acesso em: 10 ago. 2006.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 197p.

VEIGA, J.E. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.M.F.; NABUCO, M.R. **Reestruturação do espaço urbano e regional do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 149-169

VEIGA, J.E. Problemas da agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.24, n. especial, p.9-29, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização de agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. X WORD CONGRESS OF RURAL SOCIOLY. Rio de Janeiro, 2000. **Anais e CD-ROM SOBER/IRSA**. Rio de Janeiro 30 de Julho a 05 de Agosto, 2000.

WILKINSON, J. A Agricultura Familiar Face ao Novo Padrão de Competitividade do Sistema Agroalimentar na América Latina, Vila Maria-São Paulo, SESC, **Seminário de Cultura e Alimentação**, Outubro de 2006.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. In: **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre. v1, n3, jul/set, 2000.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Rio + 5: WRI Sustainable Agriculture Paper**. 1997. Disponível em: <<http://www.wri.org/rio+5/rio-5agri.html>>. Acesso em 23 jul. 2000.

ZAPATA, T; AMORIM M., ARNS P. C. **Desenvolvimento Territorial à Distância** – Florianópolis: SEAD/UFSC, 2007.

Disponível em <http://www.sebrae-rs.com.br>. Acesso em abril de 2007

